

Karen Alves da Silva

***Saussure e a questão da referência
na linguagem***

Dissertação apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro

**Campinas
2008**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Si38s

Silva, Karen Alves da Silva.

Saussure e a questão da referência na linguagem / Karen Alves da Silva. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador : Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913 - Manuscritos. 2. Referência (Linguística). I. Castro, Maria Fausta Cahyba Pereira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Saussure and the issue of reference in the language.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Ferdinand de Saussure, reference (Linguistic).

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Profa Dra Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro (orientadora), Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Profa. Dra. Eliane Mara Silveira.

Data da defesa: 07/08/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Fausta Cajahyba Pereira de Castro

Maria Fausta

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Eliane Mara Silveira

Eliane Mara Silveira

Maria Francisca de Andrade Ferreira Lier-DeVitto

Rosa Attié Figueira

**IEL/UNICAMP
2008**

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus que nos permitiu concluir este trabalho e, depois, à minha família que muito me impulsionou durante toda a vida, fazendo-se presente ao longo de toda a minha jornada acadêmica.

Também à professora Maria Fausta Pereira de Castro, minha sempre presente orientadora, que acompanhou toda a pesquisa enquanto principal incentivadora e atenta leitora.

Ao Flávio pelo companheirismo, pelo entendimento e pelo incentivo em todos os momentos.

Aos meus amigos, sempre compreensivos com minhas ausências. Em especial, agradeço a Leandro Rodrigues Alves Diniz, meu paciente interlocutor ao longo dessa jornada.

À FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – pelo fomento desta pesquisa.

Resumo

Se para os estudos lingüísticos anteriores a Saussure, o signo se fundava por uma relação de representação assimétrica – *A* representa *B* e, *B* não precisa representar *A* –, para o genebrino, o signo lingüístico é fruto de uma relação de associação recíproca entre significado e significante: *A* está associado a *B* e, isto implica que *B* esteja associado a *A* (cf. Milner, 2002, p. 27).

Este deslocamento da representação assimétrica para a associação recíproca foi uma importante inovação de Saussure, pois assim a sua teoria, diferentemente dos estudos da época, pôde abdicar de qualquer compromisso para com a forma das coisas materiais (a conjuntura) a fim de focar estritamente as relações lingüísticas. Desse modo, como os objetos materiais não estariam abarcados na teorização saussuriana, a questão da referência não compareceria: a suposta ligação entre língua e mundo material não colocaria problema para a teorização de Saussure.

Contudo, segundo Bouquet (1992), os manuscritos do genebrino permitem descobrir um Saussure, ao tratar da relação da língua com os objetos, que menciona a relação do signo a um *terceiro termo*. De fato, o próprio Saussure, pelo menos uma vez, evoca o modelo triádico de signo para tratar dos nomes geográficos e próprios. Então, teríamos de um lado, as articulações referentes à língua e, de outro, a possibilidade de que a referência compareça na teoria. Diante dessa aparente dicotomia, indagamo-nos se o comparecimento da questão da referência estaria relacionado à “reverberação” dos objetos materiais na teorização do genebrino. Até que ponto o mestre teria conseguido afastar a forma das coisas materiais de suas articulações, se assim objetivava fazer?

Buscando entender esses questionamentos e refletir sobre a interferência dos objetos materiais na teorização de Saussure, tecemos algumas considerações, nesta dissertação de mestrado, sobre o momento histórico em que o trabalho do genebrino estava inserido e sobre os deslocamentos teóricos feitos pelo mestre (Capítulo I); sobre a questão do valor e sobre o toque oblíquo das palavras nos objetos materiais (Capítulo II); sobre

como o mestre entenderia a questão do sentido lingüístico e sobre como a questão da referência permitiria refletir sobre a constituição das articulações de Saussure (Capítulo II).

Sumariamente, nesta dissertação, buscaremos refletir – guiados pelos *Escritos de Lingüística Geral* (2004), pelo *Curso de Lingüística Geral* (2001[1916]), por Engler (1989), por Bouquet (1992; 2000), por Milner (2002) e por outros teóricos – sobre a possibilidade da questão da referência ser efetivamente ligada ao trabalho de Saussure ou desta questão ser tratada como uma das “incompletudes” do genebrino e como a problemática do sentido estaria relacionada a estas questões.

Palavras-chave: Ferdinand de Saussure – referência (Lingüística)

Abstract

If for language studies prior to Saussure the sign was established by an asymmetrical relation of representation - A represents B, and B does not need to represent A, for the Genevan, however, the linguistic sign is the result of a relation of reciprocal association between signified and signifier: A is associated with a B, and this implies that B is associated with an A (*cf.* Milner, 2002, p. 27).

This displacement of asymmetrical representation to reciprocal association was an important innovation brought by Saussure. Therefore, unlike the contemporary studies, his theory could abdicate from any commitment to the form of material things (the conjuncture) in order to hold strictly to linguistic relations. Thus, as the material object would not be covered by Saussurian theory, the issue of reference would not appear: the supposed linkage between language and the material world would not pose a problem for Saussure.

According to Bouquet (1992), however, the Genevan's manuscripts enable us to discover a Saussure that, when dealing with the relations of language to objects, pointed out a third term in relation to the sign. In fact, Saussure himself, at least once, evoked the triadic model of sign to deal with proper and geographical names. Moreover, in another manuscript, the master questioned himself about the fact that it is intrinsic to the functioning of languages to establish a connection to the world, and that the apparent solution to this conflict is to state that naming approaches the objects obliquely. On the one hand, we would have the joints concerning the language and, on the other, the possibility that the reference emerges at the theory. Facing this apparent dichotomy, we are drawn to question ourselves if the issue of reference would be related to the "reverberation" of material objects in the theory of the Genevan. How far would the master move the form of material things away from its articulations, if he aimed to do so?

Searching to understand these issues and examine a possible interference of material objects in Saussure's theory, we draw some considerations in this master dissertation,

regarding the possibility of the issue of reference as effectively linked to Saussure's work, or, alternatively, as a question which should be viewed as one of his "incompleteness".

Guided by the Writings of General Linguistics (2004), the Course of General Linguistics (2001 [1916]), the Critical Edition of the course by Engler (1989), Bouquet (1992, 2000), Milner (2002) and other theorists, we discuss the historic moment in which Saussure's work was inserted, as well as the displacement caused by the master's theory (Chapter I); the question of value and the oblique touch of the words in material objects (Chapter II); how Saussure would understand the question of meaning and how the issue of reference would let us think about the way he constituted his articulations (Chapter II).

Key-words: Ferdinand de Saussure, reference (Linguistic).

SUMÁRIO

<i>Nota introdutória</i>	<i>1</i>
<i>Capítulo I</i>	<i>3</i>
1. A questão da representação para os antecessores de Saussure	5
2. Bréal e a sua relação com Saussure	14
3. Os deslocamentos saussurianos	31
4. Arbitrariedade: propriedade fundamental para o signo saussuriano	39
5. O signo lingüístico segundo Saussure: uma questão de associação recíproca	45
<i>Capítulo II</i>	<i>51</i>
1. Valor: um conceito feito por conceitos	53
2. Valor in absentia e in praesentia: uma análise de Simon Bouquet	58
3. O fato material e o nosso conhecimento	71
4. Resquícios de um suposto apagamento	80
5. Referência enquanto questão de uso	98
<i>Capítulo III</i>	<i>107</i>
1. Em busca da semântica do sentido	109
2. Quais luzes a questão da referência joga sobre o projeto saussuriano? ..	122
<i>Considerações finais</i>	<i>137</i>
<i>Referências bibliográficas</i>	<i>139</i>
<i>Bibliografia complementar</i>	<i>141</i>

Nota introdutória

Esta dissertação de mestrado¹ se propõe a refletir sobre a possibilidade da questão da referência ser ligada ao trabalho de Ferdinand de Saussure e ou dessa questão ser tratada como uma das “incompletudes” do genebrino. Para analisar esta possível interligação entre a questão da referência e os postulados saussurianos, buscamos, ao longo do primeiro capítulo de nossa dissertação, situar o trabalho do mestre dentro do contexto de estudos lingüísticos de sua época, visando entender como os deslocamentos teóricos propostos por este autor redimensionaram e inovaram os estudos sobre a língua no final do século XIX e início do XX.

Dessa forma, nosso primeiro empreendimento, nesta pesquisa, é desvendar o contexto que propiciou ao mestre genebrino desenvolver suas articulações sobre a língua e sobre a linguagem, procurando especialmente entender qual a importância da re-configuração de conceitos – tais como “língua”, “signo”, “sistema”, dentre outros –, antes utilizados de uma dada maneira pela tradição lingüística e, com Saussure, ressignificados para cumprir importantes papéis aos quais foram destinados dentro do projeto do mestre.

Suficientemente analisados os deslocamentos empreendidos pelo mestre e a conjuntura histórico-epistemológica que permitiu essas re-configurações de conceitos, passamos a tentar compreender, de modo aprofundado, alguns pontos vitais do projeto científico saussuriano, a saber, o signo enquanto entidade dual, a arbitrariedade lingüística e a questão do valor lingüístico. Se no primeiro capítulo procuramos situar os deslocamentos saussurianos, no segundo capítulo, buscamos utilizar essencialmente estes três conceitos visando entender como eles sustentam as articulações do genebrino e como eles se relacionariam com o suposto comparecimento da questão da referência nas elaborações do mestre. Neste segundo capítulo, buscamos trabalhar como um “toque oblíquo” das palavras aos objetos do mundo poderia aparentemente convocar o um *terceiro termo* para sustentar a manutenção da estrutura do signo.

¹ A qual é financiada por uma bolsa de mestrado concedida pela FAPESP – processo nº 06/53187-7.

Por fim, ao longo do terceiro capítulo desse nosso trabalho, utilizamos as articulações de Bouquet (1992; 2000) a fim de tecer algumas elaborações a respeito da questão do sentido, já que ela estaria intimamente ligada à problemática da referência: é porque o sentido lingüístico se estabelece pelas relações associativas e sintagmáticas conjugadas que os objetos materiais não estariam envolvidos na constituição do signo e, portanto, o comparecimento da referência estaria afastado. Contudo, ao considerarmos que as línguas requerem o laço para com os objetos do mundo material, o toque oblíquo das palavras não seria esquecido por uma teorização que o oblitera.

Sem dúvida, nossa reflexão, para este trabalho, foi iniciada e incentivada pela existência dos manuscritos saussurianos, contidos nos *Escritos de Lingüística Geral* (2004). Esses manuscritos nos permitiram trabalhar as formulações do mestre de maneira diferenciada; ou seja, eles nos permitiram constituir uma visão mais completa sobre as articulações presentes do *Curso de Lingüística Geral* (2001 [1916]), doravante *CLG* ou *Curso*, afinal esses manuscritos sustentam, ampliam, redimensionam, interrogam e complementam informações trazidas por Bally e Sechehaye, os editores do *CLG*. Não apenas os manuscritos propiciaram o desenvolvimento de nossa pesquisa, mas também o trabalho de Engler (1989), pois sua magnífica edição crítica do *Curso* nos permitiu desfrutar da reprodução, acreditamos que fiel, das notas dos alunos de Saussure e do próprio mestre.

Nossa empreitada de buscar indícios sobre a questão da referência nas elaborações de Saussure, que é resultado não somente deste trabalho, mas de um percurso analítico que vem sendo trilhado há alguns anos², não visa desvendar o suposto ‘verdadeiro Saussure’, o qual seria revelado pelos manuscritos, mas entender melhor o trabalho deste genebrino que se dedicou a entender o funcionamento da língua e da linguagem.

² Desenvolvemos um projeto de Iniciação Científica, intitulado ‘Os Anagramas de Saussure: Saussure sob Saussure?’ e apoiado pela FAPESP (processo nº 04/00444-7). Além disso, participamos de vários congressos, encontros e eventos divulgando nosso trabalho sobre a obra saussuriana. Por fim, cabe mencionar que participamos do Grupo de Pesquisa em Aquisição de Linguagem (GPAL), o qual é apoiado pelo CNPQ e é vinculado ao IEL/UNICAMP; neste grupo, também desenvolvemos reflexões sobre a teoria saussuriana.

Capítulo I

Os deslocamentos saussurianos

1. A questão da representação para os antecessores de Saussure

Os postulados de Ferdinand de Saussure surgem no início do século XX, antecedidos por uma tradição de estudos da linguagem que concebia a relação da língua com os objetos de maneira essencialmente representativa, ou seja, o mundo exterior à linguagem estava envolvido de alguma maneira quando se falava de língua.

Grosso modo, desde a antiguidade grega até a idade clássica, o signo é tomado por “alguma coisa colocada no lugar de outra coisa e que vale por esta coisa” (Auroux, 1998, p. 97). Encontramos, desde o estoicismo³, um regime aplicado aos signos que os define enquanto agentes representativos dos objetos inseridos no mundo. Todavia, para que os signos representem corretamente os objetos, é fundamental que haja uma relação de semelhança: os signos devem se assemelhar ao que representam para que, assim, desempenhem seu papel com fidelidade.

Aliás, enquanto artífice da relação de semelhança para com os objetos, o signo é constituído, durante todo esse período histórico, a partir de uma composição **ternária** que envolve os seguintes elementos: o *representante*, o *representado* e a “*conjuntura*”⁴ – Auroux (1998) denomina esses elementos respectivamente de *som*, *estado da alma*, *forma das coisas*. Desse modo, é necessário que estes três elementos estejam impreterivelmente

³ Segundo Ribeiro Jr. (1998), a *Academia*, o *Liceu*, o *Estoicismo* e o *Epicurismo* eram as quatro grandes escolas filosóficas durante o período Helenístico. A “*escola estoica*” foi fundada por Zênon de Cítion, em Atenas, por volta do final do século IV e teve forte influência entre gregos e romanos. Ainda segundo Ribeiro Jr., o estoicismo é “uma doutrina eclética, e incorpora muitos conceitos dos filósofos anteriores e contemporâneos: Heráclito, Platão e Aristóteles, os cínicos”. Além disso, ela se caracteriza, assim como o epicurismo, por dividir a filosofia em três partes, a saber, lógica, física e ética (cf. Ribeiro Jr, W. A. *O estoicismo*. São Carlos: Portal Grécia Antiga, 1998. Disponível em <http://greciantiga.org/txt/estoicos.pdf>)

⁴ Conforme Foucault (1999, p. 58), “desde o estoicismo, o sistema dos signos do mundo ocidental fora ternário, já que nele se reconhecia o significante, o significado e a “*conjuntura*” (o *τύγγανον*). A partir do século XVII, em contrapartida, a disposição dos signos tornar-se-á binária, pois que será definida, com Port-Royal, pela ligação de um significante com um significado”. É interessante notar que Foucault usa “*significante*” e “*significado*” ao se referir a Port-Royal, mas a implantação desses conceitos foi estabelecida por Saussure. Aliás, é em Saussure que o emprego de “*significado*” e “*significante*” comparece em substituição à “*imagem acústica*” e ao “*conceito*”, numa tentativa do mestre em demonstrar a reciprocidade entre as duas faces do signo: “*c’est précisément pour souligner cette réciprocité que Saussure invente une nouvelle terminologie, fondée sur la réciprocité apparente du couple actif / passif; plutôt que d’image acoustique et de concept, il préfère parler de signifiant et de signifié*” (CLG, I, 1, § 1) (Milner, 2002, p. 27).

presentes na relação s gnica e agindo de modo concomitante para que o signo desempenhe a sua fun o representativa adequadamente.

Mas se desde o estoicismo, encontramos uma configura o ternária agindo para a composi o do signo, a partir essencialmente do século XVII, esta estrutura passa a ser **binária**. Com a gramática de Port-Royal (1660), o signo passa a englobar apenas dois constituintes, a saber, ‘uma da coisa que representa; a outra da coisa representada, e a sua natureza consiste em excitar a segunda pela primeira’⁵ (Arnald, Nicole, 1970 [1662], *apud* Lahud, 1977, p. 28).

Segundo Foucault (1999),   justamente durante o estabelecimento da idade clássica que o regime dos signos muda racialmente. Essa mudança ocorre na medida em que os signos não conclamam mais uma liga o de similitude com o que representam: por exemplo, ‘os gritos são signos espontâneos, mas não são análogos do medo’ (Foucault, 1999, p. 81). Dessa forma, a partir do classicismo, os signos param de figurar no mundo que os cerca, deixando de se pautar na rela o de semelhança para com os objetos. A partir desse momento, ‘o signo, para funcionar, deve estar ao mesmo tempo inserido no que ele significa e dele distinto. Com efeito, para que o signo seja o que  ,   preciso que ele seja dado ao conhecimento ao mesmo tempo que aquilo que ele significa’ (*Ibid.*, p. 83).

Então, se com Port-Royal, deixou-se de lado um dos termos da tríade semiológica, a saber, a forma das coisas, a linguagem, por sua vez, deixa de ser *escrita material das coisas*, para encontrar seu espaço no ‘regime geral dos signos representativos’ (Foucault, 1999, p. 59). Ou seja, acredita-se que o espírito não funcione de maneira analógica para com as coisas; ‘a representa o torna-se puramente digital, diríamos que ela só pode corresponder a uma **codifica o**’ (Auroux, 1998, p.102; destaque do autor). Contudo, mesmo com essas mudanças impetradas pelo pós-cartesianismo, a fun o

⁵ Para Auroux (1998), ‘os dois autores da *Lógica* [Arnald e Nicole] não invocam em nenhum lugar a possibilidade de que o pensamento possa ser considerado como um signo. Sua doutrina torna essa considera o impossível. Um signo deve comportar duas idéias, uma da coisa que representa (A) e a outra da coisa representada. Seja uma coisa x e A a idéia de x; a idéia de A   A: como notava Descartes na ‘Resposta   segundas obje es’, a idéia   a forma de nossos pensamentos pela qual temos imediatamente consciência desses mesmos pensamentos. S  há então uma única idéia e, por conseq ncia, não há idéia de signo. A doutrina semiológica de Port-Royal conduz a uma concep o não-representacionista do pensamento’ (Auroux, 1998, p. 105).

representativa ainda se mantém em evidência: o signo lingüístico continua a comportar a idéia da coisa que representa e da coisa representada.

Em outras palavras, a partir da idade clássica, o signo continua a ser um veículo representativo de algo, mantendo uma ligação, que não é necessariamente de similitude, com o mundo material. Nesse contexto, os signos representam os objetos no plano do pensamento⁶. Aliás, a grande característica do signo, enquanto elemento representativo, é o seu apagamento em prol do que é representado: o intuito da relação sýgnica não é que o signo seja percebido em si mesmo, mas possibilitar reconhecer através dele aquilo que está sendo representado.

A característica da representatividade perdura nas articulações feitas pelos estudiosos do período das Luzes, especialmente entre o século XVIII e o início do XIX. Os trabalhos de Locke são um exemplo, pois neles a representação não tem necessariamente compromisso com a forma das coisas, e, assim, tanto o pensamento quanto à linguagem natural podem ser arbitrários⁷.

Com efeito, lá onde os cavalheiros de Port-Royal permanecem tributários da concepção tradicional de um signo lingüístico que representa analogicamente as coisas do mundo, sem chegar a considerar o pensamento como um signo arbitrário – embora concebiam a palavra como arbitrária (no sentido de *instituída*) –, o filósofo inglês rompe com a concepção analógica do signo. Uma tal ruptura lhe permite colocar a especificidade de uma ciência dos signos que pode ser simultaneamente uma ciência do pensamento, sendo que o

⁶ Na concepção aristotélica da tríade semiológica estão envolvidas a teoria da percepção e a do espírito: “perceber é formar no espírito uma forma idêntica à das coisas, ou ainda, conhecer é ter alguma coisa das coisas no espírito”. Conseqüentemente, temos que a representação intelectual é de natureza imagética. Desse modo, “a linguagem está ligada a um pensamento que representa naturalmente [através de imagens] o mundo”. Esta concepção de pensamento e de idéia será bastante alterada no cartesianismo, período no qual espírito e matéria diferem na natureza ontológica, sendo que “a representação não pode mais, então, ser de mesma natureza que aquilo que ela representa” (Auroux, 1998, p. 100-101).

⁷ Para Locke, todas as nossas idéias, salvo as simples e de qualidade sensível, são atividade voluntária do indivíduo e há muitas idéias de sensações que estão no espírito e não tem correspondência com qualquer coisa que exista fora do homem. Contudo, para que a linguagem seja concebida é necessário admitir a existência de um mundo exterior e passar do arbitrário para o *convencionalismo*. Cabe mencionar que apenas Locke assumirá as conseqüências epistemológicas desse ponto de vista a respeito do pensamento arbitrário. Muitos dos outros autores desse período recuam diante dessa concepção do pensamento e buscam “na própria linguagem um funcionamento a analógico para as coisas” (Auroux, 1998, p. 100-117).

dito pensamento e a generalidade que ele reflete podem ser submetidos a uma semiótica (Bouquet, 2000, p. 180).

Para Locke, a representação é fruto da experiência singular do indivíduo, contudo, é preciso que haja a generalidade⁸ para que se instaure a comunicação entre os sujeitos. Locke afirma que os homens não precisam ter as mesmas idéias simples, já que o mesmo objeto pode produzir várias idéias ao mesmo tempo, mas o espírito toma uma dessas idéias simples e a transforma em idéia simples abstrata, a qual, por sua vez, se torna signo de todas as outras idéias já produzidas sobre o objeto. É através dos signos, como generalidades, que o homem pode comunicar aquilo que se passa em seu interior.

Também Condillac, um importante estudioso iluminista, se afasta dos postulados de Port-Royal e segue de perto a visão de Locke. Com o seu radicalismo sensualista⁹, Condillac busca retratar a gênese do espírito humano. É justamente na tentativa de explicar as faculdades da alma que o estudo sistemático da formação da linguagem, enquanto resultado de uma articulação de operações elementares (percepção, imaginação, memória etc.), se desencadeia. Para Condillac, o conhecimento surge através da relação do corpo que sente com a matéria sensível. A linguagem, por sua vez, se desenvolve devido à necessidade de exprimir julgamentos sobre este conhecimento adquirido do que foi visto e sentido. Em sua função de ser o meio pelo qual o indivíduo exprime seus julgamentos, a linguagem torna-se veículo de expressão do pensamento.

Mas, depois que os juízos estão formados, se não houver percepção dos objetos materiais, observa Condillac, apenas as palavras propiciarão que se pense em algo: são elas que permitem dominar, analisar e manipular a diversidade fenomenal. Ou seja, são os signos da linguagem que permitem construir idéias abstratas e gerais, pois mesmo que não haja objeto correspondente no mundo material para a idéia – por exemplo, a raiz quadrada de 2 –, são os signos que garantem a instauração da idéia abstrata no pensamento. Condillac abre então a possibilidade para que ‘haja o pensamento sem representação, um pensamento que é só

⁸ A generalidade é “a instauração pelo espírito de uma relação entre um elemento – um signo – e outros elementos – uma significação” (Auroux, 1998, p. 111).

⁹ O sensualismo de Condillac admitia, como o empirismo de Locke, que a origem das idéias é a sensação e a reflexão; mais tarde, porém, Condillac modificou e radicalizou essa teoria, admitindo apenas como única fonte de conhecimento a sensação.

linguagem” (Auroux, 1998, p. 113; adaptado): a teorização de Condillac propicia que língua e objetos sejam tidos como arbitrários um em relação ao outro.

Então, enquanto para os Senhores de Port-Royal a arbitrariedade da língua em relação às coisas não colocava problema, para os estudiosos iluministas essa era uma questão relevante. Os autores do período das Luzes tomam como base a matriz semiológica ternária *som-idéia-objeto* para trabalhar a “constituição do processo de significação” (*Ibid.*, p. 119). A preocupação desses autores era articular teorias que dessem conta da suposta relação entre língua e coisas materiais, ou seja, que articulasse o mundo do espírito e o mundo natural. Nessa busca de articulação entre ambos os mundos, o século das Luzes questionou “até que ponto o pensamento pode cessar de ser analógico para se tornar digital, quer dizer, arbitrário” (*Ibid.*, p. 122).

É no período de transição entre o racionalismo das Luzes e as interpretações românticas da filosofia da linguagem¹⁰, especialmente a partir do final do século XVIII¹¹, que se fortalecem os movimentos comparatistas que se propunham a analisar as línguas: a *Gramática Comparada*, a *Lingüística Histórica* e os *Neogramáticos*. É importante atentar para o fato de que, mesmo sendo movimentos de cunho comparatista cada qual possuía sua especificidade, a qual foi delimitada pelas características histórico-epistemológicas que agiam sobre cada um deles.

Para Lyons (1970), durante o século XIX, o foco dos estudos lingüísticos recaiu sobre a análise dos diferentes graus de semelhanças entre as línguas; semelhanças provenientes da estrutura gramatical ou de cunho vocabular. A análise dessas semelhanças visa determinar o *parentesco* entre as línguas, que pode ser de cunho histórico ou genético, a depender da perceptiva teórica adotada. Contudo, o mérito dos estudos do século XIX foi “la formulation des principes et des méthodes utilisés pour établir ces familles de langues et surtout la construction d’une théorie générale du changement linguistique et des relations entre les langues” (Lyons, 1970, p. 20).

¹⁰ Nesse momento, influenciado pelos ideais do Romantismo, os estudiosos da linguagem tomavam a questão da origem e os princípios biológicos aplicados às línguas como problemas teóricos.

¹¹ Apesar de seu estabelecimento se reportar a esse momento de transição entre o racionalismo iluminista e o romantismo alemão, é efetivamente durante o século XIX que ambos os movimentos irão se desenvolver e solidificar; primeiramente a gramática comparada e, depois, os neogramáticos.

A todo esse período de desenvolvimento dos métodos de estabelecimento de parentesco entre as línguas e de teorias sobre a mudança lingüística dá-se o nome, segundo Lyons (1970), de *Filologia Comparada*. Este é um termo mais geral que, inicialmente, se utilizou para designar os estudos lingüísticos feitos no século XIX. Entretanto, a designação *Gramática Comparada* substituirá *Filologia comparada* e logrará destaque nas obras sobre a língua em geral.

A Gramática Comparada foi um movimento que surgiu em torno de 1810 e se estendeu até 1875. Esse movimento era um domínio de estudos que estabelecia orientações para os estudos lingüísticos da época. O propósito da Gramática Comparada¹² é essencialmente “estabelecer correspondências entre os elementos (morfemas) das línguas cujo parentesco se presumia” (Ducrot, 1970, p. 55); aliás, a comparação das gramáticas é considerada, no século XIX, o método mais confiável para se determinar parentescos entre línguas.

Estritamente falando, a gramática comparada [...] consistiu em estabelecer ligações de parentesco existentes entre dois ou vários idiomas separados no tempo e, mais freqüentemente, no espaço. Foi somente a partir de 1860, aproximadamente, que a gramática comparada orientou-se para a lingüística histórica, com o programa explícito de reconstituir com detalhe o intervalo e as linhas de evolução inacessíveis, que, em princípio, ligam numa relação de dependência (ou de ‘filiação’) uma língua B – atual ou tardiva – a uma língua A que lhe é cronologicamente e culturalmente anterior (Paveau, Sarfati, 2006, p. 09).

Alguns dos representantes mais ilustres da gramática comparada foram F. Von Schlegel, Jacob Grimm¹³, Rasmus Rask e Franz Bopp. Ainda compreendido no período da gramática comparada, encontramos o projeto de W. von Humboldt, o qual difere dos

¹² “Gramática Comparada” foi tomada, durante muito tempo, como sinônimo de “Lingüística Histórica”.

¹³ Jacob Grimm e seus seguidores eram estudiosos de linguagem, chamados comparatistas, que procuravam encontrar correspondências sistemáticas entre os sons e as palavras equivalentes em diferentes línguas (cf. Lyons, 1970). Foi Grimm que desenvolveu a amplamente conhecida ‘Lei de Grimm’, a qual descrevia alguns dos mecanismos envolvidos nas mudanças fonéticas ocorridas de uma língua para outra.

demais do período por conter uma concepção dinâmica e estrutural da linguagem, atribuindo à análise dos fatos um papel fundamental dentro das pesquisas.

Como mencionado na citação acima, a gramática comparada, apesar de ser amplamente confundida com a lingüística histórica, só se voltará para o estudo das linhas de evolução das línguas a partir de, aproximadamente, 1860. Desde então, o comparatismo entra em declínio em favor da temática historicista. É a obra de August Schleicher que figura enquanto marco dessa reviravolta dentro dos estudos comparatistas, já que

[...] Schleicher formula a hipótese do indo-europeu, verdadeiro *Ursprache* (literalmente: 'língua primeira'). A partir dessa hipótese, todo o empreendimento comparatista redefine-se em lingüística histórica, encarregada de restituir e de reconstruir os lapsos dos estados de evolução, assim como as filiações diretas ou transversas capazes de conduzir, o mais perfeitamente possível, a indução dos encadeamentos de causalidade que levam de um idioma originário às ramificações de idiomas que lhe seriam geneticamente ligados (Paveau, Sarfati, 2006, p. 20).

Com a lingüística histórica, a cientificidade dos estudos sobre as línguas está intimamente ligada ao pertencimento destes trabalhos ao campo das ciências naturais, pois se supunha que a linguagem seria um fato de natureza orgânica¹⁴. Desse modo, a lingüística alça a categoria de ciência natural, mas que pode ser articular com a filologia, uma ciência essencialmente histórica.

Também por volta de 1860, especialmente nas últimas décadas do século XIX, surge um outro movimento de estudos lingüísticos que se caracteriza pela hostilidade em relação aos seus antecessores: são os Neogramáticos. De fato, essa nova vertente de análise lingüística se define por ser contrária aos pressupostos românticos dos lingüistas comparatistas/históricos e por defender, apoiados nos princípios positivistas, a regularidade das leis fonéticas.

Os Neogramáticos, sucessores dos seguidores de Grimm, formavam um grupo que considerava que todas as mudanças fonéticas ocorrem a partir de regras que não tem

¹⁴ Como esclarece Paveau e Sarfati (2006), apoiados em Schleicher, as línguas são organismos vivos.

exceção dentro do mesmo dialeto, e que o mesmo som figurará em um mesmo contexto sempre da mesma maneira¹⁵. Mas como sempre deve existir a regularidade, as exceções podem se explicadas através da analogia. Em suma, o movimento neogramático leva às últimas conseqüências a ação das leis fonéticas, conferindo a essas leis a primazia na busca por explicações positivas das causas que conduziram às mudanças observadas durante o exame das línguas.

Durante o período do movimento neogramático, surgem os primeiros trabalhos do jovem lingüista genebrino Ferdinand de Saussure, aquele que anos mais tarde seria considerado o fundador da lingüística enquanto ciência e inspirador do Estruturalismo. Saussure, no tempo em que esteve na Alemanha em função de seus estudos em lingüística¹⁶, publicou o *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1878), trabalho que, de certa forma, se insere dentro dos pressupostos neogramáticos e da filosofia dos estudos da época por se propor a analisar as múltiplas formas do *a* indo-europeu e a reestruturar o sistema de vogais desta língua prototípica¹⁷.

¹⁵ Os Neogramáticos ou “Jungmmatiker” eram um grupo que se considerava revolucionário devido à formulação de Scherer (1875) do seguinte princípio: “*les changements phonétiques que nous pouvons constater dans les documents de l’histoire linguistique procèdent selon des lois immuables qui n’admettent de variation qu’en conformité avec d’autres lois*” (Lyons, 1970, p. 25).

¹⁶ Milner (2002, p. 18) faz uma breve, mas muito precisa biografia de Ferdinand de Saussure: « *Qui était Ferdinand de Saussure? De sa biographie, on ne retiendra que quelques traits. Né en 1857 à Genève, il fit ses études de linguistique en Allemagne (Leipzig et Berlin) de 1876 à 1880. Il publie en 1878 son Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes, que fit époque dans les études de linguistique indo-européenne. Il soutient sa thèse en 1880 à Leipzig. En mauvais termes avec les milieux scientifiques allemands, il décide de poursuivre sa carrière et ses recherches à Paris ; il y est très favorablement accueilli : Michel Bréal lui cède proprement la parole pour qu’il assure l’enseignement dont lui-même, Michel Bréal, avait la charge. Des 1881, il est élu maître de conférences à l’École pratique des hautes études. En 1891, il quitte Paris, apparemment contre son gré, et devient professeur à l’université de Genève. Il restera à Genève jusqu’à sa mort en 1913.* »

« Quem foi Saussure ? Nasceu em em 1857 em Genebra e fez seus estudos lingüísticos na Alemanha (Leipzig e Berlim) de 1876 a 1880. Publicou seu *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* que fez época nos estudos de lingüística indo-européia. Defendeu sua tese em 1880 em Leipzig. Em maus termos com os os melhores cientistas alemães, decidiu prosseguir sua carreira e pesquisas em Paris, onde foi bem acolhido : Michel Bréal lhe cede a palavra para que ele se encarregasse do ensino pelo qual era, Michel Bréal, responsável. Desde 1881, foi eleito mestre de conferências na École de Hautes Études. Em 1891, deixa Paris, aparentemente contra sua vontade, e se torna professor na Universidade de Genebra. Ficará em Genebra até a sua morte em 1913 » (trad. nossa).

¹⁷ Em meados do século XIX, os estudiosos das diversas línguas adotavam a “hipótese de que, pela análise das semelhanças entre as línguas conhecidas, poderiam chegar à língua-mãe de todas as demais, esta língua seria o *indo-europeu*. Desse modo, ela seria uma língua prototípica devido a ser fruto de um processo de reconstrução e por não haver provas de sua existência, além dos indícios levantados pelas comparações. Saussure, em seu *Mémoire*, adota como objeto de pesquisa justamente o indo-europeu. Desse modo, podemos

Contudo, essa participação de Saussure no movimento neogramático não se deu de forma plena. Apesar de publicar esse trabalho sob a orientação teórica deste movimento, ele não deixa de se questionar sobre a eficácia dos métodos então empregados e sobre a pertinência das definições propostas pelos neogramáticos. Segundo Milner (2002, p. 20), “[Saussure] *il en était l’un des plus brillants représentants* [do programa da lingüística comparativa] *et y avait contribué de manière décisive. Il en mesurait à la fois les succès et le insuffisances*¹⁸”.

Em outras palavras, apesar de ser este movimento que mais influenciou e questionou Saussure¹⁹, é justamente a ausência de uma definição mais precisa, por arte dos neogramáticos e dos movimentos comparativos, do objeto de seus estudos – a língua – e a ilusão de que seus trabalhos traziam à tona verdades irrefutáveis sobre linguagem que impulsionam o genebrino a se colocar em uma posição, de certo modo, contestatória em relação aos estudos sobre linguagem feitos nesta época e a explorar as *insuficiências* dos programas comparativos:

Quando se trata apenas das coisas universais que se pode dizer sobre a linguagem, eu não me sinto de acordo com nenhuma escola, nem com a doutrina razoável de Whitney e nem com as doutrinas desarrazoadas que ele vitoriosamente [combateu]. E esse desacordo é tal que não comporta nenhuma transição nem nuance (...) (Saussure, 2004, p. 183).

La linguistique indo-européenne ne peut plus, décidément, continuer d’opérer avec l’inconnu comme elle le fait depuis 60 ans (Saussure, [s/d], *apud* Parret, 1993[1994], p. 196)²⁰.

tirar duas conclusões a respeito desta escolha do genebrino: 1) a princípio, ele admitia como válida a hipótese de existência de uma língua-mãe ; e, 2) ele usava o método comparativo para analisar o sistema de vogais do indo-europeu.

¹⁸ [Saussure] “foi um de seus mais brilhantes representantes [do programa da lingüística comparativa] e contribuiu de maneira decisiva para ele. Ele mediu os sucessos e insuficiências deste programa” (trad. nossa).

¹⁹ Segundo De Mauro, “malgré la violente polémique que les chefs du mouvement néogrammatarien avaient menée contre les théories de reconstruction et les méthodes d’analyses structurales du jeune Saussure, celui-ci conserva toujours une attitude empreinte du plus grand respect pour les personnes et même pour certaines idées directrices de recherche de la ‘junggrammatische Richtung’” (De Mauro, 2005, p. 413).

²⁰ Esta afirmação de Saussure foi retirada dos Manuscritos Saussurianos de Harvard, os quais foram parcialmente publicados por Parret (1993[1994]). “A lingüística in do-européia não pode mais, decididamente, continuar a operar com o desconhecido como faz há 60 anos” (trad. nossa).

Desse modo, contestando os pressupostos e as definições que comparecem nos trabalhos de sua época, Saussure passa a se dedicar a delinear com maior precisão o que seria a lingüística e sobre o que esta ciência deveria se dedicar. Será justamente durante seus três cursos, proferidos entre 1906 a 1911, que o mestre genebrino dispensará maior esforço e tempo na tarefa de interrogar os rumos dos estudos lingüísticos, possibilitando que, mais tarde, fosse inaugurada uma nova ciência, a lingüística. Sem dúvida, esse esforço de Saussure não passou despercebido: os deslocamentos que ele propõe afetarão a vida da ciência da linguagem desde então.

2. Bréal e a sua relação com Saussure

Se os deslocamentos propostos por Saussure afetaram a vida da ciência da linguagem, para que estes deslocamentos fossem possíveis, uma importante figura contribuiu com seus ensinamentos e com as suas reflexões sobre a linguagem: Michel Bréal, professor de Saussure na *École de Hautes Études* em Paris²¹.

Michel Bréal foi um dos estudiosos que dedicaram suas vidas ao estudo da linguagem. Os trabalhos deste autor, datados entre a metade do século XVII e início do XVIII, se dividem entre três campos distintos: o estudo de inscrições antigas e de mitos, o estudo de lingüística histórica e trabalhos sobre questões relativas ao ensino (*cf.* Guimarães, 1992)²².

Primeiramente, Bréal analisa as inscrições antigas e os mitos, dedicando-se, por exemplo, a estudar Hércules e Cacus. Passada esta fase de estudos mitológicos, este autor lança-se ao estudo sistemático da linguagem, a partir de uma perspectiva que ele próprio chama de *lingüística histórica*. Aliás, é nesta segunda etapa da sua obra que Bréal utiliza a

²¹ Conforme escreve Guimarães, no apêndice de *Ensaio de Semântica* (1992), Bréal fez parte do grupo que fundou a *École de Hautes Études*, local onde teve alunos ilustre, dentre os quais está incluso Saussure. Além disso, o próprio Bréal fez contratar Saussure para a *École*. Benveniste (1995 [1963], p.39) acrescenta que “Saussure é recebido cordialmente na *École de Hautes Études*, onde encontra logo discípulos que o seu pensamento encanta e inspira, e na *Société de Linguistique*, onde Bréal cedo o encarrega do secretariado adjunto”.

²² Este trabalho de Guimarães refere-se ao apêndice do livro *Ensaio de Semântica* de Bréal (1992 [1897]).

palavra *semântica*²³ para definir sua “área de estudos”, a saber, estudo das significações. Bréal também se coloca ao serviço da feitura de trabalhos a respeito da questão do ensino; apesar de se configurarem como um terceiro campo de atuação, estes últimos trabalhos são feitos concomitantemente às demais produções deste autor.

Como nos informa Guimarães, no apêndice do *Ensaio de Semântica*, apesar desta divisão ser um pouco “forçada”, ela é importante para que saibamos que houve um momento em que Michel Bréal se dedicou especialmente ao estudo das questões relativas à significação. Estes estudos se baseiam numa concepção de língua diferente daquela proposta pela gramática comparada. Para Bréal (1992 [187]), é preciso considerar o sentido das palavras, a partir de uma perspectiva histórica, para entender como funciona a linguagem. Em outras palavras, Bréal pauta-se, para o desenvolvimento de suas considerações sobre as línguas, numa certa idéia de Semântica, aquela que faz uma descrição que visa compreender a evolução do sentido das palavras.

Para instaurar sua Semântica (histórica), Bréal procura redimensionar os postulados da gramática comparada e criticar o naturalismo lingüístico, pois ambos os movimentos não adotam a ponto de vista semântico em suas considerações. Pelo contrário, eles visam analisar as palavras, respectivamente, enquanto elementos que têm parentescos entre si – os quais precisam ser descobertos – e enquanto elementos orgânicos que evoluem.

Desse modo, ao se afastar do comparatismo e do naturalismo, a fim de adotar a perspectiva semântica histórica, Bréal pode pensar a natureza da linguagem e as mudanças lingüísticas enquanto passíveis à vontade humana. É justamente a questão da vontade humana que guia os trabalhos deste lingüista, porque, segundo ele, em matéria de linguagem, o objetivo que se tem é ser compreendido e, para tanto, o fator subjetivo sobressai sobre o formal. Para Bréal, “a história diz respeito a uma relação do sujeito (do homem) com a linguagem, e há marca da subjetividade daquele que fala naquilo que fala. E

²³ Segundo Guimarães, em “A Lingüística é uma ciência histórica” que também figura no livro *Ensaio de Semântica* (1992 [1897], p. 09), “os textos de história da lingüística ou história da semântica dizem que Bréal fundou a semântica, ou que foi o primeiro a usar o termo *semântica*”.

mais do que isso, as línguas têm os elementos que marcam esta presença” (Guimarães, 1992, p. 14)²⁴. Segundo o próprio Bréal (1992 [1897]), tratando sobre o elemento subjetivo:

O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. (...) (Bréal, 1992 [1897], p. 161).

Deve-se começar a ver de que ponto de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as coisas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. Para muitos homens, eles são ainda quase os únicos... Se descêssemos um ou vários degraus, e se procurássemos o início da linguagem humana na linguagem dos animais, veríamos que neles o elemento subjetivo reina sozinho, que ele é o único elemento expresso, o único compreendido, que ele esgota sua faculdade de entendimento e toda a matéria de seus pensamentos.

Não se trata, pois, de um acessório, de uma espécie de superfluidade, mas ao contrário de uma parte essencial, e sem dúvida do fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado (*Ibid.*, p.161).

Assim, deparamo-nos com um lingüista preocupado em demonstrar as relações de sentido das palavras e entre as palavras, em mostrar que o fator humano está relacionado com o sentido e que este sentido se insere no movimento histórico. Afinal, para Bréal, “o sentido é uma relação com o mundo” (Guimarães, 1992, p. 15)²⁵. Aliás, mesmo que o sentido seja manifesto pelas palavras, quem as veicula, ao se expressar, são os homens. Dessa forma, não é coerente que o fator subjetivo não esteja presente, pelo contrário, ele é fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado (*cf.* Bréal, 1992 [1897], p. 147).

Se Bréal adota a perspectiva de que a linguagem progride num tempo histórico e está perpassada por este tempo, e de que o homem interfere, através de sua vontade, nesta

²⁴ Consideração feita por Guimarães no prefácio do livro de Bréal (1992 [1897]).

²⁵ Consideração feita por Guimarães no prefácio do livro de Bréal (1992 [1897]).

progressão histórica, este autor também não pode estar de acordo com os postulados dos neogramáticos. Afinal, Bréal não busca entender as mudanças ou as leis fonéticas, já que, segundo ele, estes itens pertencem à gramática fisiológica. Para ele, o sentido é muito mais importante do que o aspecto fonético, apesar deste último item compor a vida das línguas.

Tomado pela questão do sentido e pela Semântica histórica, Bréal escreve o seu livro *Ensaio de Semântica*, datado de 1897. Neste trabalho, ele procura fazer uma reflexão sobre fenômenos concernentes ao âmbito semântico das línguas, salientando que, no que tange às manifestações lingüísticas relativas ao sentido das palavras, o fator humano sempre está presente, visto que o homem colabora para a evolução da linguagem. Desse modo, o foco de Bréal, neste livro, é justamente mostrar a língua enquanto meio de expressão de sentido e que este sentido é fundamental para a estruturação da própria linguagem e do homem. Nas palavras de Bréal,

Os livros de gramática comparada se sucedem no uso dos estudantes e do grande público, entretanto, não me parece que o que se oferece seja bem o que seria preciso. Para quem sabe interrogá-la, a linguagem está cheia de lições, já que depois de tantos séculos a humanidade deposita nela as aquisições de sua vida material e moral. Limitar o estudo da linguagem às mudanças de vogais e consoantes é reduzi-lo às dimensões de um ramo secundário da fisiologia; contentar-se em enumerar as perdas sofridas pelo mecanismo gramatical é cair na ilusão de que a linguagem é como um edifício em ruínas; restringir a linguagem às teorias abstratas sobre a sua origem é correr o risco de acrescentar, sem grande proveito, um capítulo à história já demasiado longa dos sistemas. Há, parece-me, outra coisa a fazer: extrair da lingüística o que dela ressalta como alimento para a reflexão e – não temo acrescentar – como regra para nossa própria linguagem, visto que cada um de nós colabora com sua parte para a evolução da fala humana. Eis o que merece ser trazido à tona, eis o que tentei fazer neste volume (Bréal, 1992 [1897], p. 17).

De fato, Bréal procura trazer à tona processos relativos aos fenômenos semânticos da linguagem; para fazer isso, ele dedica toda a primeira parte do seu *Ensaio de Semântica* às leis intelectuais da linguagem. Contudo, antes de expor essas leis, é preciso

esclarecer, como faz o próprio autor, que as “leis semânticas” não são imperativas e, portanto, passíveis de exceções e ajustes. Aliás, são leis que têm limite de aplicação, sendo que este limite deve ser estabelecido pelo funcionamento da linguagem e pelo momento histórico.

Enquanto leis com limite de aplicação, elas devem ser aplicadas aos fenômenos aos quais dizem respeito, a fim de que a explicação desse fenômeno seja adequada. É essa adequação da lei ao fenômeno ao qual se refere que Bréal mostra na primeira parte de seu livro. Nesta primeira seção, ele tece comentários gerais e expõe a lei da especificidade, da repartição, da irradiação, as quais dizem respeito respectivamente à necessidade de se fazer compreender com pouca dificuldade; ao fato de que duas palavras que eram sinônimas obtiveram sentidos independentes e que não podem mais ser empregadas uma pela outra (repartição de sentido); e ao fato de que uma palavra ou desinência pode “passar” o seu sentido para outra palavra ou desinência (irradiação do sentido).

Além destas leis, Bréal aborda outras questões na primeira parte do *Ensaio de Semântica*, tais como a sobrevivência das flexões mesmo que já tenham desaparecido das línguas – pois elas sobrevivem, no espírito, através do lugar que ocupam na frase –, das construções análogas e da tradição; as falsas percepções de palavras, por exemplo, perceber a presença de uma desinência onde ela não está; a analogia como meio de evitar dificuldades de expressão, para obter mais clareza, para sublinhar uma oposição ou uma semelhança e para se ajustar a uma regra antiga ou nova; as novas aquisições de formas ou palavras; e, por fim, a extinção das formas inúteis nas línguas.

Já na segunda parte do *Ensaio*, Bréal dedica-se a dissertar sobre como se fixou o sentido das palavras e, para tanto, trata da ampliação e restrição de sentido, da questão da metáfora, das palavras abstratas e do espessamento do sentido, da polissemia, dos nomes compostos, dos grupos articulados e dos nomes dados às coisas. Em todas estas subseções, o autor procura destrinchar como estes fenômenos relativos ao sentido das palavras se desenvolveram e se aplicaram em diferentes línguas (ou em uma língua) num dado momento ou ao decorrer de um período.

Por fim, na terceira parte de seu *Ensaio de Semântica*, Bréal debruça-se sobre a questão de como se formou a Sintaxe. Neste momento de seu trabalho, ele reflete a respeito

do que são e de como as categorias gramaticais existem no espírito; sobre a força transitiva das palavras, ou seja, sobre a “força” que faz com que uma palavra se ligue / se apóie em outra na frase; sobre o contágio de sentido, ou seja, sobre a associação de idéias que passa de uma palavra para a outra; sobre os instrumentos gramaticais, especificamente o pronome relativo, o verbo e os verbos auxiliares; sobre a ordem das palavras na frase; sobre a lógica da linguagem e como age o espírito popular no que tange a esta lógica; sobre o elemento subjetivo, ou seja, sobre como o produtor das frases intervém nas palavras, nas formas gramaticais e no plano geral de nossas línguas; e, sobre o papel da linguagem nas operações da inteligência humana, mais precisamente, sobre a linguagem enquanto educadora do gênero humano.

Nosso objetivo em fazer este breve panorama sobre um das obras de Michel Bréal não é o de esmiuçar todos os conteúdos por ele propostos, mas de justamente dar uma visão ampla sobre o trabalho a respeito da semântica feito por este estudioso. A presença desta panorâmica se justifica pelo fato de que Bréal foi um dos mestres de Ferdinand de Saussure, como informamos no início dessa seção. Desse modo, enquanto professor, Bréal possivelmente exerceu influência no desenvolvimento e no amadurecimento das reflexões sobre linguagem feitas por Saussure.

Então, se a tradição de estudos da linguagem interrogou e impulsionou a obra de Saussure, como vimos anteriormente²⁶, nesta tradição se inclui o trabalho de Bréal. Contudo, enquanto estudioso atento aos fenômenos lingüísticos, Bréal se posicionou de modo crítico em relação ao que era produzido pelos autores anteriores e os de seu tempo: ele ponderou sobre a pertinência de se empreender estudos que dessem conta de leis fonéticas ou das relações de parentesco entre línguas e preferiu adotar outra perspectiva, a semântica.

Esta mudança de posição no que diz respeito aos estudos anteriores e contemporâneos sobre linguagem também ocorreu nas articulações de Saussure. Este autor procurou adotar um posicionamento diferente daquele adotado pela tradição sobre os fenômenos lingüísticos com os quais lidava: buscou delimitar o campo da Lingüística e suas noções fundamentais. Nesta empreitada, Saussure tratou a linguagem enquanto

²⁶ Durante o primeiro item do capítulo I.

instituição fundamental para o humano, mesmo que ela, de certo modo, independa deste para existir e se constituir.

Nesse sentido, vemos Saussure se distanciar de Bréal no que tange ao elemento subjetivo. Se para Bréal o fator humano na linguagem, como podemos constatar acima, era imprescindível, para Saussure a língua deveria, enquanto sistema auto-suficiente, ser analisada em si mesma, desprezando qualquer manifestação individual. Afinal, para Saussure, a língua, apesar de ter uma esfera individual, é um sistema que, enquanto objeto de análise da Lingüística, diz respeito ao coletivo e que só a força da massa de falantes pode mudar.

Trata-se [a língua] de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (Saussure, 2001 [1916], p. 21).

Em suas notas manuscritas, Saussure também opõe claramente o que tange ao âmbito do indivíduo e ao coletivo quando se trata da língua. Para o genebrino, o fator subjetivo não está em questão, já que, apesar do indivíduo utilizar a língua como forma para se expressar – através da fala –, ele não tem domínio sobre os fenômenos que atingem o sistema lingüístico ou que acontecem nas relações entre os elementos deste sistema. Seguem as observações manuscritas de Saussure sobre a questão coletividade:

1. A língua não está naquilo que nos interessa no indivíduo, naquilo que nos interessa antropologicamente (Saussure, 2004, p. 247).

Quando um sistema de signos se transforma em patrimônio de uma coletividade, seja ele o que for, em si mesmo e em termos de sua proveniência, sobrevêm desse fato duas coisas:
É inútil querer apreciá-lo fora do que resulta, para ele, de seu caráter coletivo.
É suficiente, e até mesmo necessário, considerar apenas esse produto social, em []

A primeira é que não se pode mais apreciá-lo por suas características internas ou naturais: com efeito, nada garante mais, desde o momento em que o sistema de signos passa a pertencer à coletividade, que uma razão interior, uma razão feita à imagem de nossa razão individual, vá continuar a governar a relação do signo e da idéia (*Ibid.*, p. 248).

Dessa maneira, temos uma forte oposição entre a posição de Bréal e de Saussure a respeito da presença do falar subjetivo na linguagem. Se para Bréal a presença da subjetividade é fundamental para a existência e para a continuidade da língua – afinal, língua é comunicação e meio de expressão do indivíduo –, para Saussure, tudo o que diz respeito ao fator subjetivo deve ser suprimido para analisar a língua enquanto sistema autônomo.

Contudo, em outros pontos teóricos, podemos notar a interferência das articulações do professor Bréal nas formulações de seu pupilo. Em outras palavras, as articulações de Bréal comparecem, de certa maneira e em certa dose, refletidas no trabalho do mestre genebrino. Por exemplo, quando a questão diz respeito ao estabelecimento de um sentido novo para uma palavra. Sobre esta questão, Bréal afirma:

O sentido novo, qualquer que seja ele, não acaba com o antigo. Ambos existem um ao lado do outro. O mesmo termo pode empregar-se alternativamente no sentido próprio ou no sentido metafórico, no sentido restrito ou sentido amplo, no sentido abstrato ou no sentido concreto...

À medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor.

A esse fenômeno de multiplicação daremos o nome de polissemia (Bréal, 1992 [1897], p. 103).

Saussure, ao abordar a possibilidade de mudança de sentido acontecer no decorrer do tempo, afirma que querer analisar a mudança de sentido de uma forma isoladamente é algo inadmissível, já que a mudança semântica só faz sentido quando tomada em um dado momento sincrônico e quando essa mudança é analisada dentro do contexto do sistema de língua. Ou seja, para o genebrino, a mudança de sentido é algo que,

apesar de poder ocorrer no tempo diacrônico, diz respeito a um dado estado de língua e à coletividade que utiliza esta língua.

Ao supor que a mudança diacrônica de sentido fosse de fato algo a ser considerado nos estudos lingüísticos, o genebrino conclui que, ao analisar uma palavra no fio do tempo, não haveria de fato a substituição de uma significação por outra, mas a concorrência entre duas significações. Em outras palavras, Saussure acredita que, se acontecer a uma palavra mudar de sentido no decorrer do tempo histórico, não haveria de fato uma mudança, mas a existência concomitante de dois sentidos para a mesma palavra. Segundo o genebrino:

Colocaremos, então, entrando no quadro inadmissível – que a mudança de significação não tem valor algum como fato resultante do tempo, por todos os tipos de razões, entre outras, porque essa mudança se dá a cada instante e não exclui a significação precedente, que se torna concorrente; enquanto que a mudança de forma reside na substituição de um termo por outro; e porque essa substituição consagra, supõe com necessidade, e por si só, a presença sucessiva de duas épocas; – que a significação é apenas uma maneira de exprimir o valor de uma forma, valor que depende completamente das formas coexistentes a cada momento, e que é, por conseguinte, uma empreitada quimérica, não apenas querer examinar essa significação em si mesma (o que não é nada lingüístico), mas querer examiná-la com relação a uma forma, visto que essa forma muda e, com ela, todas as outras e, com estas, todas as significações, de maneira que só se pode dominar a mudança de significação vagamente com relação ao conjunto (Saussure, 2004, p. 41).

O que Saussure nos diz, na citação acima, é que o sentido de uma forma pode mudar “diacronicamente” – afinal, o signo tem como propriedade ser mutável – e que essa mudança atinge não só a forma em questão, mas todas as outras que a cercam no sistema lingüístico. A mudança diz justamente respeito a todo o sistema, não só à forma transformada, porque as formas estão em relação de diferença no sistema: se uma forma muda, é preciso re-articular o arranjo das outras significações na língua. Neste re-arranjo,

uma significação não é automaticamente substituída, mas continua a existir concomitantemente à nova significação.

Vemos, então, que tanto Bréal quanto Saussure, apesar da especificidade da visão de cada um deles sobre o assunto, admitem que haja transformação de sentido de uma forma no decorrer do tempo. Saussure também se alinha com Bréal ao afirmar que a significação precedente não morre, mas convive “polissemicamente” com a significação nova da palavra.

Ainda sobre a questão transformação de sentido de uma palavra, Bréal tece comentários sobre o fato de que, depois de ocorrida a transformação e instaurado um novo estado de língua, o povo pode continuar a utilizar a palavra com o novo sentido, sem se dar conta da existência da significação anterior.

Esses tipos de transformações de sentido são importantes para a observação do historiador, pois constituem para ele indicações tão mais seguras quanto são involuntárias. Não seria necessário relatar esses fatos no capítulo da metáfora. A metáfora é a percepção instantânea de uma semelhança entre dois objetos. Aqui, ao contrário, temos de dar conta de um lento deslocamento de sentido. O povo continuava, **sem pensar nisso**, a empregar a palavra *pecunia*, ainda que a fortuna do cidadão romano não consistisse mais unicamente no rebanho²⁷. (Bréal, 1992[1897], p. 88; destaque nosso).

A evolução gramatical se faz tão lentamente, e mediante um progresso tão insensível, que a maior parte do tempo ela escapa ao observador (*Ibid.*, p. 63).

Benveniste, em *O vocabulário das instituições indo-européias* (1995), também discute essa questão da continuidade dos vocábulos ao longo do tempo e das mudanças de sentido que estes vocábulos podem sofrer. Este autor dedica um capítulo de seu trabalho para discutir a etimologia e as transformações do sentido de dois termos, a saber, *pecu* e

²⁷ A palavra *pecunia*, inicialmente, designava apenas a riqueza em gado, e terminou, com o tempo, a designar toda espécie de riqueza.

pecunia. Em nosso trabalho, nos deteremos em explicar as mudanças sofridas por *pecu* a fim de ilustrar a questão da obliteração do sentido primitivo dos vocábulos.

Apesar de muitos trabalhos de gramática comparada nos ensinarem que **peku* significava em indo-europeu “gado” e que este termo poderia ser explicado por uma raiz **pek* (“tosar”), Benveniste (1995) nos alerta que esta concepção de **peku* é insustentável, pois *pecu* tem laço formal de derivação secundária com o termo *pecunia* e que *pecu*, em sua significação primitiva, remete exclusivamente ao valor econômico, significando “posse móvel pessoal”.

Enquanto revestido do significado “posse móvel”, o termo *pecu* foi aplicado ao gado; em outras palavras, seu sentido era de “posse móvel” e a sua denotação poderia ser aplicada a “gado” / “rebanho”. Dada a utilização deste termo para denotar “gado”, seu sentido e sua denotação se fundiram por algum tempo e, desse modo, ele passou a denotar o seu referente e sua significação primitiva ficou obliterada. Essa foi a primeira especialização do termo *pecu*, que passou a se referir a apenas um tipo de posse móvel, a posse de gado. A segunda especialização sofrida por este termo foi passar a significar “gado miúdo” em vez de apenas denotar “gado” e, por fim, ele passou a significar “ovino”.

Benveniste salienta, contudo, que a significação primitiva de *pecu* nunca esteve ligada à designação de animal nenhum e que só passou a designar “rebanho” pela utilização do termo em diferentes momentos. Desse modo, foi a aplicação do termo em questão que permitiu o deslocamento do sentido primeiro e este sentido tornou-se obliterado diante do novo uso do vocábulo.

Nosso estudo desse termo trouxe à luz, explícito, o modelo da evolução que postulamos para **peku*: no ponto de partida, um termo designando a “posse móvel”. Este, por razões extralingüísticas, é freqüentemente aplicado à posse de gado; torna-se então o termo para “gado”, e posteriormente para a espécie de gado predominante, o “carneiro” (Benveniste, 1995, p. 57).

Essas constatações de Benveniste reinteram o que disse Bréal (1992 [1897]) a respeito do uso de *pecunia* – trecho já anteriormente citado, mas que é conveniente

relembrar: “à qui, ao contrário, temos de dar conta de um lento deslocamento de sentido. O povo continuava, sem pensar nisso, a empregar a palavra ‘pecunia’, ainda que a fortuna do cidadão romano não consistisse mais unicamente no rebanho” (Bréal, 1992 [1897], p. 88). Ou seja, as transformações de sentido podem obliterar o sentido primitivo das palavras a tal ponto que este sentido não seja mais lembrado.

Saussure, assim como Bréal, ao pensar sobre a evolução diacrônica da transformação de sentido de uma forma, diz que de fato a transformação de sentido no tempo acontece e que os falantes não tomam consciência dessa mudança, porque eles estão inseridos em diferentes estados sincrônicos. Dito de outro modo, estes falantes continuam a usar a mesma palavra, mas com sentido diferente e sem se dar conta deste fato, porque a mudança atravessou diferentes estados de língua e, para os falantes, não é preciso saber a significação anterior.

Saussure admite a transformação de sentido diacrônico, apesar de acreditar que em nada este fenômeno acrescenta para entender o funcionamento “real” da língua, que é, por sua vez, sincrônico. Ele usa a metáfora do jogo de xadrez para explicar que a mudança de uma palavra ou de um sentido por outro(a) ocorre diacronicamente e que o falante é inconsciente dessa mudança.

Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou por outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo num momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que aconteceu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico. A fala só opera sobre um estado de língua, e as mudanças que ocorrem entre dois estados não têm nestes nenhum lugar.

Existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez tem uma intenção de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada; (...). Para a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou fato de inteligência (Saussure, 2001 [1916], p. 105).

Com um falante inconsciente das mudanças ocorridas de um estado de língua para o outro, as transformações de sentido ocorrem e se estabelecem na língua independentemente da consciência do sujeito. Esta conclusão aproxima o trabalho de Bréal e de Saussure, salvo a diferença de focos: Bréal analisa apenas a mudança de significado das palavras, já Saussure pensa a questão da mudança a fim de explicar o funcionamento do sistema lingüístico.

Mas não apenas a problemática da transformação de sentido aproxima o trabalho destes dois teóricos da linguagem. Quando trata da analogia, Saussure segue de perto as reflexões de seu mestre. Para o nosso genebrino, a analogia é um fenômeno que atinge as línguas e faz com que elas evoluam; em outras palavras, a analogia é um processo gerador de novas formas. Através da analogia, pode ser criada uma forma que jamais existiu, assim, é um erro acreditar que este fenômeno seja apenas de transformação de algo que já existe: a analogia é criadora.

Mesmo quando atua sobre formas que já existem na língua, a analogia é um meio criador de novas formas, pois é através dela que formas já existentes geram formas inovadoras. Afinal, segundo o próprio Saussure, “a analogia supõe um modelo e sua imitação regular: uma forma analógica é uma forma feita à margem de outra ou de outras, segundo regra determinada” (Saussure, 2001 [1916], p. 187; adaptado). Evidentemente, como já posto, o processo analógico não apenas incide sobre formas existentes, mas quando isso acontece, a imitação regular é a ferramenta utilizada pela língua para gerar itens lexicais.

Enquanto fenômeno de criação, a analogia caracteriza-se como “grande fator de evolução das línguas, o processo pela qual estas passam de um estado de organização a outro” (*Ibid.*, p. 189). Esta característica do processo analógico fica suficientemente clara ao pensarmos que a passagem de um estado de língua a outro se dá justamente pela excessiva quantidade de mudanças ou pela incidência de mudanças bruscas no sistema lingüístico, fatos que podem ser acelerados ou desencadeados pela analogia lingüística. Para Saussure, a analogia, enquanto veículo produtor de acontecimentos lingüísticos, gera novos estados:

Há duas coisas a compreender (...). Os *acontecimentos* de língua e os sistemas de língua. Um acontecimento da mesma natureza pode produzir, em tal caso, uma mudança relativa, limitada e, no segundo, uma mudança absoluta, ilimitada, já que inaugura um novo estado de todos os termos. Isso depende simplesmente de saber se a diferença de quantidade produzida era a primeira, conforme o que existia até então, ou não era a primeira. (...). Toda a diferença, quando se admite que ela vale a pena, não reside, então, no acontecimento modificador, mas no gênero do estado que ele modifica (Saussure, 2004, p. 227-228).

Dessa forma, para que a analogia seja um dos fatores que contribua para a mudança de estado lingüístico, ela precisa incidir sobre o sistema de língua, ou seja, a diferença que analogia produz, pela criação de novas formas, precisa atuar sobre a língua como um todo, e não se limitar a um mero acontecimento que pode ser superado / incorporado pelo sistema.

A analogia para Bréal também se caracteriza como um “meio imitador”, ao qual as línguas recorrem para evitar dificuldade de expressão, obter mais clareza, sublinhar uma oposição ou uma semelhança entre termos e ajustar uma regra antiga ou nova. Assim, a analogia é vista como uma ferramenta para que as línguas superem algumas dificuldades em seu funcionamento e “evoluam” de maneira mais racional e funcional.

Vemos esse caráter de “ferramenta”, atribuída à analogia, nas produções de Saussure: ela é o meio pelo qual novas formas são geradas. Assim, a analogia não está posta como causa da criação de novas formas, mas como instrumento desse processo. Esse caráter de ferramenta comparece de maneira muito contundente nas articulações de Bréal; segundo ele próprio, “a analogia é apenas um meio. As verdadeiras causas, trataremos de as mostrar” (Bréal, 1992 [1897], p. 53). Podemos, então, aproximar as articulações saussurianas sobre a analogia das formulações de Bréal: Saussure novamente parece seguir os passos de seu professor. Contudo, cabe salientar que o genebrino mantém a originalidade de sua reflexão, já que ele não se limita em posicionar a analogia enquanto instrumento utilizado pelas línguas para determinadas finalidades – como fez o seu professor –, ele

insere esse “instrumento analógico” em seu quadro teórico sobre o funcionamento do sistema lingüístico.

Certamente, poderíamos detectar uma grande quantidade de pontos pelos quais os trabalhos de professor e pupilo poderiam ser aproximados, mas gostaríamos de encerrar esta seção com um tema que não poderia deixar de comparecer: o valor. Sim, Bréal aborda a questão do valor e de uma maneira bem próxima àquela que observamos nas articulações posteriores de Saussure. Segue uma citação na qual Bréal problematiza o valor de uma forma em relação ao seu sentido:

Perguntar-se-á como esses sentidos não se contradizem um ao outro. Mas é preciso atentar que as palavras são colocadas cada vez num meio que lhe determina antecipadamente o valor. Quando vemos o médico assistindo um doente, ou quando entramos numa farmácia, a palavra *ordonnance* (receita) toma para nós uma cor que faz que não pensemos de modo algum no poder legislativo dos reis da França (Bréal, 1992 [1897], p. 104).

Quando Bréal tece este comentário sobre a questão do sentido determinado pelo valor que a forma ganha a depender do contexto na qual ela é proferida, este autor está justamente condicionando o valor semântico de uma forma à maneira como ela é utilizada e ao meio em que está inserida. Assim, uma palavra, tal como *ordonnance*, que possua dois sentidos, pode adquirir uma significação ou outra (um valor) a depender da situação em que está posta.

Saussure também condiciona o valor semântico de uma forma, mas através do funcionamento dos eixos associativo e sintagmático. Ou seja, uma forma adquire dada significação a depender das relações de valor operantes na frase em que está inserida (sintagma) e das relações arbitrárias e de valor no sistema lingüístico (associativo). Desse modo, o foco de Saussure novamente recai sobre o modo de funcionamento do sistema lingüístico: mesmo o sentido obedece a este funcionamento para se estabelecer de tal ou qual maneira. Segundo anotação de Riedlinger a esse respeito, feita durante uma aula de Saussure:

Et, ainsi, les deux groupements, dans l'espace et mental (par familles), sont en activité tous les deux: il s'agit d'éliminer tout ce qui n'amène pas la différence voulue. Cela s'étend <aussi loin que l'on voudra et> dans les deux sens: la valeur résultera toujours du groupement par familles et du groupement syntagmatique. <La valeur possible de m résultera d'une part> de l'opposition, qui est intérieure, avec toute espèce d'éléments de même ordre (par exemple, l, n :<amna

*l
etc.,> les sons possibles en français); mais il [y] a un autre moyen de valoir, <c'est de valoir> syntagmatiquement. Là intervient <aussitôt> quelque chose de spatial; c'est d'être placé entre a et n, pour m, dans amna. Ce sont ces deux oppositions perpétuelles: par syntagmes et par tout ce qui diffère, ce que nous n'amenons <pas>, mais que nous pourrions amener dans le discours²⁸ – c'est sur ces deux oppositions, façons d'être voisin <ou différent d'autre chose> - que repose le mécanisme d'un état de langue (Engler, 1989, p. 295-297, notas 2080 e 2087, coluna 2; negritos do autor)²⁹.*

É exatamente este foco que aproxima e distancia Bréal e Saussure: enquanto ambos concordam que o estabelecimento do sentido de uma forma (a obtenção de valor) requer a presença de “instrumentos reguladores”, estes autores se afastam ao definir quais são estes “instrumentos”: para o primeiro, o contexto e o espírito; para o segundo, aspectos estritamente lingüísticos.

²⁸ Trabalharemos o conceito de *discurso*, segundo a perspectiva saussuriana, durante o terceiro capítulo desta dissertação. Por hora, é suficiente dizer que Saussure entende discurso como a manifestação lingüística expressa pelos sintagmas. Segundo o mestre genebrino, “o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por via que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento” (Saussure, 2004, p. 37).

²⁹ Anotação de aula feita por Albert Riedlinger, durante o segundo curso de lingüística geral (1908-1909), o qual foi ministrado por Saussure.

E, assim, as duas associações, no espaço e mental (por famílias), são atividades ambas: trata-se de eliminar qualquer que não conduza a diferença querida. Isto se entende <também distante que se querará e> nos dois sentidos: o valor resultará sempre da associação por famílias e da associação sintagmática. <O valor possível de um m resultará de uma parte> da oposição, que é interior, com toda a espécie de elementos da mesma ordem (por exemplo, l, n: amna
l
etc.,> os sons possíveis em francês; mais há um outro meio para o valor, <é valer> sintagmaticamente. Lá intervem <imediatamente> algo de espacial; é ser colocada entre a e n, o m, em amna. São estas duas oposições perpétuas: por sintagmas e por todo que se difere, que não conduzimos, mas que poderíamos conduzir no discurso – é sobre estas duas oposições, maneiras de ser vizinho <ou diferente de outra coisa> - que repousa o mecanismo de um estado de língua (trad. nossa).

À guisa de conclusão desta seção, podemos perceber que há pontos de distanciamento e de aproximação entre as formulações de Michel Bréal e Ferdinand de Saussure. Podemos levantar a hipótese de que dificilmente um aluno seja imune aos ensinamentos de seu professor: este aluno pode concordar ou discordar de seu mestre, mas dificilmente se posicionar de forma indiferente. É o que acreditamos ter acontecido com Saussure: à medida que ele aprendia e refletia mais sobre os fenômenos lingüísticos, ele concordava ou discordava de posicionamentos outros, dentre estes, o de seu professor Bréal.

Aliás, a presença dos ensinamentos de Bréal na vida intelectual e acadêmica de Saussure pode ter contribuído para que o genebrino cada vez mais se dissociasse de posicionamentos como o da gramática comparada e dos neogramáticos. Afinal, Bréal se distancia destes posicionamentos em prol de uma perspectiva que pretende entender o funcionamento das significações, o que Saussure, de certo modo, repete.

Respeitada a especificidade do trabalho de cada um destes teóricos³⁰, poderíamos dizer que Saussure continua, de certo modo, a seguir os passos de Bréal, se entendermos que, após delimitar os conceitos-chave para a ciência da linguagem e esmiuçar o funcionamento do sistema de língua, o genebrino poderia partir para uma nova etapa do seu trabalho: a análise do funcionamento do sentido.

Evidentemente que a questão do sentido já está posta no trabalho de Saussure, como pudemos constatar acima: a atribuição de valor para uma forma lingüística, a qual figura no sistema de língua, requer analisar como está funcionando o eixo sintagmático, ou seja, em que contexto gramatical esta forma está inserida, e, analisar o eixo associativo, ou seja, qual foi a escolha, dentre as outras possíveis, feita pela língua em termos de qual forma figuraria no sintagma³¹.

³⁰ Saussure pretendia construir uma teorização que delimitasse o que é Lingüística e qual o objeto de estudo desta ciência, pretensão esta que, se assim podemos dizer, não tinha Bréal.

³¹ Este “ímbricamento” entre os dois eixos para a instauração do sentido de uma forma depende intrinsecamente do valor lingüístico para acontecer. Em outras palavras, é a propriedade de ter valor que permite a unificação dos dois eixos para a atribuição do valor semântico a uma dada forma. Este, se assim podemos dizer, processo será mais bem explicado ao longo do segundo e do terceiro capítulos desta dissertação.

Este “imbricamento” entre os dois eixos para a instauração do sentido – aquisição do valor semântico – será mais bem explicada no decorrer deste trabalho. Neste ponto, procuramos mostrar que Saussure, apesar de ter outras preocupações no tocante aos estudos sobre a língua, não se esquece do componente semântico em seu trabalho. Saussure aproxima-se de Bréal ao também focar a semântica, contudo se diferencia dele ao buscar compreender a Semântica de forma mais abrangente e não apenas fazer uma semântica de análise de sentido de palavras isoladas: Saussure busca compreender o funcionamento do sentido enquanto fruto das relações lingüísticas.

Por fim, cabe mencionar que, nesta busca de compreensão do funcionamento da língua e de todos os mecanismos que a compõem – inclusive o componente “sentido” –, Saussure procura se desvencilhar de todas as ordens que não sejam lingüísticas, dentre essas ordens inclui-se a dos objetos materiais – nas palavras de Foucault (1999), o âmbito da “conjuntura”. Para o genebrino, não é pertinente analisar um possível inter-relacionamento entre palavras e coisas porque esta relação não diz respeito à maneira como a língua se estrutura: a língua é composta por apenas entidades psíquicas e, desse modo, o objeto material deve ser deixado de lado na análise.

Bréal, por sua vez, no que tange a inter-relação entre língua e objetos materiais, dedica um capítulo em seu *Ensaio de Semântica* justamente para tratar da possível e aparente relação entre palavra e coisa. Nesta seção, apenas nos interessa mencionar que, diferentemente de seu pupilo, Bréal se dispõe a pensar sobre como os nomes são dados às coisas. Num momento posterior desta dissertação, as articulações feitas por Bréal a este respeito serão apresentadas a fim de contrapô-las às de Saussure. Passemos, então, a analisar os deslocamentos feitos pelo genebrino.

3. Os deslocamentos saussurianos

Toda a tradição de estudos sobre a linguagem que se desenvolveu antes do surgimento do trabalho de Saussure teve um papel extremamente importante para que as

reflexões do mestre fossem possíveis. É certo que Saussure utiliza muitos conceitos elaborados pelos seus antecessores e que compareciam nas obras sobre a linguagem; por exemplo, pode-se citar “signo”, “valor”, “arbitrário”, “sistema”. Mas, todos esses conceitos foram ressignificados/deslocados por Saussure: as articulações do genebrino redimensionaram a teoria clássica do signo lingüístico e reinterpretaram os “fundamentos da teoria clássica do arbitrário (e particularmente na reinterpretação da questão da origem)” (Bouquet, 2000, p. 184). É justamente sobre alguns desses deslocamentos que nos debruçaremos nesta seção, já que eles têm papel fundamental na constituição do pensamento do mestre. Iniciemos, então, pela questão do signo.

Se a tradição de estudos lingüísticos que compareceu desde a Antiguidade até por volta do século XVII se serviu do modelo triádico do signo – o qual era composto por 1. som → 2. idéia → 3. objeto –, com os gramáticos de Port-Royal, a questão da significação foi também – e essencialmente – investigada através de um modelo diádico, já que se deixou de lado a forma material dos objetos ³².

É justamente “a colocação entre parênteses da relação (2 → 3) pelos lingüistas” que se configura, dentro da história dos movimentos de estudo da linguagem, como um ponto fundamental de mudança (Auroux, 1998, p. 128). Os lingüistas, a partir de então, passaram a desconsiderar, no âmbito do signo lingüístico, a suposta relação entre idéia e objeto para analisar apenas a ligação entre som e idéia. Em outras palavras, estes lingüistas passaram a efetivamente não dar nenhum destaque à suposta presença da ordem dos objetos materiais na constituição do signo lingüístico, em prol da análise da ligação entre idéia e som para a formação do signo lingüístico.

Nesse novo quadro dos estudos lingüísticos sobre o signo, no qual figura o modelo diádico de signo (som / idéia), Saussure inova ao radicalizar esse afastamento da forma das coisas da teorização: o deslocamento empreendido pelo genebrino consiste não apenas em colocar a relação entre idéias e objetos como algo secundário, mas assumir que

³² Segundo Auroux, “a tese husserliana (que se pode batizar ‘tese da intencionalidade’, no sentido próprio) consiste em sustentar que esta ligação [entre linguagem e mundo] é o fato somente da consciência. (...). Deste ponto de vista, o conteúdo da tese da intencionalidade não data de Husserl mas da Lógica de Port-Royal (1662), quando Arnauld e Lancelot fazem da afirmação um ato intelectual necessário à constituição de um enunciado e esforçam-se por construir uma **representação do raciocínio humano que repousa inteiramente sobre os conteúdos de consciência que são as ‘idéias’**” (Auroux, 1998, p. 225-226; destaque nosso).

esta relação não coloca problema para a sua teoria. O signo lingüístico cunhado por Saussure não tem o menor compromisso para com a forma material dos objetos, pois se constitui na relação lingüística entre significado e significante. Este afastamento da ordem material das coisas possibilita que, diferentemente da tradição de estudos da linguagem que concebia o signo enquanto partícula que representava os objetos no plano da linguagem, os postulados saussurianos tomem o signo como um elemento que depende necessariamente da ordem lingüística para se constituir, ou seja, que independe dos objetos materiais para existir.

Nesse contexto, a língua deixa de ser entendida enquanto via de expressão de signos representativos e passa a ser entendida enquanto *mediação semiológica* (Parret³³): ela é um sistema que correlaciona dois elementos de natureza psíquica e que prescindem da materialidade dos objetos e/ou de qualquer ordem que não seja lingüística. Mas o som não adviria da ordem fisiológica e, portanto, de uma ordem não lingüística? Cabe esclarecer que, nas articulações saussurianas, não é o som enquanto realidade fisiológica que entra nas relações do sistema lingüístico. Para essa teorização – e vemos isso aparecer constantemente nos *Escritos de Lingüística Geral* (2004) –, o som, tomado como feixe de ondas sonoras, nada vale para a língua, pois é a *imagem acústica*, enquanto concreção psíquica, que entra na relação semiológica com a *idéia*. Segundo o próprio Saussure:

O dualismo profundo que divide a linguagem não reside no dualismo do som e da idéia, do fenômeno vocal COMO TAL e do fenômeno COMO SIGNO – do fato físico (objetivo) e do fato físico-mental (subjetivo), de maneira alguma do fato ‘físico’ do som por oposição ao fato ‘mental’ da significação. Há um primeiro domínio, interior, psíquico, onde existe o signo assim como a significação, um indissolúvelmente ligado ao outro; há um segundo, exterior, onde existe apenas o ‘signo’ mas, nesse momento, o signo se reduz a uma sucessão de ondas sonoras que merece de nós apenas o nome de figura vocal (Saussure, 2004, p. 24).

³³ Termo usado pelo Prof. Dr. Herman Parret durante seus seminários proferidos no IEL/UNICAMP entre 16 à 24/10/06.

Vemos que, para Saussure, o sistema lingüístico é composto por dois elementos psíquicos, o significante e o significado. Portanto, não só os objetos do mundo não colocam problema, mas também qualquer ordem que seja estranha à lingüística é afastada. Esse afastamento da forma das coisas é de tal maneira contundente que os elementos que formam o signo, e também o próprio signo, serão concebidos na forma de **valores**: tomar o signo e seus componentes enquanto valores é um sinal do radical rompimento com tudo que não concerne às relações lingüísticas. Afinal, entender um signo como valor é atribuir-lhe uma existência que só é possível dentro das relações do sistema lingüístico.

O que caracteriza o signo lingüístico não é somente a ligação de um significante e de um significado (Sa/So), é o fato de que o signo lingüístico nunca existe isolado, mas sim em um sistema que ele constitui com outros signos [...] (Auroux, 1998, p. 129-130).

A teoria do valor é inegavelmente um dos pontos cardeais no pensamento saussuriano, já que ela se configura como uma grande inovação frente ao modo de conceber a linguagem na época. O deslocamento que essa teoria imprime, como já posto, é bastante contundente: o signo deixa de ter compromisso com qualquer outra ordem que não seja a da língua. Mais do que isso, o signo lingüístico passa a refletir aquilo que, para o genebrino, é a essência da língua: uma unidade lingüística não significa, mas ela vale. Ou seja, uma unidade sýgnica não tem como finalidade portar um significado único que será destinado a algum objeto em especial – como diz Saussure, a língua não é nomenclatura –, mas essa unidade se reveste da significação que lhe é atribuída nas relações sistêmicas e negativas da língua.

Nunca é demais repetir que *os valores* dos quais se compõe primordialmente um sistema de língua (um sistema morfológico), um sistema de sinais, não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. Eles consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações, estabelecida sobre a diferença geral dos signos *mais* a diferenças geral das significações *mais* a atribuição anterior

de certas significações a certos signos ou reciprocamente (Saussure, 2004, p. 31).

Desse modo, o signo existe e se configura justamente pelas/nas relações sistêmicas: ele se reveste de valor pelas relações negativas e diferenciais com os demais signos da língua. Vejamos outro trecho em que Saussure aborda esta questão do valor:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *idéia* e como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas ela *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte, ela implica a existência de outros *valores* (Saussure, 2004, p. 30; destaques do autor).

Entender o valor lingüístico enquanto ponto cardeal nos postulados do mestre genebrino tem um impacto sobre a questão da referência. Ao conceber o signo enquanto partícula que se reveste de valor dentro das / pelas relações sistêmicas, a teoria veta a presença de qualquer resquício do fato material na composição do signo; afinal, o signo é resultado de uma articulação entre significado e significante – os quais também são tomados enquanto valores³⁴. Mais do que isso, a teoria descarta a possibilidade de que haja um compromisso entre signo e objetos: um signo ganha a sua significação pelas relações de valor na língua e não por qualquer ligação com o mundo material. Desse modo, a suposta ligação referencial entre palavras e mundo é deslocada em prol da constituição de um sistema que por si só gera as significações enquanto valores lingüísticos.

Então, se o fato lingüístico é fruto apenas das relações sistêmicas entre valores, já que os signos são valores, uma possível desarticulação entre significado e significante, os componentes do signo, é rejeitada. Observe o que Saussure (2004) afirma sobre esta impossibilidade de dissolução da relação significado / significante:

³⁴ “(...) nosso ponto de vista constante será dizer que, não apenas a significação, mas também o signo, é um puro fato da consciência” (Saussure, 2004, p. 22).

Há, na língua, um lado físico e um lado psíquico. Mas o erro irremissível, que se traduzirá de mil maneiras em cada parágrafo de uma gramática, é acreditar que o lado psíquico é a *idéia* e o lado físico é o *som*, a *forma*, a *palavra*.

As coisas são um pouco mais complicadas do que isso.

Não é verdade, é profundamente errado imaginar que há oposição entre o som e a idéia, que são, ao contrário, indissoluvelmente unidos pelo nosso espírito (Saussure, 2004, p.60; destaques do autor e grifo nosso).

Então, os elementos que compõem o signo não devem ser tomados separadamente porque eles só têm um valor a partir do momento em que se ligam dentro do sistema lingüístico e formam o signo. Por sua vez, também não é coerente, que o signo lingüístico seja tomado isoladamente, pois ele em si mesmo nada vale para a língua. O que atribui valor ao signo são as relações negativas e diferenciais que ele tem com os demais signos que compõem o sistema.

Quando uma bandeira, entre muitas outras, ondula no mastro [], ela tem duas existências: a primeira é ser um pedaço de pano vermelho ou azul, a segunda é ser um signo ou um objeto, que se entende dotado de um sentido para aqueles que o percebem. Observemos as três características eminentes dessa segunda existência:

1º Ela só ocorre em virtude do pensamento que se liga a ela.

2º Tudo o que representa, para o espírito, o sinal marítimo de uma bandeira vermelha ou azul procede, não do que ele é, não do que se decidiu associar a ele, mas exclusivamente destas duas coisas: 1) de sua diferença com relação aos outros signos que figuram no mesmo momento, 2) de sua diferença com relação aos signos que poderiam ter sido içados em seu lugar e em lugar dos signos que a acompanham. Fora esses dois elementos negativos, ao se perguntar **onde reside a existência positiva do signo, vê-se, imediatamente, que ele não possui nenhuma** e que esses [] (Saussure, 2004, p. 52; destaque nosso).

Contudo, apesar de nada valer para o sistema de língua se tomado isoladamente, o signo que, “tradicionalmente determinado por seu estatuto de “representar”

uma realidade distinta pela qual ele “vale” (...), se transforma d oravante num objeto concebível **nele mesmo**”³⁵ (Bouquet, 2000, p. 193). Então, o signo, apesar de depender exclusivamente das relações sistêmicas para existir, pode também ser entendido como um elemento concebível em si mesmo (uma positividade). Ou seja, a partir do momento em que o signo se constitui na língua como resultado de operações negativas e diferenciais entre significados e significantes³⁶, o espírito pode o individualizar enquanto partícula positiva (Sdo + Ste = Signo).

Mas afirmar que um signo pode ser analisado enquanto uma positividade não seria uma incoerência frente ao fato de que ele só existe dentro das relações diferenciais sistêmicas? Certamente não. Dizer que o signo lingüístico pode ser concebido nele mesmo reporta a sua independência, ao se constituir, para com toda e qualquer coisa que esteja fora do âmbito lingüístico; afinal, não há matéria definida em si mesma num momento dado, “só se pronuncia uma palavra pelo seu valor” (*Ibid.*, p. 57). Além disso, o signo lingüístico é fruto da união entre significado e significante, portanto, o resultado positivo da operação entre esses elementos. Segundo o *CLG*:

Mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem. Um sistema lingüístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de idéias; mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no

³⁵ Sobre esta questão, Ducrot (1968) afirma que o pensamento de Saussure se situa numa perspectiva oposta a de Port-Royal na medida em que, para os gramáticos gerais, “há uma estrutura necessária da idéia, e é ela que constitui a organização profunda do enunciado, recomposta a seguir conforme transformações que a obscurecem, mas não a derogam. Já Saussure argumenta que a idéia enquanto tal deve ser considerada uma ‘hebulosa’, uma ‘massa amorfa’, tão amorfa quanto a matéria fônica que a veicula” (Ducrot, 1968, p. 58-59).

³⁶ Há as relações negativas e diferenciais entre os significados e os significantes. Contudo, a partir do momento que um significante se liga a um dado significado para compor um signo, essa relação entre eles se torna necessária: este significante passa a evocar o seu significado. O signo formado, então, passa a figurar no sistema lingüístico enquanto partícula detentora de positividade, mas que só se relaciona com os outros signos através das diferenças e das relações negativas: “a característica mais exata do signo é ser o que os outros não são” (Saussure, 2001, p. 136; adaptado).

interior de cada signo. Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição lingüística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças (Saussure, 2001 [1916], p. 139-140).

Mesmo que o signo lingüístico seja considerado um fato positivo, devido a ser resultado da ligação entre significante e significado, ele só pode exercer o seu papel sgnico na língua se for tomado enquanto valor nas relações sistêmicas. Em outras palavras, o signo pode ser analisado como uma positividade se “comparado” com os objetos provenientes de outras ordens que não a lingüística ou se isolado das relações sistêmicas com os outros signos. Contudo, se tomado dentro do âmbito lingüístico, ao signo não pode ser atribuída nenhuma positividade, visto que só subsiste pelas/nas relações negativas e diferenciais com os demais signos que compõem a língua, relações essas que prescindem de toda e qualquer positividade.

Desse modo, pode-se considerar que a teoria do valor é indubitavelmente um dos pilares fundamentais da teorização saussuriana, mas que evoca o comparecimento de uma outra propriedade do signo para a sustentar: a arbitrariedade. Afinal, somente porque o signo é arbitrário que ele pode ser concebido como valor.

Estas condições fazem compreender melhor o que foi dito à p. 81 *s.* sobre o arbitrário do signo. Não só os dois domínios ligados pelo fato lingüístico são confusos e amorfos como **a escolha que decide por tal porção acústica para tal idéia é perfeitamente arbitrária. Se não fosse o caso, a noção de valor perderia algo do seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora.** Mas, de fato, os valores continuam a ser inteiramente relativos e, eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário (Saussure, 2001 [1916], p. 132; destaque nosso).

Então, devido à importância da propriedade signo lingüístico ser arbitrário para a constituição da teoria do valor e do próprio construto teórico de Saussure, dedicamos à

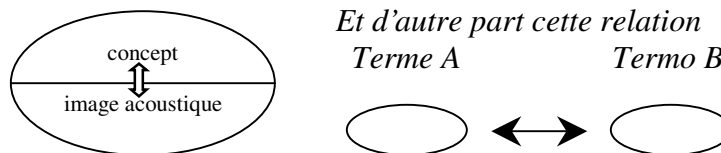
questão do arbitrário, que se também se configura como um dos deslocamentos do genebrino, uma seção à parte.

4. Arbitrariedade: propriedade fundamental para o signo saussuriano

Tratar da arbitrariedade do signo lingüístico significa, na teorização saussuriana, abordar a ligação entre significado e significante e as relações entre os signos nas línguas. Pois, é preciso considerar, ao afirmar “o signo é arbitrário”, que se estabelecem duas conseqüências para o mesmo axioma, a saber, que a ligação entre significado e significante é arbitrária e cada língua escolhe os seus próprios significantes. Observe a colocação feita por Saussure e anotada por Émile Constantin, um dos alunos do genebrino, sobre a dupla acepção do arbitrário e, na seqüência, os comentários de Bouquet (2000) sobre este assunto:

Mais je n'ai voulu en cela qu'indiquer l'opposition des éléments arbitraires ou relativement arbitraires comme un phénomène facile à surprendre. Nous n'avons pas pénétré autant qu'il nécessaire dans le phénomène lui-même. <Il> met en présence deux relations <que je n'ai> pas séparés <jusqu'ici sans les opposer>. L'idée de relativement arbitraire fait intervenir deux relations qu'il faut soigneusement distinguer.

Nous avons d'une part cette relation dont il a été question:



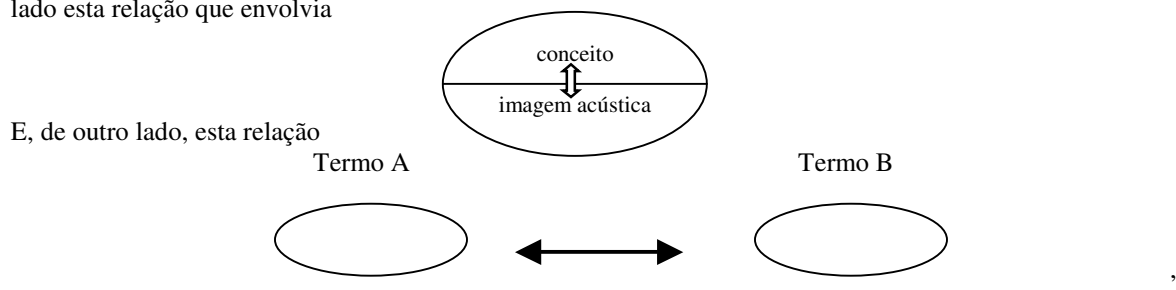
*Le mot de **terme** employé ici: <les termes:> ce son les quantités avec lesquelles on a à opérer (terme d'une équation mathématique) ou termes ayant une valeur déterminée: cela revient dans ce sens à unité linguistique. (Saussure, [s/d],*

apud Constantin. In. Komatsu & Harris, 1993, p. 89, **negrito e grifo do autor**)³⁷.

Aqui, parece claramente que o fato do arbitrário, tal como Saussure o concebeu no apogeu de sua reflexão, tem duas implicações: por um lado, o fato do significante de cada signo é, por essência, livremente decretado pelas línguas e, por outro lado, a repartição – o ‘corte’³⁸ – ‘matéria a significar’³⁹ se opera ao sabor das línguas. É este duplo fato que se conjuga num fenômeno complexo que pode, desta vez, ser denominado *arbitrário do signo* e que escolhemos denominar aqui *arbitrário da língua*, para não criar equívoco com o *Cours* (Bouquet, 2000, p. 233).

Em outras palavras, o arbitrário do signo saussuriano engloba dois tipos de relações que, apesar de interligadas, se distinguem: por um lado, a arbitrariedade, interna ao signo, de um significante para com o seu significado para o estabelecimento de um signo. Esta arbitrariedade interna supõe que um dado significado é arbitrário em relação ao seu significante, que um significante é arbitrário para com seu significado e que é arbitrário que um significado e um significante sejam ligados em um signo. Já por outro lado, há a arbitrariedade entre o signo estabelecido e os demais termos que figuram no sistema de uma dada língua. Este último tipo de arbitrário se configura de maneira externa ao signo e se

³⁷ Bouquet (2000, p. 233) traz esta mesma citação, a qual está traduzida para o português, a saber: “Mas eu quis apenas [...] indicar a posição de elementos arbitrários ou relativamente arbitrários como um fenômeno fácil de surpreender. Nós não penetramos tanto quanto era necessário no fenômeno. Ele presentifica duas relações que eu não separei. [Falei] até aqui sem opô-las. A idéia de relação arbitrária faz intervir duas relações que é preciso distinguir cuidadosamente. Temos de um lado esta relação que envolvia



³⁸ Termo retirado por Bouquet (2000) das anotações feitas por Constantin a respeito do terceiro curso de lingüística geral, o qual foi proferido por Saussure entre 1910 e 1911.

³⁹ Expressão retirada por Bouquet (2000) dos manuscritos de Saussure intitulados *Notas Item*.

caracteriza de dois modos, a saber: é arbitrário que “o número de significantes e as características distintivas dos significantes de uma língua sejam o que são” (arbitrário fonológico) e que “o número de significados e as características distintivas dos significados de uma língua sejam o que são” (arbitrário semântico) (*Ibid.*, p. 236).

Em nenhuma das facetas da questão do arbitrário, sob a ótica saussuriana, a problemática da ligação entre a palavra e o seu referente não está posta. A questão do arbitrário do signo saussuriano diz respeito estritamente ao fato lingüístico enquanto fruto das relações do sistema de língua e, portanto, nada deve para as ordens “não-lingüísticas”. Tanto o arbitrário interno quanto o arbitrário externo do signo são relações que se constituem a partir do ponto de vista lingüístico e impelem que não se perca tempo em pensar que a língua possa ser uma convenção.

Segundo Gadet (1990) é preciso atentar para o fato de que há dois modos de conceber a questão do arbitrário: 1) aquele que figura nas discussões filosóficas; e, 2) aquele que comparece nas formulações lingüísticas. Esta distinção é fundamental, pois ela demonstra o deslocamento que Saussure promove para esta questão, na medida em que abandona o posicionamento clássico ao redimensioná-lo conforme a sua teorização.

*Mais il faut bien voir que les termes du débat ne sont pas les mêmes. L'arbitraire philosophique, en effet, concerne le lien entre une chose et son nom. Alors, que l'arbitraire linguistique est le principe selon lequel un signifiant comme [sær] n'est lié par aucun rapport <<intérieur>> au signifié <<sœur>>: <<Le lien unissant le signifiant au signifié est radicalement arbitraire>>, trouve-t-on dans les sources. **Radicalement** est omis dans le CLG, ce qui risque de faire perdre le sens de <<dans ses racines mêmes>>, de même que l'opposition à un arbitraire qui ne serait pas radical*⁴⁰ (Gadet, 1990, p. 37).

⁴⁰ Mas é necessário efetivamente ver que os termos do debate não são os mesmos. O arbitrário filosófico, com efeito, concerne na ligação entre a coisa e seu nome. Então, que o arbitrário linguístico é o princípio segundo o qual um significante como [sær] não está vinculado por alguma ligação <<interior>> ao significado <<sœur>>: << A ligação que une o significante ao significado é radicalmente arbitrária>>, encontra-se nas fontes. Radicalmente é omitido no CLG o que corre o risco de perder o sentido <<nas suas raízes mesmas>>, assim como a oposição a um arbitrário que não seria radical (trad. nossa).

Por um lado, ao discutir a respeito da suposta ligação entre as coisas e seus nomes, debatemos sobre o chamado **arbitrário filosófico**; que, por sua vez, abrange duas posições, a saber, a naturalista, a qual afirma que a origem da linguagem é natural e a ligação entre palavras e objetos é imposta pela natureza/realidade ao homem; e a convencionalista, a qual postula que há uma convenção implícita pela qual “*tel sens revient à tel segment*”⁴¹ (*Ibid.*, p. 37). Por outro lado, ao analisar a relação arbitrária entre um significante e seu significado, estamos dentro do campo do **arbitrário lingüístico**.

Apesar da posição de Saussure, segundo Gadet (1990), ser bastante convencionalista⁴², ele se afasta do debate clássico ao não tomar a origem da linguagem como problema: apesar de admitir que possa haver um contrato entre significado e significante, eles não pré-existem à língua, pois são frutos de uma associação. Nesse contexto, o importante para o lingüista é analisar a vida da linguagem e não sua origem.

De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre conceber como tal. Eis porque a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta; o único objeto real da Lingüística é a vida normal e regular de um idioma já constituído (Saussure, 2001, p. 86).

*La question d'origine du langage n'existe même pas. Le soi-disant contrat primitif se confond avec ce qui se passe tous les jours. Il n'y a aucun moment où la genèse diffère caractéristiquement de la vie du langage, et l'essentiel est d'avoir compris la vie*⁴³ (Saussure, [s/d;1916], apud Gadet, 1990, p. 39).

⁴¹ “tal sentido retorna a tal segmento” (trad. nossa).

⁴² O convencionalismo de Saussure, para Gadet (1993), fica suficientemente transparente na seguinte passagem do *Curso*: “*L'acte pour lequel, à un moment donné, les noms seraient distribués aux choses, par lequel un contrat serait passé entre les concepts et les images acoustiques – cet acte, nous pouvons le concevoir, mais il n'a jamais été constaté. L'idée que les choses auraient pu se passer ainsi nous est suggérée par notre sentiment très vif de l'arbitraire du signe.*” (Saussure apud Gadet, 1990, p. 38). Gadet acrescenta que «*Saussure montre bien qu'on ne peut repérer historiquement le moment du contrat, mais il accepte de le supposer: il est ici strictement conventionaliste [...]*» (Gadet, 1990, p. 38).

⁴³ A questão da origem da linguagem não existe mesmo. Pretendo o contrato primitivo confundir-se com o que se passa todos os dias. Não há nenhum momento em que a gênese difere caracteristicamente da vida da linguagem, e o essencial é ter compreendido a vida (trad. nossa).

Ao abandonar a discussão dos convencionalistas e ao optar por analisar a vida da linguagem em um dado momento sincrônico, Saussure também se afasta da discussão clássica sobre a ligação entre uma coisa e seu nome. Este afastamento ocorre na medida em que, ao deslocar a discussão para o arbitrário lingüístico, a problemática deixa de ser a suposta ligação entre nome e coisa para ser a ligação arbitrária e recíproca entre significado e significante na constituição do signo. Em outras palavras, a discussão passa a recair sobre o que Saussure chama de *signo imotivado*: “(...) o significante é **imotivado**, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 2001, p. 83; destaque do autor).

Ainda sobre esta ligação arbitrária entre significante e significado, Milner (2002) afirma que, mais do que uma ligação, este laço que se forma entre estes dois elementos é fruto de um encontro entre pensamento e som. É importante salientar que anteriormente a este encontro, tanto o som quanto o pensamento não pré-existiam, já que é o próprio encontro que propicia a existência, para a língua, destes dois constituintes enquanto significado e significante.

Da même manière, dit Saussure, la langue est articulée en signes par la rencontre pensée/son ; chaque signe peut être envisagé comme la rencontre particulière de telle pensée et de tel son, mais en vérité cette pensée et ce son particuliers ne préexistent pas à la rencontre elle-même ; or, cette rencontre concerne d'un seul mouvement le flux général de la pensée et le flux des sons ; elle y détermine de manière solidaire toutes les divisions. Un signe donné n'existe que par les autres signes. Plus exactement, un signe donné n'existe que par ce qui permet aux autres signes d'exister ⁴⁴(Milner, 2002, p. 33-34).

Desse modo, temos que Saussure desloca a questão da origem da linguagem e redimensiona a concepção de arbitrário. Mais do que isso, Saussure abre a possibilidade à

⁴⁴ “Da mesma maneira, diz Saussure, a língua está articulada em signos pelo encontro pensamento/som; cada signo pode ser visto como o encontro particular de tal pensamento e tal som, mas na verdade esse pensamento e esse som particulares não pré-existem ao próprio encontro; ora, esse encontro concerne, de um só movimento, o fluxo geral do pensamento e o fluxo geral dos sons; ele é aí determina de maneira solidária todas as divisões. Um signo dado não existe senão pelos outros signos. Mais exatamente, um signo dado não existe senão pelo que permite aos outros signos existirem” (trad. nossa).

*“la naissance d’un nouveau terrain, le linguistique, à cote du terrain philosophique dont relèvent les réflexions sur l’origine du langage e sur le rapport entre langage e réalité”*⁴⁵ (Gadet, 1990, p. 41). Então, nessa conjuntura como se poderia pensar a questão de qual seria a forma da relação de co-determinação, se é que existe, entre a língua, a substância psicológica e a substância do mundo? (cf. Bouquet, 1992). Na teorização saussuriana, segundo Gadet (1990), a língua não se correlaciona como o mundo exterior a ela, pois o signo se constitui no âmbito lingüístico. Ou seja, o laço arbitrário do signo não envolveria as coisas e seus nomes, mas a ligação entre significado e significante dentro das relações sistêmicas da língua.

É importante atentar para o fato de que ao postular que a ligação entre significante e significado é arbitrária, Saussure fornece a base sustentadora da sua teoria do valor. Afinal, se o signo lingüístico não fosse de caráter arbitrário, a partir do momento que fosse tomado enquanto valor, ele seria um valor motivado. Em outras palavras, se o signo lingüístico não fosse arbitrário, ele adquiriria um valor estabelecido por outras instâncias que não somente a lingüística. Mas, pelo signo ser efetivamente arbitrário, ele pode se revestir de valor que é só determinado pelas relações negativas e diferenciais existentes dentro do sistema de língua. Como nos resume bem o próprio Saussure, na associação que constitui o signo lingüístico, há somente “dois valores que existem um em virtude do outro (arbitrariedade do signo)” (Saussure, 2004, p. 287).

Então, se o signo lingüístico é arbitrário e só se reveste de um valor imotivado, ele efetivamente prescinde da necessidade de ter qualquer ponto de apoio fora da ordem lingüística. Ou seja, o signo dispensa para a sua constituição a presença de um referente material que o motive a existir. É por essa característica de ser arbitrário é que ele pode ser considerado enquanto fruto de uma associação recíproca.

⁴⁵ “O nascimento de um novo terreno, o lingüístico, ao lado do terreno da filosofia o qual ressalta as reflexões sobre a origem da linguagem e sobre a relação entre língua e realidade” (trad. nossa).

5. O signo lingüístico segundo Saussure: uma questão de associação recíproca

Sobre a língua, para Saussure, mais do que depender do que lhe seja exterior, ela é um “*objet scientifique très spècial*” e não há “*rien de comparable à la langue*” (Engler, 1989, p. 244, nota 1776, coluna 4)⁴⁶. Se não há nada de comparável à língua, cabe ao lingüista se desvencilhar de tudo que exista entre as coisas humanas e se deter em analisar apenas as relações entre os signos que compõem o sistema lingüístico. Ou seja, o lingüista, na perspectiva saussuriana, não deve examinar o que é exterior à língua, pois seu compromisso é investigar o fato lingüístico enquanto decorrente da união entre significado e significante. Em seu terceiro curso de Lingüística Geral (1910-1911), o qual foi organizado e publicado por Komatsu & Harris (2003), Saussure afirma:

In the language as we encounter it directly, without any intermediaries, these are neither given units nor given entities. An effort is necessary to grasp what it is that forms the different entities contained in the language, or to avoid taking as linguistic entities things which are entities of another order. We are not dealing with organized beings or with material things. Where the language is concerned, we are in a very poor position to see the real entities, since the language phenomenon is internal and fundamentally complex. It presupposes the association of two things: the concept and the acoustic image. That is why one can say that it needs a positive effort and careful attention to discern the entities within the mass formed by the language⁴⁷ (Saussure, [s/d], apud Komatsu & Harris, 1993, p. 78a)⁴⁸.

⁴⁶ “Objeto científico muito especial”; “não há nada de comparável à língua” (trad. nossa). Estas afirmações, feitas por Saussure, foram proferidas durante o segundo curso de lingüística geral, entre 1907-1908, e constam no caderno de François Bouchardy, um de seus alunos no referido curso.

⁴⁷ Na língua, como nós a encontramos diretamente, sem nenhum intermediário, não há nem unidades nem entidades dadas. É preciso um esforço para agarrar isso que forma as diversas entidades contidas na língua ou para evitar tomar como entidades lingüísticas o que são entidades de outra ordem. Nós não estamos lidando com coisas organizadas ou com coisas materiais. Onde a língua é concernida, nós estamos em uma muito pobre posição para ver as reais entidades, desde que o fenômeno lingüístico é interno e fundamentalmente complexo. Ele pressupõe a associação de duas coisas: o conceito e a imagem acústica. É por isso que se pode dizer que é preciso uma operação positiva e cuidadosa atenção para discernir as entidades dentro da massa dada pela língua (trad. nossa).

⁴⁸ Segue a mesma citação em sua língua original, o francês:

Por caber ao lingüista apenas lidar com o fato lingüístico, independentemente de qualquer “interferência” externa, sua tarefa se resume em analisar o modo de existência de signos – enquanto frutos do encontro arbitrário entre significados e significantes – que figuram no sistema lingüístico e são submetidos às relações existentes dentro desse sistema. Então, a função do lingüista e da própria lingüística passa a ser, com Saussure, perscrutar o funcionamento do sistema de língua, desconsiderando qualquer outra ordem estranha a esse sistema. Se na tradição anterior ao genebrino a conjuntura era necessária para a formação do signo, com Saussure, o lingüístico basta a si próprio.

Desse modo, delineia-se outro importante deslocamento saussuriano: da representação assimétrica para a associação recíproca. Diferentemente da doutrina port-royalista, na qual o signo se fundava a partir de uma relação de **representação assimétrica** – *A* representa *B* e, isto não implica que *B* represente *A* –, na teorização saussuriana, não se fala em termos de representação. Para Saussure, o signo lingüístico é fruto de uma relação de **associação recíproca**: *A* está associado a *B* e, isto implica que *B* esteja associado a *A* (Milner, 2002).

Le signifiant ne représente pas le signifié; il lui est associé et, du même coup, le signifié à son tour est associé au signifiant. Si quelque chose représentait, ce pourrait être tout au plus le signe dans son ensemble, mais on remarquera que cette relation-là, c'est-à-dire la relation du signe à la chose signifiée, n'importe nullement à Saussure. On assiste là à un déplacement décisif: Saussure construit un modèle du signe qui se disjoint de toute théorie de la représentation. Autrement dit, la notion de signe a été profondément modifiée. Saussure du reste ne recourt au mot signe lui-même qu'avec répugnance, comme si la notion proposée était

« Dans la langue prise face à face, sans intermédiaires, il n'y a ni unités ni entités données. Il faut un effort pour saisir ce qui forme les diverses entités contenues dans la langue ou pour éviter de prendre comme entités linguistiques ce qui sont des entités d'un autre ordre. Nous ne sommes pas en face d'êtres organisés ou de choses matérielles. Nous sommes très mal placés avec la langue pour voir les entités réelles, puisque le phénomène de la langue est intérieur et fondamentalement complexe. Il suppose l'association de deux choses: le concept et l'image acoustique. C'est pourquoi on peu dire qu'il faut une opération positive et l'application de l'attention pour discerner les entités au sein de la masse que forme la langue » (Saussure apud Komatsu & Harris, 1993, p. 78).

suffisamment transformée pour appeler en droit une désignation inédite: <<si nous nous en contentons, c'est que nous ne savons par quoi le replacer>> (CLG, I, 1, § 1). L'ironie a voulu que, par le succès du Cours, cette notion nouvelle de signe soit devenue <<naturelle>>. Autrement dit, ceux qui ont été formés par Saussure ne comprennent littéralement plus les textes antérieurs à Saussure. Saussure a opacifié les stoïciens en recouvrant la séparation qui règne chez eux entre théorie du <<langage>> (conçue comme théorie du <<dire>>) et théorie du signe; il a opacifié saint Augustin en recouvrant la nouveauté que représente chez ce dernier la réunion d'une théorie du langage et d'une théorie du signe; il a opacifié Arnauld et Nicole et avec eux, si Foucault a raison, toute la philosophie classique en instituant un modèle symétrique et réciproque du signe⁴⁹ (Milner, 2002, p. 27-28; negritos nossos).

Fica bastante claro, nessa passagem do texto de Milner (2002), que a teorização saussuriana não toma como um problema a suposta ligação que a língua teria com a forma dos objetos. Pelo contrário, a língua é entendida como um objeto analisável em si mesmo na medida em que ela deve ser dissociada das coisas humanas⁵⁰. Nas palavras do mestre genebrino:

⁴⁹ “O significante não representa o significado; ele lhe está associado e, ao mesmo tempo, o significado, por sua vez, está associado ao significante. Se alguma coisa representasse, isso poderia ser o signo no seu conjunto, mas vale observar que essa relação do signo com a coisa significada não importa em nada para Saussure. Assiste-se aí um deslocamento decisivo: Saussure constrói um modelo do signo que se disjunta de toda a teoria da representação.

Em outras palavras, a noção de signo foi profundamente modificada. Saussure, de resto, recorre à palavra *signo* senão com repugnância, como se a noção proposta fosse suficientemente transformada para chamar diretamente uma designação inédita: <<se nos contentamos é por não saber pelo que substituí-la>> (CLG, I, 1, § 1). A ironia quis que, pelo sucesso do *Cours*, essa noção de signo tenha se tornado <<natural>>. Dito de outro modo, aqueles que foram formados por Saussure não compreendem literalmente mais os textos anteriores a Saussure. Saussure obliterou os estóicos recobrando a separação que reina neles entre teoria da ‘linguagem’ (concebida como teoria do ‘dizer’) e teoria do signo; ele opacificou Santo Agostinho recobrando a novidade que representa nesse” último a reunião de uma teoria da linguagem e de uma teoria do signo; ele obliterou Arnauld e Nicole e com eles, se Foucault tinha razão, toda a filosofia clássica instituindo um modelo simétrico e recíproco do signo” (trad. nossa).

⁵⁰ Segundo a profa Dra. Maria Fausta Pereira de Castro, em comunicação pessoal, esta questão é complexa porque a língua existe porque há falantes. Mas, por outro lado, o fulcro da afirmação parece ser o problema da ordem própria da linguagem.

Nous ne pouvons donc pas placer le langage au milieu des choses humaines (Engler, 1989, p. 317, nota 2202, coluna 2)⁵¹.

*(...) objet scientifique très spècial. (...). Rien de comparable à la langue*⁵² (Engler, 1989, p. 244, nota 1776, coluna 4)⁵³.

Configura-se, então, uma profunda alteração no modo de se conceber os fenômenos lingüísticos: Saussure desloca a problemática da representação para a da associação. Esse deslocamento em prol da associação recíproca entre significado e significante, a qual ocorre num sistema em que esses elementos são valores lingüísticos, permite a Saussure conceber o pensamento⁵⁴ – visto como atividade mental, como faculdade da linguagem – enquanto condição essencial para a linguagem e a linguagem enquanto condição para o pensamento: esta é uma relação não causal entre um elemento e outro, mas associativa entre duas instâncias que se complementam. Observe o que diz Saussure nos *Escritos de Lingüística Geral* (2004):

Na prática e, auxiliamente, com a condição, também, de ser aplicado de maneira nova, porque ela se tornaria, então, metódica e sistemática, nós reconhecemos que o trabalho do historiador pode lançar uma luz muito viva, incidindo sobre as condições que regem a expressão do pensamento, principalmente ao produzir a prova de que não é o pensamento que cria o signo, mas o signo que determina, primordialmente, o pensamento (por conseguinte, o cria, na realidade, e o leva, por sua vez, a criar signos, sempre um pouco diferentes daqueles que recebeu) (Saussure, 2004, p. 45).

Também nessa relação entre língua e pensamento, os objetos do mundo não comparecem, tendo em vista que a constituição da linguagem não se daria por uma via

⁵¹ Esta afirmação, feita por Saussure, foi proferida durante o primeiro curso de lingüística geral, em 1907, e consta no caderno de Albert Riedlinger, um de seus alunos no referido curso.

‘Não poderemos colocar a linguagem entre as coisas humanas’ (trad. nossa)

⁵² ‘Objeto científico muito especial. Não há nada de comparável à língua’ (trad. nossa).

⁵³ Esta afirmação, feita por Saussure, foi proferida durante o segundo curso de lingüística geral, entre 1907-1908, e consta no caderno de François Bouchardy, um de seus alunos no referido curso.

⁵⁴ Segundo o prof. Dr. Herman Parret, em dos seminários proferidos na UNICAMP entre 16 à 24/10/06, o pensamento na teorização saussuriana não é uma atividade intelectual / racional, mas é a vida psíquica do sujeito, é o julgamento. Mais do que isso, o pensamento é a faculdade de “*ressentir*” (termo em francês).

referencial, mas por uma relação semiológica. Então, temos uma conjuntura teórica em que o pensamento está desligado de qualquer materialidade por ser fruto de uma relação semiológica e em que a relação entre os signos (concretudes psíquicas) e os objetos do mundo exterior não está posta.

Contudo, como lidar com uma teoria que se fecha dentro de suas perspectivas teóricas e que se dispõe a desconsiderar a realidade empírica? Se a suposta relação entre objetos do mundo e a língua não era questão para Saussure, será que estes objetos não ‘feverberam’ dentro da teorização do genebrino? Até que ponto o mestre conseguiu afastar o ‘terceiro termo’ (a forma das coisas, a realidade) de sua reflexão? Será que ele efetivamente pretendia afastar o ‘terceiro termo’? Sobre estas questões é que procuramos nos debruçar nos dois próximos capítulos dessa dissertação.

Capítulo II

***O fato material,
o toque oblíquo das palavras
e a questão da referência***

1. Valor: um conceito feito por conceitos

Nunca é demais repetir que os *valores* dos quais se compõe primordialmente um sistema de língua (um sistema morfológico), um sistema de sinais, não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. Eles consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações, estabelecida sobre a diferença geral dos signos *mais* a diferença geral das significações *mais* a atribuição anterior de certas significações a certos signos reciprocamente (Saussure, 2004, p. 30-31; destaques do autor).

Indubitavelmente, a teoria do valor é um dos conceitos cardeais do pensamento saussuriano. Esta teoria evoca para a sua compreensão muitos dos conceitos articulados por Saussure e, desse modo, torna-se altamente complexa e de difícil exposição. Por estes motivos, Saussure reluta em apresentar suas articulações sobre a questão do valor a seus alunos e somente decide esboçar publicamente a questão nas suas aulas dos dias 23, 27 e 30 de junho e 4 de julho de 1911 (*cf.* Bouquet, 2000).

Contudo, mesmo diante da complexidade do tema, é preciso analisá-lo, pois a teoria do valor é um dos elementos que diferenciam o trabalho de Saussure de outros trabalhos feitos na época⁵⁵. Para o seu entendimento, dado que a teoria do valor mobiliza os principais conceitos cunhados/deslocados pelo genebrino, a saber, “língua”, “arbitrariedade”, “sistema”, “signo”, faz -se necessário compreender a participação desses conceitos na questão do valor para, então, vislumbrar como esta teoria se relaciona com o estabelecimento do sentido e como participa efetivamente do aparente afastamento da questão da referência nos postulados do mestre.

Segundo o próprio Saussure, cabe à língua constituir as suas unidades e ela o faz a partir de duas ordens de massas amorfas, a saber, a das **idéias** e a dos **sons**⁵⁶. Em

⁵⁵ Segundo Lahud (1977, p. 33), “a transformação conceitual que prepara essa nova caracterização do signo só é plenamente realizada com a introdução das noções de sistema e de valor. Pois, a partir daí, não se poderá mais pensar o signo como uma entidade psíquica de duas faces, nem simplesmente como uma unidade relacional ou diferencial – tornando-se, assim, a peça do jogo de xadrez metáfora privilegiada do signo.”

⁵⁶ No *CLG*, mais especificamente no capítulo “O valor lingüístico”, é explicitado este recorte efetuado pela língua no que tange as massas amorfas de idéias e de sons. Para Saussure, nosso pensamento não passaria de

outras palavras, a língua recorta a suas unidades, em duas massas amorfas, para formar os signos lingüísticos. Portanto, um signo é fruto da relação entre idéia e imagem acústica (‘impressão psíquica do som’), configurando -se enquanto partícula dual, negativa e relacional: apesar de ser composto por significado e significante – formando uma positividade –, ele não tem existência em si mesmo, pois depende das relações sistêmicas e das diferenças entre os termos lingüísticos para continuar a existir.

Desse modo, temos que, mesmo a língua propiciando a existência do signo lingüístico, são as relações entre os signos que conferem dinamismo ao sistema lingüístico: porque os signos se relacionam negativamente e diferencialmente é que o sistema de língua pode funcionar. Assim, é porque o sistema funciona a partir da constituição dos signos e das relações entre os termos que se pode dizer que “todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros” (Saussure, 2001, p. 133).

Um outro ponto importante concernente à questão do valor, o qual comparece tanto no *CLG*⁵⁷ quanto nas notas dos alunos de Saussure, é que “*Il ne faut pas commencer par le mot, le terme, pour en déduire le système*”⁵⁸ (Engler, 1989, p. 251, nota 1816, coluna

uma *massa amorfa e indistinta* e, portanto, não haveria idéias pré-estabelecidas antes do aparecimento da língua. O papel da língua, enquanto delimitadora das unidades lingüísticas, seria o de delimitar as unidades nas massas amorfas e indistintas dos sons e das idéias. Dessa forma, caberia à língua a função de estabelecer suas unidades através de recortes nessas massas que compõem o nosso pensamento, que é de natureza caótico. Cada termo lingüístico, assim, se constituiria enquanto um pequeno membro em que “uma idéia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma idéia” (Saussure, [1916] 2001, p. 131). É importante destacar, contudo, que as terminologias ‘idéia’ e ‘som’ são substituídas por Saussure ao longo de sua reflexão. Primeiramente, o genebrino passa a usar ‘conceito’ para ‘idéia’ e ‘imagem acústica’ para ‘som’; segundo Saussure, ‘som’ não seria um termo adequado porque o signo não encerra em si “um som material, uma coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som (...) e um outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato” (*Ibid.*, p. 80; adaptado). Contudo, as mudanças terminológicas no tocante ao signo não param por aí. O mestre substitui ‘conceito’ por ‘significado’ e ‘imagem acústica’ por ‘significante’ por acreditar que esses termos sejam mais adequados para refletir a natureza da relação entre os elementos que compõem o signo: “(...) Propomo -nos a conservar o termo ‘signo’ para designar o total, e a substituir ‘conceito’ e ‘imagem acústica’ respectivamente por ‘significado’ e ‘significante’; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte” (*Ibid.*, p. 81).

⁵⁷ Saussure (2001[1916], p. 132), no *Curso de Lingüística Geral*, afirma que:

“Além disso, a idéia de valor assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra”.

⁵⁸ Não é preciso começar pela palavra, pelo termo, para deduzir o sistema (trad. nossa).

5)⁵⁹. Pelo contrário, Saussure apresenta o princípio de que é necessário partir do sistema para determinar as unidades, pois caso fossem estabelecidas primeiro as unidades para, depois, chegar ao sistema, haveria o pressuposto de um valor absoluto positivo⁶⁰ para cada uma destas unidades. É exatamente essa positividade da unidade que é redimensionada na teoria saussuriana: a unidade possui uma existência positiva, mas ela nada vale em si mesma no sistema, pois só existe e se constitui no jogo de diferenças negativas no sistema de língua.

Analogamente ao signo lingüístico, nenhum dos seus constituintes é dotado de positividade, pois os componentes que formam o signo, a saber, significado e significante, são também frutos de relações negativas e diferenciais, adquirindo valor por essas relações. Em outras palavras, tanto significado quanto significante só figuram no sistema lingüístico por estarem desprovidos de existência material e se tornarem valores determinados pelos cortes na massa das idéias e na massa das imagens acústicas.

Então, o que garante o funcionamento do sistema lingüístico não é de modo algum a existência positiva dos termos, mas as relações de valor entre eles: não há nada na materialidade do signo que garanta a sua existência, mas são as relações solidárias entre as unidades que fazem o sistema de língua operar. Mais do que isso, porque o signo lingüístico é fruto de uma ligação arbitrária entre significado e significante é que as relações negativas que ele estabelece com os outros signos podem existir: por não ter compromisso com nenhuma outra ordem que não a lingüística, o signo é resultado apenas das ligações/relações entre os termos que compõem o sistema.

Assim, por ser arbitrário, negativo, dual, é que o signo pode ser tomado enquanto mais do que uma positividade ou de uma pura relação: ele pode ser entendido como um valor. Em outras palavras, é por causa da sua arbitrariedade para com tudo aquilo que está fora da língua que o signo pode existir enquanto partícula receptora de um valor lingüístico. Saussure nos diz o seguinte sobre este fato: “na associação que constitui o

⁵⁹ Anotação feita por Émile Constantin em uma das aulas, referentes ao terceiro curso de lingüística geral (1910-1911), proferidas por Saussure.

⁶⁰ Ou seja, que cada uma das unidades poderia ser detectada pela sua própria materialidade e não pelas relações negativas as quais estão submetidas no sistema.

signo, não há nada, desde o primeiro momento, além de dois valores que existem um em virtude do outro (arbitrariedade do signo)” (Saussure, 2004, p. 287).

Tal como uma moeda de cinco francos que tem o seu valor determinado por vários elementos além do metal que a compõe, o valor lingüístico é determinado por uma multidão de fatores, não somente pelo significado e pelo significante. Se a conjunção arbitrária entre significado e significante, tomados como valores, propicia a existência do signo, são as relações, dentro do sistema de língua, que lhe conferem valor. Assim como no caso da moeda que tem o seu valor determinado não pelo cobre que é feita, mas pelas articulações econômicas e pelo tempo, o valor lingüístico não reside no signo lingüístico, que é a partícula que porta o valor, mas nas relações existentes no sistema de língua. Segundo Saussure (2004):

Os valores (...) não consistem nem nas formas nem nos sentidos, nem nos signos nem nas significações. Eles consistem na solução particular de uma certa relação geral entre os signos e as significações, estabelecida sobre a diferença geral dos signos *mais* a diferenças geral das significações *mais* a atribuição anterior de certas significações a certos signos ou reciprocamente (Saussure, 2004, p. 31).

A “diferença” e a “negatividade”, portanto, são pontos cruciais para a compreensão da questão do valor lingüístico. Para Saussure, as formas valem devido ao signo funcionar somente pelas relações lingüísticas às quais está submetido (negatividade) e pela diferença recíproca e material entre as formas. Em outras palavras, o signo lingüístico vale porque é destituído de qualquer materialidade (valor incorpóreo) e porque é aquilo que outro signo não é. Em suma, além de figurar na associação significado/significante⁶¹, o valor lingüístico tem a sua essência nas relações negativas e diferenciais entre as formas: “o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (Saussure, 2001, p. 135).

⁶¹ Na constituição do signo lingüístico, significado e significante são entendidos enquanto valores, já que ambos não unidos arbitrariamente.

Posta a definição de valor e os aspectos funcionais e conceituais que ela congrega, é interessante sumarizar os encadeamentos que o estabelecimento do valor lingüístico evoca. Então, partamos de dado um momento sincrônico, considerando que os signos figuram no sistema de língua e se relacionam entre si pelas diferenças existentes entre eles. Estes signos não são conceitos, mas “valores opostos por nosso espírito” (Saussure, 2004, p. 80).

Há inicialmente as massas amorfas das idéias e das imagens acústicas, as quais são recortadas arbitrariamente pela língua para a formação do signo. Dado o corte, o signo constituído configura-se como um ente positivo, pois pode ser diferenciado dos outros signos pela relação de necessidade estabelecida entre o significado e o significante (ambos valores) que o compõe; por exemplo, em uma dada língua que possua apenas *ba* e *la* o nosso espírito classifica cada um destes elementos por sua existência própria.

Contudo, a partir do momento que o signo formado passa a figurar no sistema lingüístico, ele se torna essencialmente negativo: sua existência depende exclusivamente das relações que ocorrem na língua. Então, temos que o espírito (pensamento)⁶², apesar de reconhecer a positividade do elemento lingüístico para classificar, somente busca o que é distintivo e puramente negativo; ou seja, “a característica é positiva, mas ele só buscou a característica negativa que permitiu decidir entre *ba* e *la*”; “não procurou reunir e coordenar, mas quis, unicamente, diferenciar” (*Ibid.*). É justamente a partir do momento que o espírito (pensamento) diferencia através das características negativas dos termos que a cada signo se integra um dado valor, “que só é determinado pelo conjunto de signos presentes ou ausentes no mesmo momento” (*Ibid.*). Este movimento de estabelecimento de valores aos signos é um processo que nunca termina, visto que os signos mudam a cada momento.

Milner (2002) nos informa que Saussure imprime uma mudança importante em relação aos estudos de linguagem feitos até aquele momento ao redimensionar o signo clássico: ele o torna uma partícula dual (significante/ significado) e arbitrária em relação a

⁶² Acreditamos que, neste contexto, a melhor tradução para a palavra “*esprit*” (francês) seja ‘pensamento’ e não ‘espírito’. Contudo, na tradução brasileira dos *Escritos de Lingüística Geral* (Saussure, 2004), em relação ao manuscrito por nós utilizado para desenvolver este ponto, a palavra “*esprit*” é traduzida por ‘espírito’ e, portanto, optamos por manter a tradução da versão brasileira do livro.

tudo quanto está fora da língua. Este signo redimensionado configura-se um dos pilares principais da teorização saussuriana, afinal o sistema de língua proposto pelo genebrino só pode funcionar devido à presença dos signos.

Mas, também nos alerta Milner (1992), o genebrino acaba por deslocar novamente este signo refeito: se redimensionar o signo clássico foi um passo importante para a teoria, torná-lo um valor é fundamental para a teorização e é uma grande inovação implementada por Saussure: é enquanto valor que o signo funciona no sistema lingüístico. Assim, porque o sistema de língua não tem compromisso algum com o que provenha do exterior à língua, os signos podem se relacionar entre si de modo arbitrário e adquirir valor conforme as relações que estabelecem entre si.

Por tudo o que foi posto até aqui, percebemos que a teoria do valor é um tema complexo, mas que precisa ser analisado, pois ela congrega e utiliza os conceitos cunhados por Saussure ao longo de seu trabalho. Bouquet (2000) também procura entender o funcionamento desta teoria e como ela poderia contribuir e ser fundamental para o estabelecimento do sentido e da significação. Dedicamo-nos, então, a entender as considerações de Bouquet (2000) e a nos questionar sobre o sentido, enquanto fruto das relações associativas e sintagmáticas.

2. Valor *in absentia* e *in praesentia*: uma análise de Simon Bouquet

Segundo Bouquet (2000), mais do que conclamar para o seu estabelecimento e funcionamento dos conceitos formulados pelo genebrino, o valor torna-se altamente complexo por conter em si dois outros fatos também altamente complexos, a saber, o valor *in absentia* e o *in praesentia*. O **valor *in absentia*** encerra em si a teoria do valor e a do arbitrário; já o **valor *in praesentia*** é o que “associa, a esse valor proveniente do arbitrário da língua, um valor proveniente do fato sintagmático” (Bouquet, 2000, p. 255). Estas duas ordens do valor combinadas, *in absentia* e *in praesentia*, de acordo com Bouquet (2000), demonstrarão a essência do fato semântico.

Saussure trabalha diretamente a correlação entre as esferas sintagmática e a associativa, procurando demonstrar que é através da inter-relação entre estes dois “modos de funcionamento” da linguagem que a língua se organiza e funciona. Em outras palavras, é através do funcionamento concomitante entre os eixos associativo e sintagmático, cada um cumprindo o seu papel, que a língua pode funcionar adequadamente. Observe como Saussure define ambas esferas:

Il y a 1° la coordination syntagmatique et la sphère des rapports syntagmatiques (...). Les termes opposés entre eux se trouvent dans une opposition spatiale et le jeu qui s'établit entre eux a pour base ce principe spatial. L'espace dont nous parlons est bien entendu un espace de temps. Ce qui coexiste syntagmatiquement coexiste dans l'étendue comme les pièces d'une machine (mais ici nous n'avons qu'une seule dimension) (Engler, 1989, p. 279/292, notas 1999/2060, coluna 5)⁶³.

2° La coordination associative. Par association psychique avec d'autres termes existant dans la langue. (Engler, 1989, p. 281, nota 1999, coluna 5)⁶⁴.

E Saussure acrescenta a seguinte sumarização, anotada por Constantin:

Observations à ce propos. Ce qu'un mot a autour de lui sera discuté par le linguiste tantôt dans la sphère syntagmatique, tantôt dans la sphère associative. Ce qu'il y a autour de lui syntagmatiquement, c'est ce qui vient avant ou après, c'est le contexte, tandis que ce qui va autour de lui associativement, cela

⁶³ Citação feita pela somatória de duas anotações de Émile Constantin, ambas feitas durante o terceiro curso de lingüística geral (1910-1911) ministrado por Saussure. Tradução: “Há a 1° a coordenação sintagmática e a esfera das relações sintagmática (...). Os termos opostos entre si encontram-se numa oposição espacial, e o jogo que se estabelece entre eles tem por base esse princípio espacial. O espaço que falamos é, bem entendido, um espaço de tempo. O que coexiste sintagmaticamente coexiste na extensão como as peças de uma máquina (mas temos aqui apenas uma dimensão)” (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, 2000, p. 256).

É interessante registrar a anotação de George Dégallier, feita também durante o terceiro curso, a respeito do eixo sintagmático, a saber: “*Il y a 1° la sphère des rapports syntagmatiques: exemple ‘contre tous’. Ici rapport qui lie d'une certaine façon ‘contre’ et ‘tous’*” (Engler, 1989, p. 279, nota 1999, coluna 2)

⁶⁴ Anotação feita por Émile Constantin, durante o terceiro curso de lingüística geral (1910-1911), o qual foi proferido por Saussure. Tradução: “2° A coordenação associativa. Por associação psíquica com outros termos que existem na língua” (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, 2000, p. 256).

n'est dans aucun contexte, vient de la conscience (<uni par lien de la conscience)>, pas idée d'espace.

L'entourage d'un mot doit être distingué syntagmaticamente et associativement. <Placé dans le syntagme, le mot agit en vertu de ce qu'il a un commencement et une fin, et ce que les autres mots doivent être avant ou après.>

*Placé dans la série associative, le commencement et la fin n'interviennent pas. On pourrait dire: l'assemblage **in praesentia** et l'assemblage **in absentia** (Engler, 1989, p. 282, notas 2000/2002, coluna 5)⁶⁵.*

Como pudemos constatar pelas anotações de Constantin, para que a língua funcione, é preciso que o eixo associativo promova a associação psíquica dos termos existentes na língua, ou seja, que selecione um termo – dentro do universo dos termos possíveis, os quais estão ligados por relações que os unem (*cf.* Saussure, 2001) –, para compor a combinação sintagmática. Esta combinação, por sua vez, ocorre no âmbito da frase: o sintagma se constitui a partir de relações de combinação entre as partes (palavras e elementos gramaticais) que o formam.

Contudo, como vimos na seção sobre a teoria do valor, as formas não são, mas elas valem. Ou seja, tanto no âmbito associativo quanto no sintagmático, as formas não são dotadas de existência por si mesmas (positividade), mas adquirem o seu valor a depender das relações negativas e diferenciais que estabelecem com as outras formas. Assim, na esfera associativa, os termos coexistem enquanto valores com outros termos relacionados. Do mesmo modo, acontece na esfera combinatória: os termos são valores no sintagma, pois eles não são nada em si mesmos, mas adquirem valor nas relações entre os termos que compõem as frases. Portanto, vê-se delinear um duplo caráter do valor balizado nestas duas ordens, as quais não são redutíveis entre si e são ativas no funcionamento da língua.

⁶⁵ Bouquet (2000, p. 256) sumariza esta anotação de Constantin da seguinte forma: “[No sintagma] poderíamos dizer: o agrupamento *in praesentia* e [na série associativa] o agrupamento *in absentia*”.

‘Observações sobre este propósito. Isso que uma palavra tem ao redor será discutido pelo lingüista às vezes na esfera sintagmática, às vezes na associativa. Isso que há ao redor dela sintagmaticamente é o que vem antes ou após, é o contexto, enquanto o que vai ao redor dela associativamente não é de algum contexto, vem da consciência (<unicamente pela ligação da consciência>). Não a idéia de espaço. O ambiente de uma palavra deve ser distinguido sintagmaticamente e associativamente. <Colocada no sintagma, a palavra age em virtude da existência de um início e de um fim, e as outras palavras devem ser antes ou depois>. Colocado na série associativa, o começo e o fim não intervêm. Pode-se dizer: a montagem *in praesentia* e a montagem *in absentia*’ (trad. nossa).

No que diz respeito ao eixo associativo, o valor *in absentia* “remete ao fato de que o signo é considerado na língua na ausência de toda inserção sintagmática” (Bouquet, 2000, p. 257) e de que está intimamente ligado à arbitrariedade. Bouquet (2000) nos informa que o valor *in absentia* contém cinco fatos que pertencem a duas categorias⁶⁶. A primeira categoria é a do arbitrário interno do signo e o fenômeno que ela contém é o **valor interno do signo**. Este fenômeno se apresenta de três maneiras diferentes; ou seja, o valor interno ao signo comporta três tipos de valores, a saber:

1) o significante responde pelo seu significado; nessa medida, *o significado é o valor desse significante*; 2) o significado responde pelo seu significante: nessa medida, *o significante é o valor desse significado*; 3) o significante e o significado respondem simultaneamente um pelo outro: nessa medida, *o significante e o significado são simultaneamente o valor um do outro* (Bouquet, 2000, p. 258).

Dessa forma, delinea-se um quadro de valores internos ao signo, no qual há o valor para o sentido ou significação (significado), para a natureza fonológica (significante) e para a associação entre os valores do significado e do significante. É justamente o valor que relaciona o significado e o significante que desenha o signo em sua dualidade. Contudo, nos alerta Bouquet (2000), que esses três pontos de vista não se dissociam da segunda categoria do valor *in absentia*: a do **valor sistêmico do signo**.

Segundo o próprio Bouquet (2000), o valor sistêmico refere-se ao “que se prende ao sistema da língua” (Bouquet, 2000, p. 259); em outras palavras, diz respeito às relações entre os termos no sistema de língua. Esta categoria do valor *in absentia* compreende o valor sistêmico fonológico e o valor sistêmico semântico, pois estão em jogo, nas relações sistêmicas entre os termos, tanto os significados quanto os significantes, estes unidos em signos. Sobre o valor sistêmico do signo, Saussure faz uma interessante observação em suas notas pessoais:

⁶⁶ As categorias do valor *in absentia* correspondem as do primeiro grau do arbitrário, a saber, 1ª) Tomado um significante, não há nada que garanta a ligação deste com um significado qualquer; 2ª) Também não há nada que una um significado a um significante qualquer; 3ª) Há uma terceira faceta do arbitrário interno do signo que é a própria relação imotivada que funde um significado e um significante para formar um signo lingüístico.

*Valeur est <éminemment> synonyme <à chaque instant> de terme situé dans un système <de termes similaires>, de même qu'il est <éminemment> synonyme à chaque instant de chose échangeable.[] Prenant la chose échangeable d'une part, de l'autre les termes co-systématiques, cela n'offre aucune parenté. C'est le prope de la **valeur** de metre en rapport ces deux choses. Elle les met en rapport d'une manière <qui va jusqu'à désespérer> l'esprit par l'impossibilité de scruter si ces deux faces de la valeur diffèrent <pour elle> ou <en quoi>. (...) Le rapport **simile : dissimile** est une chose parfaitement différent du rapport **simile – similia**, et ce rapport est néanmoins insaisissablement et jusqu'au tréfonds de la notion de valeur⁶⁷(Engler, p. 259- 260, nota 1864, coluna 6)⁶⁸.*

Por essa anotação de Saussure, podemos notar o desenvolvimento do que seja o valor sistêmico do signo: o signo, composto de significado e significante, entra nas relações sistêmicas desprovido de qualquer positividade. Interagindo com os demais signos do sistema, este signo ganha valor, a depender justamente das relações diferenciais e negativas às quais está submetido. Desse modo, o valor sistêmico está intrinsecamente ligado à inserção do signo nas relações lingüísticas e ao ganho de valor incorpóreo a partir da relação com os termos co-sistemáticos.

Também pela anotação de Saussure, observamos uma intrínseca relação entre o valor interno ao signo e o valor sistêmico, pois, apesar de serem fenômenos identificados separadamente, eles ocorrem na língua de modo fortemente inter-relacionado, à medida que sem o valor interno não há estabelecimento de valor sistêmico. Desse modo, é preciso que haja a relação *simile : dissimile* (significante : significado – valor interno) para que a relação *simile : similia* (signo : signo – valor sistêmico) seja bem sucedida. Assim, os

⁶⁷ Esta citação comparece em Bouquet (2000, p. 262; em nota de roda-pé) e está traduzida da seguinte forma: “‘Valor’ é eminentemente sinônimo a cada instante de termo situado num sistema de termos semelhantes, da mesma forma que é eminentemente sinônimo da coisa cambiável. Tomando a coisa cambiável de um lado, de outro os termos co-sistemáticos, não temos parentesco algum. É próprio do ‘valor’ relacionar essas duas coisas. Ele as relaciona de uma maneira que chega a desesperar o espírito pela impossibilidade de investigar se as duas faces do valor diferem por elas mesmas ou em quê. [...] A relação *simile : dissimile* é uma coisa perfeitamente diferente da relação *simile : similia*, e essa relação está no entanto inapreensivelmente e muito no fundo da noção de valor.”

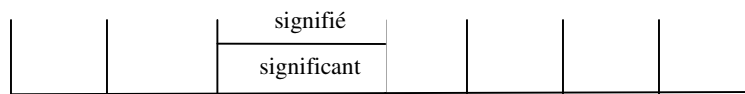
⁶⁸ Este trecho faz parte do conjunto de notas pessoais de Saussure, as quais, segundo Engler (1989, p. XII), “*sans rapport direct avec le CLG de 1916, ont été écartés*”.

valores interno e sistêmico estão de tal modo inter-relacionados que “chegam a desesperar o espírito” por não se poder dissociar estas duas faces do valor (cf. Saussure).

Desse modo, quando nós analisamos o fenômeno “valor” no âmbito do eixo associativo, encontramos duas ordens distintas do valor *in absentia*, a saber, o valor interno do signo e o sistêmico, os quais se referem respectivamente às relações entre significante, significado e signo, e às relações entre os termos que figuram no sistema de língua. A inter-relação entre estas duas ordens do valor *in absentia* se torna ainda mais clara se levamos em conta a presença da significação. Veja as palavras de Saussure:

La valeur d'un mot ne résultera que de la coexistence des différents termes. La valeur est la contrepartie des termes coexistants. Comment cela se confond-il avec ce qui est contrepartie de l'image auditive [?]

Autre figure : série de cases :



<Le rapport à l'intérieur d'une case et entre les cases est bien difficile à distinguer.>

La signification comme contrepartie de l'image et la signification comme contrepartie des termes coexistants se confondent.

<Avant exemple, constatons que :> La valeur en la prenant en dehors de la linguistique paraît comporter la même vérité paradoxale. Terrain délicat. <Très difficile dans n'importe quel ordre de dire ce qu'est la valeur. Aussi prendrons-nous beaucoup de précautions.> Il y a deux éléments formant la valeur. La valeur est déterminée 1°) par une chose dissemblable qu'on peut échanger, qu'on peut marquer ainsi ↑ et 2°) par des choses similaires qu'on peut comparer ←→.

← ← ↑ → → →

Il faut ces deux éléments pour la valeur. Par exemple une pièce de 20 francs. Il entre dans sa valeur une chose dissemblable que je peux échanger (par exemple livres de pain), 2°) la comparaison de la pièce de 20 francs avec pièces d'un franc et de deux francs, etc., ou pièces de valeur similaire (guinée).

La valeur est à la fois la contrepartie de l'un et la contrepartie de l'autre.

Jamais on ne pourra trouver la signification d'un mot en ne considérant que chose échangeable, mais on est obligé de comparer la série <similaire> de mots comparables. On ne peut prendre les mots isolément. C'est ainsi que le système <d'où procède le terme> est une des sources de la valeur. C'est la somme des termes comparables par opposition à l'idée échangée (Saussure, [s/d], apud Constantin. In. Komatsu & Harris, 1993, p. 135-136)⁶⁹.

Neste ponto, a palavra significação não deve ser entendida como “senti do” ou “idéia”, mas como “sinônimo dessa nova acepção de valor, desdobrado, que engloba os valores interno e sistêmico” (Bouquet, 2000, p. 263). Portanto, a significação, tomada enquanto valor – o qual, por sua vez, deve ser entendido como um elemento relacional sistêmico –, pertence tanto ao âmbito do signo individualizado quanto às relações entre os signos. Desse modo, a significação, enquanto valor, entra em jogo tanto na relação interna quanto na relação sistêmica do signo e, não somente, como uma significação (idéia) intuitiva do pensamento humano ou um sentido qualquer.

Mas é preciso sempre considerar que o valor interno do signo e o valor sistêmico “são destinados a se conjugar para fazer surgir um fato indivisível na consciência

⁶⁹ Em Bouquet (2000) encontramos a referência a este texto de Constantin da seguinte forma:

“[...] A significação como contrapartida da imagem [auditiva] e a significação como contrapartida de termos coexistentes se confundem [...]. O valor é determinado 1. por uma coisa dessemelhante que podemos trocar, que podemos também marcar

↑

e 2. por coisas similares que podemos comparar

← ← ↑ → → →

É preciso esses dois elementos para o valor” (Bouquet, 2000, p. 263).

Informa-nos Bouquet (2000, p. 263), em uma nota de roda-pé, que Saussure prossegue seu comentário, como apresentamos através da citação original extraída dos cadernos de Constantin, da seguinte maneira:

“Por exemplo, uma moeda de vinte francos: 1. entra em seu valor uma coisa dessemelhante que eu posso trocar (por exemplo, libras de pão); 2. a comparação da moeda de vinte francos com moedas de um franco e de dois francos, etc., ou com moedas de valor semelhante (guinéu). O valor é, ao mesmo tempo, a contrapartida de uma e a contrapartida da outra. Jamais será possível encontrar a significação de uma palavra considerando apenas a coisa cambiável, mas somos obrigados a comparar a série semelhante de palavras comparáveis. Não podemos tomar as palavras isoladamente. É assim que o sistema de onde procedem os termos é uma das fontes do valor. É a soma dos termos comparáveis por oposição à idéia trocada”.

do sujeito falante” (Bouquet, 2000, p. 267), à medida que os valores pertencentes ao interno do signo se entrelaçam com os valores que estão em jogo na relação diferencial e negativa existente entre os signos no sistema. Dessa maneira, apesar de poderem ser diferenciados teoricamente, pela intrínseca relação que se estabelece entre valor sistêmico e valor interno do signo, ambos formam um só fato que é o valor *in absentia*.

Notamos, então, que apenas considerando as facetas do valor *in absentia*, deparamo-nos com uma grande complexidade no que se refere ao fenômeno “valor”. Contudo, se considerarmos que se pode acrescentar, ao quadro teórico, outra espécie de valor, o valor *in praesentia*, esta complexidade só aumenta.

O **valor *in praesentia*** provém da ordem associativa e advém da sintagmatização, ou seja, diferentemente do valor *in absentia*, que depende apenas das relações associativas para operar, o valor *in praesentia* necessita dos termos determinados pelas relações associativas no eixo paradigmático e das relações sintagmáticas para se constituir⁷⁰. Assim, o valor sintagmático de um termo, determinado segundo as relações associativas, depende de como este termo se insere no sintagma e de quais relações ele estabelece com os demais termos do período.

Haja vista a co-relação entre as operações associativas e sintagmáticas, Saussure concebe a sintaxe enquanto forma de análise das combinações lineares entre os termos nas orações⁷¹. Observa-se, então, que a ordem *in absentia* e a *in praesentia* estão intimamente ligadas para o bom funcionamento da linguagem e para a existência da sintaxe, a medida em que, sem a “determinação associativa” dos termos, os períodos sintáticos não poderiam se constituir.

Neste funcionamento da linguagem também deve ser inserido o valor semântico, que se manifestaria justamente pela conjugação dos valores *in absentia* e *in praesentia*: a íntima relação entre os valores associativos e sintagmáticos propiciaria que o sentido se estabelecesse. É preciso destacar que a terminologia “valor semântico” foi

⁷⁰ O *CLG* coloca esta questão do seguinte modo:

“A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes em uma série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une dois termos *in absentia* numa série mnemônica virtual” (Saussure, 2001, p. 143).

⁷¹ Sintaxe deve ser entendida num sentido mais geral como “uma teoria do que é a competência do caráter linear, ou seja, *espacial*, da produção lingüística” (Bouquet, 2000, p. 269).

apresentada por Bouquet (2000) para designar o fenômeno global do valor, pois este autor acredita que a palavra “valor”, nos escritos de Saussure, está profundamente ligada à semântica⁷², que dever ser vista enquanto ciência do sentido. Para Bouquet (2000), a totalidade do valor está na integralização dos valores *in absentia* (valor interno do signo + valor sistêmico) e *in praesentia* (valor sintagmático).

Contudo, é preciso esclarecer que a visão de semântica de Saussure⁷³ é razoavelmente diferente daquela normalmente adotada pelos estudiosos de sua época. Saussure acredita numa semântica que não seja uma “*science des sens <des mots> de la langue, par opposition à celle de formes*”⁷⁴ (Engler, 1989, p. 49, nota 292, coluna 2)⁷⁵, mas

⁷² A fim de fazer uma breve consideração sobre a história da semântica e sobre os diversos posicionamentos adotados nesta área de estudo, reproduzimos um longo sumário feito por Bouquet (2000; p. 215, nota de rodapé 23) a respeito destes pontos:

“O termo francês *sémantique* foi criado por Bréal em seu artigo ‘Les lois intellectuelles du langage: fragment de sémantique’ (Annuaire de l’Association pour l’encouragement des études grecques en France, XVIII, 1883, pp. 132-142). Ele se impôs em alemão (‘Semantik’ substituiu ‘Semasiologie’), assim como em inglês (*semantics* tomou lugar de *sematology*). Se do ponto de vista geral dos estudos do sentido no fim do século XIX é evolucionista, o ponto de vista sincrônico não é ausente destes estudos, nem da conotação do termo ‘semântica’. Darmesteter (La Vie des mots étudiée dans leurs significations, Paris, Delegrave, 1887) pretende tratar, do ponto de vista histórico, sistemas, redes de sinônimos (ouïr, entendre, comprendre...). Bréal, ao estudar as ‘leis semânticas’ em Essai de sémantique de 1897, se interessa pela ‘reação das palavras umas às outras’. Sua noção de ‘lei da repartição’, assim como a ‘polissemia’ (ele é o inventor deste termo) são noções sincrônicas. Em regra geral, o ponto de vista da lexicologia ou o da onomástica são quanto a eles perfeitamente sincrônicos. Por outro lado, o estudo das mudanças de sentido das palavras é, nos anos 1850-1890, o palco de um vai-e-vem teórico entre a França e a Alemanha. Na França coexistem, de um lado, a tradição ideológica – Chevallet em sua Origine et formation de la langue française (Paris, Dumoulin, 1853-1857) e, mais tarde, Arsène Darmesteter em L’Avie des mots... (op.cit) se apóiam na teoria das figuras de Dumarsais – e de outro lado a influência da corrente de pensamento alemão, que se preocupa com uma ‘psicologização’ das mudanças semânticas, ou seja, como uma teoria de suas ‘causas’. Essa corrente é representada, na Alemanha por Huymann Steinthal (Grammatik, logik und psychologie, 1885), que inspirou Hermann Paul (Prinzipien des Sprachgeschichte, 1880) e Wegener (Untersuchungen über die grundfragen des sprachleben, 1885). Esses autores reagiram contra a tradição filosófica da Bedeutungslehre ou Semasiologie (termo inventado por Karl Riesig nos primeiros anos do século XIX), que se contentava em classificar as mudanças semânticas. (Em 1969, Steinthal comentou elogiosamente o artigo de 1868 de Bréal, Les idées latentes du langage, Paris, Hachette 1968). Paralelamente, o darwinismo lingüístico de Schleicher influenciou lingüistas e lexicólogos como Darmesteter. Sobre a história das teorias semânticas, cf. principalmente B. Nerlich, Semantic Theories in Europe, 1880-1930, Amsterdã-Filadélfia, Benjamins, 1992 e i. Tamba-Mecz, La Sémantique, Paris, PUF, 1988.

⁷³ A visão saussuriana sobre a semântica será mais bem trabalhada durante o terceiro capítulo desta dissertação. Nesse momento, trazemos as considerações que seguirão a fim de permitir a compreensão dos comentários de Bouquet (2000) sobre o valor semântico, o qual é fruto da composição entre valor *in absentia* e valor *in praesentia*.

⁷⁴ ‘ciência dos sentidos das palavras da língua, por oposição àque la das formas’(trad. nossa).

⁷⁵ Anotação de Albert Riedlinger, durante o segundo curso de lingüística geral (1908-1909) proferido por Saussure. É importante, contudo, destacar que Engler justifica, no prefácio da edição (p. XII), os acréscimos dos trechos entre colchetes seguinte forma: “*dans la mesure du possible et partout où nous avons pu voir les*

em uma semântica que considere o estabelecimento do sentido num dado momento de língua. É importante considerar, contudo, o contexto no qual foi formulada esta afirmação, supracitada, de Saussure. Neste ponto de seu segundo curso de lingüística geral (1908-1909), Saussure está caracterizando a *semiologia* e diz que esta ciência não tem “*aucun rapport avec la sémantique: science des sens <des mot> de la langue, par opposition à celle des formes*”⁷⁶ (Ibid.; destaque do autor).

Assim, concluímos que, neste contexto, Saussure faz referência à semântica enquanto ciência que analisa a evolução e/ou transformação do sentido das palavras num período diacrônico, ou seja, se reporta a uma semântica que analisa as mudanças de significado no tempo. Mas a alusão a este determinado tipo de semântica se justifica porque Saussure não desconsidera a existência de mudanças diacrônicas de sentido, apesar de não acreditar na relevância deste estudo. O próprio genebrino disserta sobre a existência de outras ciências complementares à lingüística, as quais estariam contidas dentro da *semiologia*, dentre estas ciências se incluiria a semântica diacrônica: “*la sémiologie comprend d'autres sciences parallèles à celle de la langue*” (Engler, 1989, p. 46, nota 277, coluna 3)⁷⁷.

Dessa forma, não como ciência que analisa a mudança de sentido diacrônico, a semântica, na visão saussuriana, deve considerar o estabelecimento do sentido lingüístico num dado estado de língua. Em outras palavras, para Saussure, a semântica necessita analisar o estabelecimento do sentido de um modo mais geral do que apenas considerar o âmbito da palavra, já que o fenômeno semântico está contido nas relações entre as unidades da língua, tanto no âmbito sintagmático quanto no associativo.

Aliás, enquanto analisadora do estabelecimento do fenômeno ‘sentido’, a semântica é fruto da inter-relação entre os aspectos morfológicos, lexicológicos e

manuscris originaux, nous avons reproduit les corrections et notes marginales entre crochets <>: elles manifestent une contamination entre les différentes versions (...)”.

⁷⁶ “alguma ligação com a semântica: ciência dos sentidos das palavras da língua, por oposição àquela das formas” (trad. nossa).

⁷⁷ Anotação de Léopold Gautier, durante o segundo curso de lingüística geral de Saussure (1908-1909). “A semiologia c ompreende outras ciências paralelas àquela da língua” (trad. nossa).

sintáticos⁷⁸ (cf. Bouquet, 2000, p. 215), já que o funcionamento lingüístico depende de todos esses aspectos para ocorrer. O próprio Saussure (2004) menciona a inter-relação entre semântica e morfologia, e semântica e fonologia em um dos trechos de seus manuscritos:

Nós dizemos que não há morfologia fora do sentido, embora a forma material seja o elemento mais fácil de examinar. Pois há ainda menos, a nossos olhos, uma *semântica* fora da forma! (Saussure, 2004, p. 97; destaque do autor).

Ainda sobre o aspecto semântico, as afirmações de Bouquet (2000), a respeito da questão do valor, estão baseadas na sua leitura dos manuscritos saussurianos, contrapondo-os ao *Curso de Lingüística Geral* (2001[1916]). Este autor procura esmiuçar o fenômeno do valor, a fim de demonstrar que o aspecto semântico das línguas está profundamente ligado ao valor lingüístico e determinado por esse valor. Em outras palavras, para Bouquet (2000), o fato semântico só pode ocorrer porque os signos são providos de valor incorpóreo e porque eles se relacionam enquanto valores no sistema lingüístico, propiciando que a manifestação sintagmática seja também fruto de valores combinados.

De fato, como mostramos até aqui, Saussure aponta para esta inter-relação necessária entre os valores *in absentia* e *in praesentia* para a o funcionamento das línguas. Na fala de Saussure em aula, anotada por um de seus alunos, Riedlinger, e citada abaixo, podemos inferir que há efetivamente duas ordens “ímbricas” para o funcionamento do sistema lingüístico, a saber, a sintagmática e a associativa.

Ce sont ces deux oppositions perpétuelles: par syntagmes et par tout ce qui diffère, ce que nous n'amenons <pas>, mais que nous pourrions amener dans le discours – c'est sur ces deux oppositions, façons d'être voisin <ou différent d'autre chose> –

⁷⁸ Também é pertinente citar uma outra afirmação de Saussure, trazida por Bouquet (2000, p. 214; em nota de roda-pé), sobre a interligação entre semântica e os outros aspectos da linguagem: “[...] a ciência semiológica mais avançada é a **linguística** ou a ciência das leis da vida da linguagem. A **fonologia** e a **morfologia** tratam sobretudo das palavras, a semântica do sentido das palavras” (destaques de Saussure).

que repose le mécanisme d'un état de langue (Engler, 1989, p. 296-297, nota 2087, coluna 2)⁷⁹.

Neste fragmento das anotações de Riedlinger, percebemos com maior clareza a relação entre valor e estabelecimento do sentido: é pela existência do fenômeno global do valor (valor associativo + sintagmático) que os termos que compõem a manifestação lingüística, a qual se expressa por sintagmas, podem se revestir de um sentido. Neste momento, o sentido deve ser entendido como a idéia que uma palavra (ou termo gramatical) transmite através da sua relação com os demais termos que compõem o sintagma e também pela sua relação “virtual” com os demais termos que poderiam estar em seu lugar na frase. Observe uma afirmação de Saussure a este respeito:

En résumé, le mot n'existe pas sans un signifié aussi bien qu'un signifiant. Mais le signifié [variação nas anotações de Dégalier: le signifiant] n'est que le résumé de la valeur linguistique supposant le jeu des termes entre eux, dans chaque système de langue (Engler, 1989, p. 264, nota 1901, colunas 2 e 5)⁸⁰.

Assim, o sentido é fruto de operações lingüísticas associativas e sintagmáticas que, para acontecerem, envolvem os conceitos de sistema lingüístico, de signo, de arbitrariedade do signo e de valor. Dito de outro modo, o sentido pode se instaurar somente porque o sistema lingüístico é composto de signos arbitrários, os quais se inter-relacionam em um sistema autônomo, e porque as relações, tanto entre os signos quanto entre os termos que compõem os sintagmas, são relações de valor.

⁷⁹ Já citamos esta anotação de aula feita por Albert Riedlinger, durante o segundo curso de lingüística geral (1908-1909). Contudo, por considerá-la fundamental para o entendimento deste “imbricamento” entre as ordens associativa e sintagmática, fizemos uso novamente comentário de Riedlinger.

“São duas oposições perpétuas: por sintagmas e por tudo o que se difere, isso que não nos conduz, mas que nós podemos conduzir no discurso – é sobre essas duas oposições, maneiras de ser vizinho <ou diferente de outra coisa> que repousa o mecanismo de um estado de língua” (trad. nossa).

⁸⁰ Anotação de Émile Constantin referente ao terceiro curso de lingüística geral – ministrado por Saussure entre 1910-1911. A variação consta na anotação, também do terceiro curso, de George Dégalier.

“Em resumo, a palavra não existe sem um significado assim como um signifiante. Mas o significado [variação nas anotações de Dégalier: o signifiante] não é senão o resumo do valor lingüístico supondo o jogo dos termos entre eles, em cada sistema de língua” (trad. nossa).

Desse modo, segundo Bouquet (2000), a “semântica⁸¹ saussuriana” dependeria intrinsecamente do funcionamento dos eixos associativo e sintagmático, pois é a inserção de determinado item lexical nestes dois eixos – portanto sofrendo relações de valor negativas e diferenciais – que permite que haja sentido.

Mas se, no pensamento saussuriano, a questão do valor estaria diretamente ligada à questão do sentido e da sintaxe, é preciso lidar com um ponto bastante delicado em relação a esta questão: a terminologia. Vemos comparecer, ao longo principalmente dos manuscritos saussurianos, uma oscilação no que se refere à terminologia, ou seja, Saussure comumente tem dificuldade em estabelecer o “nome” de cada um dos fenômenos que trata. Esta dificuldade se apresenta também quando o tópico a ser analisado é o sentido.

Nos manuscritos, notamos a presença de várias palavras para se referir à questão do sentido, a saber, ‘significação’, ‘sentido’, ‘valor’, ‘significante’ (entendido como o signo em sua totalidade), dentre outras. Mas, segundo o genebrino, mesmo que possa haver diferença entre todas estas “palavras terminológicas”, nos *Escritos de Lingüística Geral*, ele argumenta a favor da semelhança entre estas palavras, para optar pelo “valor” enquanto termo que melhor expressa o modo de funcionamento das unidades na língua. Saussure expressa a escolha pelo termo “valor” em uma passagem dos *Escritos* que já foi citada neste trabalho, mas, por sua pertinência, é necessário retomá-la:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *idéia* e como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas ela vale: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por

⁸¹ Semântica entendida enquanto maneira de analisar o estabelecimento e constituição dos sentidos. Esta semântica saussuriana não é meramente uma semântica das palavras, ou seja, uma área de análise lingüística que daria conta apenas do sentido isolado de cada uma das palavras de uma língua. A semântica saussuriana, como vimos ao longo do texto, procura relacionar a questão do sentido ao funcionamento não só paradigmático, mas também ao sintagmático. Desse modo, a instauração de determinado sentido de uma palavra não depende apenas do item lexical, mas também do contexto em que está inserido – contexto este tanto associativo quanto sintagmático. Veremos de maneira mais aprofundada o funcionamento da suposta semântica saussuriana ao longo do terceiro capítulo desta dissertação, no qual, apoiados em Bouquet (2000), destrincharemos melhor esta questão do estabelecimento do sentido.

consequente, ela implica a existência de outros *valores* (Saussure, 2004, p. 30; destaques do autor).

Desta forma, deparamo-nos com uma escolha teórica: mesmo que haja outros modos de determinar/ “etiquetar” o fenômeno do sentido, dentro das articulações saussurianas, tratar desta questão enquanto valor é mais pertinente, já que são as relações de valor, sintagmáticas e associativas, que permitem o estabelecimento do sentido. Em outras palavras, é justamente porque o sentido é fruto das relações de valor associativas e sintagmáticas, que o termo “valor” é mais apropriado para denominar o fenômeno do estabelecimento e da constituição do sentido das unidades lingüísticas.

Dada a complexidade dessa questão, no momento, basta apenas destacar que, apesar de haver outras possibilidades terminológicas, o termo ‘valor’ foi escolhido enquanto melhor representante do fenômeno ‘sentido’. No terceiro capítulo desta dissertação, analisaremos de maneira mais profunda esta variação terminológica. Contudo, neste ponto, saber que ‘valor’ é o melhor termo é suficiente para pensar sobre outra questão essencial a respeito do tratamento da suposta relação palavras e coisas: “a chegada indireta do fato material ao nosso conhecimento” (cf. Saussure, 2004, p. 38).

3. O fato material e o nosso conhecimento

Apesar de Saussure não abrigar a ordem do mundo material em suas articulações teóricas e basear suas considerações sob o aspecto do valor lingüístico, ele em nenhum momento afirma que esta ordem não exista: “não há um único objeto material, nós vimos, ao que se aplique exatamente e exclusivamente uma palavra; isso **não suprime a existência desses objetos materiais**” (Saussure, 2004, p. 38; destaque nosso). Logicamente, o fato de uma palavra ter mais do que uma significação – fato perceptível no dia-a-dia das pessoas – implica que a visão de que uma palavra corresponda a um único e fixo objeto material seja amplamente descartada. Contudo, mesmo que, segundo os

postulados saussurianos, não haja a correspondência entre objetos e nomes, isso não significa que os objetos deixem de existir.

O que ocorre é que as palavras estão postas dentro da ordem lingüística e os objetos materiais dentro da ordem da realidade material das coisas. Essas duas ordens, para Saussure, estão dissociadas na medida em que existe lingüisticamente aquilo que é signo, ou seja, aquilo que não tem existência por si mesmo a não ser dentro das diferenças negativas do sistema de língua. Mas o fato de que, nas articulações do mestre genebrino, prescindam-se dos objetos materiais, não acarreta que esses deixem de existir; eles somente não trazem questão para a teorização. Conforme Saussure:

Da mesma forma, não há um único fato moral que se possa, exatamente e exclusivamente, encerrar em determinado termo; mas isso não ameaça, nem por um instante, a existência desses fatos morais. O que pode ser proposto, como uma questão digna de exame, é em que medida a palavra corresponde a um fato moral determinado, assim como se é obrigado a pesquisar em que medida a idéia de *sombra*, por exemplo, corresponde a um fato material determinado. **As duas séries de investigações não dependem mais da lingüística.** Eu acrescentaria, sem sair do domínio lingüístico, que o fato moral, que existe graças à consciência imediata que dele temos, é provavelmente infinitamente mais importante, como fator da língua, do que o fato material, que só chega indiretamente, e de maneira muito incompleta, ao nosso conhecimento (Saussure, 2004, p. 38; destaque nosso).

Analisar a ordem dos objetos materiais não seria mais função para um lingüista e esta investigação seria de pouca importância para os estudos da linguagem. Estamos, portanto, diante da seguinte situação: existe o fato material, contudo ele não coloca questão para os estudos saussurianos. Então, como lidar com a afirmação do próprio Saussure de “que o fato material chega indiretamente e de maneira muito incompleta ao nosso conhecimento”? (*Ibid.*, p. 38; adaptado). Em outras palavras, como lidar com a presença deste “resquício” do fato material que aparentemente figura em nosso conhecimento? Aliás, se há a presença desse “resquício” material incompleto em nosso espírito, poderíamos estar diante

de uma incoerência, já que o pensamento saussuriano afirma que, na língua, só há realidades psíquicas?

Com esse questionamento, novamente, nos deparamos com a problemática do modelo de signo adotado por Saussure e com o tratamento feito por ele no que diz respeito à tríade significação-som-objetos. Ao estabelecer que a natureza do signo lingüístico é dual (Sdo/Ste) e arbitrária⁸², e ao conceber que este signo recebe o seu valor pelas relações negativas que estabelece com os outros membros da língua, Saussure “produz a autonomia dos sistemas simbólicos” (Auroux, 1998, p. 131). Contudo, a presença dos “resquícios” dos objetos materiais que chegam de modo indireto e incompleto ao nosso conhecimento nos conduz a considerar que esses “resquícios” figuram em nosso espírito, apesar da adoção do modelo diádico do signo. Aliás, nos lembra Auroux (1998), em uma nota de rodapé, que o próprio Saussure acabou por evocar o modelo triádico uma vez:

Ao que sabemos, ocorreu uma vez a Saussure evocar um modelo triádico; foi, em uma nota inédita, para definir a onímica (caso dos nomes que, como /árvore/, /pedra/ etc., fazem pensar que a língua é uma nomenclatura). Esse modelo é apresentado como uma exceção à teoria geral do signo: o lingüista evoca, com efeito, <o caso> particular da onímica no conjunto da semiologia [...] em que há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser exterior suficientemente definido em si mesmo para escapar à lei geral do signo (Engler, R. Lexique de la terminologie saussurienne, Utrecht/Anvers, Spectrum, 1968, p. 37) (Auroux, 1998, p. 144).

O trecho a que se refere Engler (1968), retomado por Auroux (1998), é o seguinte:

(...) Quando se trata de alguma parte da língua, sobrevém a *palavra* e o *sentido* (ou o *signo* e o *sentido*) como se isso resumisse tudo mas, além disso, exemplos de palavras como *árvore*, *pedra*, *vaca*, como Adão que dá [], ou seja, o que há de

⁸² Segundo Auroux (1998, p. 131), “o arbitrário do signo lingüístico vem-lhe não de uma relação externa, como seria a da ligação dos signos a um sistema que fixa o seu valor”.

mais grosseiro na semiologia : o caso em que ela é (pelo acaso dos objetos que se escolhe para serem designados) uma simples onímica, ou seja, pois essa é a particularidade da onímica no conjunto da semiologia, o caso em que **há um terceiro termo elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser exterior bastante definido em si mesmo para escapar à lei geral do signo** (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, 1992, p. 86; destaques do autor e negrito nosso)⁸³.

Adotar o modelo diádico ou o triádico de signo significa fazer uma escolha teórica que resulta em conseqüências consideráveis. Com o modelo triádico, a conjuntura (a forma das coisas) entra em jogo, pois aquilo que o signo pode significar depende do seu contexto de utilização. Já com o modelo diático, “faz-se a abstração do uso e pressupõe-se uma ordem de realidade regulada e abstrata, o que se chama a **língua**” (Auroux, 1998, p. 133; destaque do autor). Então, ao evocar o modelo triádico, Saussure abre a possibilidade para que a conjuntura se faça presente em algum momento da relação semiológica.

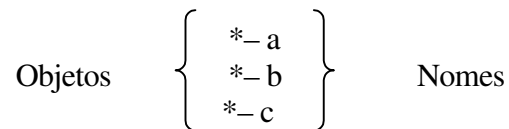
Esta possibilidade da presença do terceiro elemento na associação do signo, como se vê na citação acima, é levantada pelo genebrino ao tratar dos nomes geográficos. Este fato nos relembra a preocupação de Saussure em evitar que a língua seja tomada como nomenclatura das coisas; ou seja, em negar que o signo lingüístico se ligue aos objetos por uma simples relação de nomeação. Certamente, perpassa todo o *Curso de Lingüística Geral* e também os *Escritos* o cuidado em negar a relação de nomenclatura, restringindo a língua a sua própria organização. Vejamos um longo trecho pertencente aos *Escritos*, em que Saussure debate diretamente a negação da língua enquanto nomenclatura:

Em primeiro lugar, a verdade, em que nem mesmo insistimos, de que o âmago da linguagem não é constituído de nomes. É um

⁸³ Bouquet (1992) cita estas afirmações de Saussure do seguinte modo:

“Dès qu’il est question quelque part de la langue, (...) on voit arriver (...) toujours des exemples de mot comme **arbre, pierre, vache**, (...) <comme Adam donnant des <>83>, c’est-à-dire ce qu’il y a de plus grossier dans la sémiologie: le cas où elle est (par le hasard des objets <qu’on choisit pour être> désignés) une simple onymique, c’est-à-dire, car là est la particularité de l’onymique dans l’ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un **troisième élément incontestable** dans l’association psychologique du sème⁸³, la conscience qui s’applique à un être extérieur assez défini en lui-même pour **échapper** à la loi générale du signe” (Saussure *apud* Bouquet, 1992, p. 86 ; destaques do autor).

acidente quando o signo lingüístico corresponde a um objeto definido pelo sentido como *cavalo*, *fogo*, *sol*, e não a uma idéia como $\acute{\epsilon}\theta\eta\chi\epsilon$ “eleøloca”. Seja qual for importância desse caso, não há nenhuma razão evidente, bem ao contrário, para tomá-lo como modelo da linguagem. Sem dúvida isso não passa, em um certo sentido, da parte de quem o entende assim, de um engano a respeito do exemplo. Mas existe, implicitamente, uma tendência, que não podemos desconhecer nem deixar passar, a respeito do que seria, em definitivo, a linguagem: a saber, uma nomenclatura de objetos. De objetos anteriormente dados. *Antes* o objeto, depois o signo; portanto (o que negaremos sempre) na base exterior dada ao signo e representação da linguagem por esta relação:



enquanto a verdadeira representação é: a – b – c, fora de qualquer conhecimento de uma relação efetiva como * – a, baseada em um objeto. Se um objeto pudesse, onde quer que seja, ser o termo sobre o qual é fixado o signo, a lingüística deixaria instantaneamente de ser o que ela é, do topo até a base; e, ao mesmo tempo, o espírito humano, como fica evidente a partir desta discussão.

Mas isso é apenas, já dissemos, a crítica ocasional que dirigimos à maneira tradicional de considerar a linguagem quando se quer tratá-la filosoficamente.

É uma infelicidade, certamente, que se comece por misturar a ela, como elemento primordial, esse dado dos objetos designados, que não constituem elemento algum. [...] (Saussure, 2004, p. 197-198).

Neste longo fragmento manuscrito, o genebrino argumenta veementemente contra a concepção de língua como nomenclatura. Ou seja, o mestre busca se afastar de concepções tradicionais, as quais postulam que a língua é um meio de designar objetos, para posicionar-se a favor de uma visão de língua como articuladora do casamento de uma idéia com uma imagem acústica (significado + significante = signo) e como mantenedora das relações entre os signos formados por estes elementos.

Saussure diz claramente que os *objetos designados* não constituem elemento algum no âmbito da língua, já que ela não é fruto de um processo de designação – palavra x

denomina objeto y (*-a) -, mas de relações entre os elementos que a constituem (a – b – c). Por essa característica da língua é que Saussure pode afirmar que não há motivo para diferenciar sentido figurado de sentido próprio, já que o sentido de uma palavra seria negativo, ou seja, que uma palavra teria seu sentido definido pelas relações incorpóreas, as quais são estritamente lingüísticas: “não há diferença entre o sentido próprio e o figurado das palavras (ou: as palavras não têm mais sentido figurado do que sentido próprio) porque seu sentido é eminentemente negativo” (Saussure, 2004, p. 67)⁸⁴. Aliás, Saussure prossegue, na seqüência do trecho que citamos sobre a negação da nomenclatura, explanando o porquê desconsiderar a língua como veículo designador de objetos:

É uma infelicidade, certamente, que se comece por misturar a ela [língua], como elemento primordial, esse dado dos *objetos designados*, que não constituem elemento algum. Todavia, isso nada mais é do que um exemplo mal escolhido e, pondo no lugar de ‘*η• λιος, ignis* ou *Pferd*, qualquer coisa como []⁸⁵, fica-se além da tentação de reduzir a língua a algo externo. Muito mais grave é o segundo erro em que caem, geralmente, filósofos, que é o de representar:

2º quando um objeto é designado por um nome, eis um todo que vai se transmitir sem outros fenômenos a antever! Quando uma alteração se produz, é do lado do nome que se pode temê-la, ao que supõe, *fraximus* que se transforma em *frêne*. Entretanto, também do lado da idéia: [] (Saussure, 2004, p. 198).

⁸⁴ Após esta afirmação, Saussure prossegue a discutir a questão da diferenciação entre sentido próprio e figurado da seguinte forma:

“Fala-se, por exemplo, (e nós escolhemos de propósito um exemplo relativamente []) de uma pessoa que era *sol* da existência de outra, porque:

1º não se poderia dizer que ela era a ‘luz’, ou

2º se existisse, em francês, um termo que significasse *claridade do sol* (como *claire de lune* [lunar]) ou um termo que significasse *dependência em que está a terra em relação ao sol*; ou, por outro lado, dois termos para sol, conforme ele se levanta ou se põe, ou conforme seja comparado ou não a outros corpos celestes, é absolutamente duvidoso que se pudesse, ainda, empregar *sol* na locução supostamente figurada que foi empregada.

Seria empregado um outro termo, talvez muito mais expressivo, mas resulta daí que não é a idéia positiva, a idéia, exterior à língua, de SOL, que faz a imagem: que é simplesmente a oposição com outros termos que são, eles mesmos, mais ou menos apropriados, como *estrela, astro, claridade, unidade, objetivo, alegria, encorajamento*, []” (Saussure, 2004, p. 67; destaques do autor).

⁸⁵ Espaço em branco entre colchetes representa lacunas que figuram no manuscrito original.

Desse modo, observamos um Saussure bastante seguro quanto a não presença de nenhum elemento externo à linguagem no funcionamento do sistema lingüístico. É justamente esta segurança que proporciona ao mestre o suposto afastamento, no que tange as relações lingüísticas, da questão da referência: não é preciso considerar o objeto material para que os nomes existam e funcionem nas línguas. Contudo, essa certeza é aparentemente abalada quando entram em jogo os nomes geográficos.

Como vimos anteriormente, ao tentar explicar o funcionamento dos nomes que designam lugares físicos, Saussure acaba por evocar o modelo triádico de signo (significado – significante – conjuntura). A presença deste modelo triádico aparentemente gera um problema teórico nas articulações saussurianas: se o objeto material foi dispensado para a constituição do sistema lingüístico, como ele pode ser agora convocado para explicar um fenômeno lingüístico? Pela presença desta “questão -problema”, justifica-se ser preciso refletir sobre o porquê do próprio Saussure evocar o modelo triádico de signo ao abordar os nomes geográficos e aparentemente criar uma contradição dentro do seu programa teórico.

Iniciemos esta reflexão apresentando o posicionamento de Bouquet (1992) a respeito da possibilidade da questão da ligação entre palavra e coisa comparecer nas reflexões do genebrino e como se daria este comparecimento.

Para as suas considerações, Bouquet (1992) toma como base as anotações de Saussure e dos alunos que acompanharam os três cursos de lingüística geral que o mestre proferiu, entre 1906 a 1911, na Universidade de Genebra. Segundo Bouquet (1992), as notas do genebrino e de seus alunos sobre a relação entre língua e objetos são muito mais precisas e, ao mesmo tempo, incertas e ambíguas do que as formulações que comparecem no *CLG*⁸⁶. São justamente por estas características que as notas se tornariam fundamentais para perscrutar a questão da referência:

⁸⁶ No que diz respeito à existência do *Curso* e dos *Escritos*, encontramos diferentes posicionamentos sobre o papel de ambos. Bouquet (1992; 2000) procura salientar a importância dos *Escritos*, deixando para o *Curso* o papel de obra “menos verdadeira” de Saussure, por ter sido fruto de um trabalho de editores e não do autor. Observe o que afirma este autor sobre esta questão:

“Que Bally e Schehaye realizaram uma síntese magistral da reflexão saussuriana é fato comprovado pelo sucesso alcançado por sua obra. Mas essa obra oferece, por outro lado, um reflexo deformado do pensamento que pretende divulgar, falseando, sob dois importantes aspectos, as notas do curso e os manuscritos de Saussure em que se apóia” (Bouquet, 2000, p. 13).

Elles [les notes] nous font découvrir un Saussure qui, du problème du rapport de la langue aux objets, dit (un peu) plus que ses collègues genevois ne lui font dire, mentionnant notamment la relation du signe à un <<troisième terme>>; une théorie du signe linguistique qui, dans sa terminologie même, est travaillé par des ambiguïtés pouvant être reliées à la question de la référence [...] ⁸⁷(Bouquet, 1992, p. 84).

Ao afirmar que no trabalho de Saussure haveria a possibilidade de ligar a teoria do signo lingüístico à questão da referência – portanto, relacionar o signo à ligação entre palavra e objeto material –, Bouquet assume que seria possível identificar dois ângulos nas articulações do genebrino: “*d’une part, il [Saussure] formule un point de vue pur et dur, qui, de la langue, exclut explicitement l’objet; d’autre part, il formule un point de vue qui prend en compte l’objet dans la langue ⁸⁸*” (Bouquet, 1992, p. 85)⁸⁹.

Por outro lado, há autores que acreditam que os *Escritos* só podem ser lidos porque há o *Curso de Lingüística Geral*. Em outras palavras, a existência do *Curso*, que contém a teorização sistematizada do pensamento saussuriano, permitiria que os *Escritos* fossem lidos. Pois, caso não houvesse o *Curso*, os *Escritos* dificilmente seriam de “fácil” leitura: eles constituiriam um aglomerado de afirmações um tanto quanto desarticuladas sobre uma teoria a respeito da linguagem. Esse posicionamento é adotado, por exemplo, por Trabant (2005):

« *Seulement, encore une fois, on ne voit pas comment ce nouvel et meilleur Saussure sortirait des liens avec le Cours. Personne ne trouvera pas la seule lecture des Écrits de linguistique générale (ou des deux volumes allemands qui leur correspondent) un auteur compréhensible ou cohérent mais seulement des fragments très difficiles à comprendre, qui gagnent une certaine cohérence et un certain sens seulement si on les met en relation avec le Cours. Il sera alors difficile, comme le veut Simon Bouquet, de fonder une nouvelle tradition d’un grand penseur philosophique indépendant du Cours, la tradition du vrai Saussure. Comme ces écrits ne fonctionnent qu’en vertu du Cours, ce Saussure authentique est nécessairement tributaire du Cours. Il est condamné à accompagner le Grand Classique. Il est un peu comme le bouffon de cour qui dit la vérité, certes, mais qui, tout en disant la vérité, n’a pas la force d’ébranler le Pouvoir, mais, au contraire, le confirme. Ainsi, la version déconstructive de Saussure, le Saussure authentique, étymologique, vrai, n’aura pas la force d’éliminer la puissance du Grand Classique, aussi usurpée, fausse soit-elle. Le Saussure <<authentique>> est tragiquement condamné à rester le bouffon du Cours » (Trabant, 2005, p. 124).*

⁸⁷ “Elas [as notas] nos fazem descobrir um Saussure que, do problema da ligação da língua aos objetos, diz (um pouco) mais do que seus colegas genebrinos o fazem dizer, mencionando notadamente a relação de um signo a um <<terceiro termo>>; uma teoria do signo lingüístico que, na sua mesma terminologia, é trabalhada pelas ambigüidades podendo ser religada à questão da referência” (trad. nossa).

⁸⁸ “de uma parte, ele [Saussure] formula um ponto de vista puro e duro, que, de língua, exclui explicitamente o objeto; de outra parte, ele formula um ponto de vista que leva em conta o objeto na língua” (trad. nossa).

⁸⁹ Em comunicação pessoal, a prof^a Maria Fausta Pereira de Castro levanta a seguinte questão: se esta “divisão” entre dois pontos de vista, um que inclui e outro que exclui o objeto, não aconteceria devido à referência ser algo que diz respeito a todas as línguas. A professora argumenta sobre este questionamento que o fato da língua sempre denotar, sempre fazer laço com o mundo, diz de um funcionamento da língua. Por outro lado, a denotação não seria fruto de uma determinação imposta pelos objetos à língua. Desse modo, a tensão entre os pontos de vista, o que inclui e o que exclui o objeto, não deixaria de existir, pois haveria a

O ponto de vista da exclusão do objeto postula que a língua determina o recorte, portanto, o valor dos signos. Nas palavras de Saussure, os valores que compõem a língua “*ne sont pour cela pas fondées sur les choses e, les symboles linguistiques sont sans relation avec ce qu'ils doivent désigner*”⁹⁰ (Saussure, [s/d], *apud Ibid.*, p. 84). Essa formulação afasta toda remissão aos objetos do mundo⁹¹ – nas palavras de Saussure (2004), *objetos designados* – e pode ser entendida como uma tentativa do mestre de negar posicionamentos que consideravam a língua como nomenclatura. Afinal, para Saussure, a língua não funciona pelo ato de nomear coisas (como objetos), mas porque é um sistema autônomo, que baseia o seu funcionamento nas relações entre os signos.

Contudo, segundo Bouquet (1992), ao abordar a questão das categorias lexicais, mais precisamente, dos nomes próprios e dos nomes geográficos – como vimos acima –, Saussure admite que há nomes comuns que correspondem aos objetos definidos, ou seja, que há casos “*où il y a un troisième élément incontestable dans l'association psychologique du sème*”⁹², *la conscience qui s'applique à un être extérieur assez défini en lui-même pour échapper à la loi générale du signe*”⁹³ (Saussure, [s/d], *apud Bouquet*, 1992, p. 86; negrito nosso). Mas, nos alerta Bouquet, “*dire que la langue est déterminée par les objets n'est pas en soi incompatible avec le fait de dire que la langue impose sa propre détermination*”⁹⁴ (Bouquet, 1992, p. 87). O problema reside, entretanto, no fato de que Saussure não esclareceu esta possível ambigüidade.

necessidade de denotar, mas a denotação não seria imposta à língua. A ruptura entre estes pontos de vista ocorreria à medida que a ordem própria da língua está em questão: o funcionamento da língua não é determinado pelos objetos, mas pelo lingüístico; mesmo assim, este funcionamento sempre faz laço com o mundo ao denotar.

⁹⁰ “não são por ela fundados sobre as coisas e, os símbolos lingüísticos são sem relação com aquilo que devem designar” (trad. nossa).

⁹¹ Nos *Escritos de Lingüística Geral*, Saussure afirma que “(...) não há nada em comum, em essência, entre um signo e aquilo que ele significa (...); a empreitada de classificar os fatos de uma língua está, portanto, diante deste problema: classificar os acoplamentos de objetos heterogêneos (signos-idéias) e não, como se é levado a supor, classificar objetos simples e homogêneos, como seria o caso se fosse preciso classificar os signos ou as idéias” (Saussure, 2004, p. 23-24).

⁹² Segundo Saussure (2004, p. 94), a palavra “séma” representa “o todo do signo, ou seja, signo e significação unidos numa espécie de personalidade”.

⁹³ “aonde há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do séma, a consciência que se aplica a um ser exterior muito definido nele mesmo para escapar à lei geral do signo” (trad. nossa).

⁹⁴ “dizer que a língua é determinada pelos objetos não é incompatível em si com o fato de dizer que a língua impõe a sua própria determinação” (trad. nossa).

Desse modo, através desta reflexão de Bouquet (1992) e das nossas próprias considerações, colocamo-nos, por um lado, diante da incansável busca de Saussure em negar que a língua seja entendida uma nomenclatura, ou seja, uma “lista de termos que correspondam a tantas outras coisas” (Saussure, 2001, p. 79), “*qui supposerait un stock de choses (ou d'idées), prêts à recevoir leur désignation à travers un jeu d'étiquettes*”⁹⁵(Gadet, 1990, p. 33). Por outro lado, deparamo-nos com a possibilidade de que o terceiro termo (a forma das coisas) seja evocado para constituir a relação semiológica. Diante desta suposta dicotomia no pensamento saussuriano, é preciso buscar informações de como se deu este suposto apagamento da questão da referência no trabalho de Saussure e pistas sobre a possibilidade de ligar esta questão às articulações do genebrino, para, então, repensar a tensão entre negar a língua como nomenclatura e convocar a conjuntura para participar da constituição do signo.

4. Resquícios de um suposto apagamento

Como vimos em uma das sessões anteriores presentes nesta dissertação, para Gadet (1990), a problemática do suposto desaparecimento da referência nas articulações saussurianas se resolve pela diferenciação entre os tipos de arbitrário, a saber, o arbitrário filosófico e o lingüístico. Segundo a autora, porque nos postulados do genebrino apenas importa a relação arbitrária entre significado e significante é que a problemática da aparente ligação entre nome e coisa deve ser abandonada. Ou seja, o arbitrário filosófico não coloca questão para as formulações de Saussure, pois somente as relações entre os signos, significados e significantes, dentro do sistema lingüístico, é que devem ser consideradas na análise do lingüista.

Contudo, retomando Aurox (1998), quem nos informa que Saussure pelo menos por uma vez evocou a concepção triádica de signo ao tratar dos nomes geográficos,

⁹⁵ “que suporia um estoque de coisas (ou de idéias), prontos a receber sua designação através de um jogo de etiquetas” (trad. nossa).

e considerando que “resquícios” dos objetos materiais, mesmo incompletos, indiretamente poderiam chegar ao nosso espírito, tencionamos dar um passo além daquele dado por Gadet (1990). Em outras palavras, entendemos que efetivamente Saussure redimensionou a questão da origem e a do arbitrário em favor de criar um terreno novo para os estudos da língua, terreno este que se limita às relações concernentes à própria língua. Mas, procuramos perscrutar como um possível intercruzamento entre a ordem da língua e a ordem das coisas materiais poderia “interferir” na constituição do signo lingüístico e refletir sobre, se esta “interferência” fosse possível, como Saussure lidaria com ela. Nesse sentido, trazemos um extenso fragmento dos manuscritos saussurianos que trata da questão dos objetos materiais:

Dito de outra maneira: se uma palavra não evoca a idéia de um objeto material, não há absolutamente nada que se possa precisar seu sentido, a não ser por via negativa.

Se essa palavra, ao contrário, se refere a um objeto material, poder-se-ia dizer que a própria essência do objeto é de natureza a dar à palavra uma significação positiva. Aqui, não cabe mais ao lingüista explicar que nós só conhecemos um objeto através da idéia que dele fazemos, e através das comparações, legítimas ou falsas, que estabelecemos: de fato, eu não conheço nenhum objeto a cuja denominação não se acrescente uma ou muitas idéias, *ditas* acessórias mas, no fundo, exatamente tão importantes quanto a idéia principal – seja o objeto em questão o *Sol*, a *Água*, o *Ar*, a *Árvore*, a *Mulher*, a *Luz*, etc. De maneira que, na realidade, todas essas denominações são igualmente negativas, significam apenas com relação às idéias inseridas em outros termos (igualmente negativos), não têm, em nenhum momento, a pretensão de se aplicar a um objeto definido em si e só abordam, na realidade, esse objeto, quando ele existe, *obliquamente*, através e em nome de tal ou tal idéia particular, do que vai resultar (exprimindo a coisa grosseiramente), porque nós tomamos momentaneamente, aqui, esse fato exterior como base da palavra, 1º que será preciso, continuamente, modificar o termo para o mesmo objeto, chamar, por exemplo, a luz de ‘claridade’, ‘lunar’, ‘iluminação’, etc, 2º que o mesmo objeto servirá para muitos outros: *a luz da história*, *as luzes de uma reunião de sábios*. Nesse último caso, fica-se persuadido de que um novo sentido (dito figurado) se interpôs: esta convicção parte puramente da suposição tradicional de que a palavra possui uma

significação absoluta que se aplica a um objeto determinado; é essa presunção que nós combatemos. Desde o primeiro momento, a palavra aborda o objeto material segundo uma idéia que é, ao mesmo tempo, totalmente insuficiente, se for considerada como relação a esse objeto, e infinitamente ampla, se for considerada fora do objeto (ela é sempre muito extensa e pouco abrangente []): a idéia desde o começo negativa; o que faz com que o sentido ‘próprio’ não passe de uma das múltiplas manifestações do sentido geral; esse sentido geral, por sua vez, é apenas uma delimitação qualquer que resulta da presença de outros termos no mesmo momento.

Enfim, nem há necessidade de dizer que a diferença dos termos, que faz o sistema de uma língua, não corresponde em parte alguma, mesmo na língua, às relações verdadeiras entre as coisas; e que, por conseguinte, não há nenhuma razão para esperar que os termos se apliquem completamente, ou mesmo incompletamente, a objetos definidos materiais ou não.

Dir-se-á que eles devem corresponder, em troca, às primeiras impressões que o espírito recebe; isto é verdade, mas essas primeiras impressões são tais que estabelecem relações as mais inesperadas entre coisas totalmente separadas, assim como tendem, continuamente e sobretudo, a divisar coisas absolutamente unas; assim, em momento algum, a impressão que causa um objeto material tem poder de criar uma única categoria lingüística; - só há, então, termos negativos, sendo que em cada um deles o novo objeto está incompletamente contido, ao mesmo tempo que é desmembrado em vários termos.

Mas isso seria deixar de compreender onde está o poder da língua e só lamentar a sua inexatidão. Não se impedirá jamais que uma única e mesma coisa seja chamada, conforme o caso, uma *casa*, uma *construção*, um *prédio*, um *edifício*, (um *monumento*), *imóvel*, uma *habitação*, uma *residência*, e o contrário seria um signo de nossa []. Então, a existência de fatos materiais é, assim como a existência de fatos de uma outra ordem, indiferente à língua. O tempo todo ela avança e se põe a serviço da formidável máquina de suas categorias negativas, verdadeiramente desembaraçadas de todo fato concreto e, por isso mesmo, imediatamente prontas a armazenar uma idéia qualquer que venha se juntar às precedentes (Saussure, 2004, p. 69-70; destaques do autor).

Nesse trecho, Saussure (2004) discute a disjunção entre as palavras e os objetos materiais. Para o genebrino, se houvesse alguma ligação necessária entre estes elementos, a

significação seria estabelecida pela motivação que o objeto implicaria na palavra que o designa. Mas, prossegue ele, não há nada na natureza do objeto que possa determinar um signo e “as denominações não têm, em nenhum momento, a pretensão de se aplicar a um objeto definido em si [...]” (Saussure, 2004, p. 69). Portanto, a significação, completamente desvinculada da forma das coisas, seria determinada apenas por via negativa, ou seja, pela diferença entre os termos que compõem o sistema lingüístico: “(...) **a diferença dos termos**, que faz o sistema de uma língua, **não corresponde em parte alguma**, mesmo na língua, **às relações verdadeiras entre as coisas**” (*Ibid.*, p. 70; destaque nosso).

Mesmo que os objetos *materiais* não interfiram nas relações lingüísticas e, por este motivo, os signos não correspondam diretamente às coisas materiais, segundo o próprio genebrino, as palavras abordam os objetos *obliquamente*, através e em nome de uma idéia particular. Contudo, continua o mestre, essa idéia é *insuficiente*, se considerada em relação ao objeto e, ao mesmo tempo, *infinitamente ampla*, se tomada fora dele. Ou seja, como os objetos materiais não possuem uma significação absoluta – não são designados por uma só palavra –, apenas uma idéia é insuficiente para determiná-los. Por outro lado, uma idéia qualquer é infinitamente ampla se apartada da forma das coisas, justamente porque ela pode tocar obliquamente muitos objetos.

Nesse caso, mesmo sendo a idéia insuficiente para determinar um dado objeto, ela o toca *obliquamente*, já que toda língua efetivamente se reporta ao real. Em outras palavras, mesmo que a ordem própria da língua esteja apartada da forma das coisas, todas as línguas abordam a realidade, ou seja, a referência é uma característica intrínseca às línguas humanas. Nesse ponto, é preciso lembrar que “a língua” e “as línguas” são elementos diferentes para Saussure: as línguas são as manifestações dos diversos idiomas, os quais refletem traços próprios de uma comunidade; já a língua deve ser tomada como norma de todas as outras manifestações da linguagem, como produto social da faculdade da linguagem e conjunto de convenções adotadas pelo corpo social (*cf.* Saussure, 2001).

Ainda sobre a questão da relação entre objetos e palavras, Saussure nos alerta que, ao lidarmos com a ordem própria da língua, nosso espírito precisa da ficção de que os signos lingüísticos possuem algum tipo de existência positiva, pois, senão, seríamos incapazes de conceber o que são as diferenças entre eles. Contudo, segue o mestre, “não há,

em parte alguma, em momento algum, um ponto de referência positivo e firme” [no tocante às diferenças] (Saussure, 2004, p. 61). Desse modo, temos que a língua possui a sua ordem própria, está desvinculada de toda a materialidade do mundo e a atribuição de qualquer positividade ao signo ou a ligação deste elemento a alguma motivação externa seria apenas fruto da ficção requisitada pelo espírito humano.

Contudo, paralelamente a essas afirmações contundentes sobre a natureza da língua e de seus signos, Saussure admite que as línguas tocariam *obliquamente* os objetos à medida que, mesmo que uma idéia seja insuficiente para determiná-los, é preciso denominá-los. Afinal, para o genebrino, nomear é “nada mais do que recorrer a um ponto de vista A determinado” (*Ibid.*, p. 26). Assim, o ato de nomear recorreria, mesmo que obliquamente, a algum tipo de ligação entre palavras e objetos designados, pois a adoção de um ponto de vista sobre o objeto requer que este objeto material entre na composição da relação semiológica mesmo que obliquamente.

Dito de outro modo, o ato de nomear requer que algo seja nomeado, a saber, os objetos do mundo material. Além disso, o ato de nomear demanda que a palavra toque o seu referente de algum modo, afinal, são os elementos que compõem a vida do homem que são nomeados. Este toque das palavras sobre os objetos é oblíquo, pois a língua não é determinada pelos objetos – afinal, língua não é nomenclatura –, mas, mesmo assim, enquanto parte de seu funcionamento, os denomina. Então, resumidamente, ao denominar, encontramos os objetos materiais “tocados obliquamente” pelo funcionamento da língua.

Neste ponto, é conveniente retomar as colocações da profa. Maria Fausta Pereira de Castro, em comunicação pessoal conosco, sobre a tensão entre a língua prescindir do objeto para a existir e os denominar⁹⁶. Segundo Castro, o fato da língua sempre denotar, sempre fazer laço com o mundo, diz de um funcionamento da língua. Por outro lado, a denotação não seria fruto de uma determinação imposta pelos objetos à língua. Desse modo, a tensão entre os pontos de vista –o que inclui e o que exclui o objeto (Bouquet, 1992) – não deixaria de existir, pois haveria a necessidade de denotar, mas a denotação não seria imposta à língua. A ruptura entre estes pontos de vista ocorreria à medida que a ordem própria da língua estaria em questão: o funcionamento da língua não é

⁹⁶ Observações contidas na nota de rodapé número 69 desta dissertação.

determinado pelos objetos, mas pelo lingüístico; mesmo assim, este funcionamento sempre faz laço com o mundo ao denotar. Por isso, segundo Castro, esse toque oblíquo de que fala Saussure em seu manuscrito seria um efeito de língua.

Diante do funcionamento da língua que faz laço com o mundo ao denotar e da não necessidade da presença dos objetos materiais para que este funcionamento exista, poderíamos estabelecer uma dicotomia entre as duas necessidades que se impõem, a de que exista a ordem própria da língua e a de denominar, para colocar esta problemática de modo mais “didático”⁹⁷. Teríamos, por um lado, a existência da ordem própria da língua que prescinde totalmente da necessidade da presença de objetos ou de denominá-los, pois “a existência de fatos materiais é, assim como a existência de fatos de uma outra ordem, indiferente à língua” (*Ibid.*, p. 70). Contudo, por outro lado, haveria objetos que precisam ser denominados e faz parte do funcionamento da língua fazer laço com o mundo e nomear esses objetos.

Estamos, então, diante de uma tensão entre a não presença dos objetos na constituição da ordem própria da língua e a existência do toque oblíquo que as línguas efetuam sobre estes objetos ao se reportarem a eles. Esta tensão ocorre à medida que, mesmo que a forma das coisas não figure na constituição da ordem própria da língua, a língua efetua, em seu funcionamento, um toque oblíquo com relação aos objetos. Mais do que isso, a tensão aumenta se considerarmos o fato de que Saussure, ao evocar o modelo triádico do signo⁹⁸ para os nomes geográficos, abre a possibilidade para que se necessite do comparecimento da conjuntura mesmo na constituição da ordem própria da língua. Também sobre os nomes geográficos, Saussure (2004) observa que:

Embora queiramos abordar o menos possível o lado ideológico do signo, é bem evidente que se as idéias de toda a espécie

⁹⁷ Esta dicotomia entre afirmar que a língua, de um lado, “prescinde totalmente da necessidade de denominar os objetos, e, de outro, que a necessidade de denominar não pode desconsiderar a existência da língua”, tem um caráter “didático” porque – como tem sido observado – a língua não deixa de fazer laço com o mundo, i.e. o toque oblíquo é parte do seu funcionamento, o que por sua vez cria toda a tensão entre o fechamento nela mesma e a relação com o terceiro elemento.

⁹⁸ O modelo triádico, como já trabalhamos anteriormente, implica que sejam considerados, na constituição do signo, a *idéia*, o *som* e a *forma material* (conjuntura).

oferecessem uma fixidez []. Fixidez obtida apenas pelos nomes geográficos.

Sendo que a idéia invariável e influuável pode ser considerada uma coisa quimérica, os semas geográficos e os nomes próprios são exceção na medida em que []. Mais exatamente: a única chance para um []

A idéia de tudo isso é a questão de saber se, assim como o apossema persiste fora do sema, um apossema intelectual poderia, da mesma forma, ser constatado em alguma parte. É certo que em ‘Rhône’⁹⁹ há, por assim dizer, dois apossemas correndo paralelamente. Mas, no fundo, nada semelhante a isso seria possível visto que, se o nome Rhône fosse mudado, não haveria mais o mesmo sema e, por conseguinte, seria inútil discutir os apossemas, a melhor prova de que o sema tem a sua base fundamental no signo material escolhido (Saussure, 2004, p. 95).

Estaria em jogo, então, a relativa fixidez que um nome adquire em seu uso pela coletividade¹⁰⁰. Em outras palavras, não seria viável que um nome próprio e/ou que um nome geográfico mude constantemente, pois a sua referência não muda com facilidade. Por exemplo, no caso do rio Rhône, não é conveniente que o nome do rio mude para um outro nome qualquer. Pode-se, claro, referir ao rio utilizando outros nomes, adjetivos, sintagmas; contudo, mesmo assim, o nome ‘Rhône’ continuaria a denominar o rio.

O caso de ‘Rhône’ seria, então, sutilmente diferente do caso do substantivo ‘casa’. Como nos informa Saussure: “ não se impedirá jamais que uma única e mesma coisa seja chamada, conforme o caso, uma **casa**, uma **construção**, um **prédio**, um **edifício**, (um **monumento**), **imóvel**, uma **habitação**, uma **residência**, e o contrário seria um signo de nossa []” (*Ibid.*, p. 70; destaques do autor). Entre todos estes nomes utilizados para se reportar à forma material, nenhum deles assume de fato uma ‘preferência’, ou seja, não há uma diferença significativa entre usar ‘casa’ ou ‘habitação’, por exemplo.

⁹⁹ O **Rhône** é um rio europeu, com 812 km de comprimento. Sua nascente está na geleira do Rhône nos Alpes suíços e termina seu curso no delta de Camargue, na França, para lançar-se ao mar Mediterrâneo (*cf.* Wikipédia; <http://fr.wikipedia.org/wiki/Rh%C3%B4ne>).

¹⁰⁰ Salientamos que esse nosso esforço interpretativo sobre as considerações relativas ao caso do rio Rhône e das palavras casa, habitação, prédio, dentre outras, não visa ser preciso a respeito das relações semânticas aqui envolvidas, mas objetiva tentar dar encaminhamentos para os dois excertos saussurianos, o relativo ao rio Rhône e o relativo a nomeação de casa/prédio/habitação. Em outras palavras, é sabido que essa interpretação possa ser questionada por uma análise semântica mais apurada, contudo tencionamos apenas desdobrar a reflexão saussuriana sobre essa hipotética diferença entre os dois casos.

Contudo, podemos dizer que haveria uma diferença entre utilizar o nome ‘Rhône’ e ‘rio’, pois apenas o primeiro aponta para o lugar geográfico exato. É devido a esta característica de apontar, ao longo do transcorrer do tempo, para um dado local no mundo (no caso do nome geográfico) e para uma dada pessoa ou ser (no caso do nome próprio) que estes substantivos, como diz Saussure, *oferecem uma fixidez*. Aliás, por estar relacionada à passagem do tempo, esta fixidez seria reforçada pelo uso que os indivíduos fazem dos nomes geográficos e próprios ao longo dos anos. Poderia, então, a *fixidez* ligada à referência dos nomes geográficos e próprios ser um sinal da evocação da realidade material (conjuntura) na composição dos signos lingüísticos?¹⁰¹

Benveniste (1995)¹⁰² propõe-se a pensar sobre a natureza do signo lingüístico, em especial, sobre a proposição saussuriana de que “a natureza do signo é arbitrária” (Benveniste, 1995, 53). Esta reflexão benvenistiana será de grande valia para o desenvolvimento de nosso trabalho, contudo, salientamos, que o propósito de agregar estas articulações de Benveniste às nossas análises não visa adotar o ponto de vista deste autor, mas possibilitar que a nossa reflexão, sobre a suposta ligação entre signos e objetos materiais sob a perspectiva saussuriana, seja mais completa.

No tocante objetivamente às articulações de Benveniste (1995), ele inicia este seu trabalho se propondo a compreender em que sentido Saussure tomou o princípio da arbitrariedade do signo. Segundo Benveniste (1995), apesar desse princípio, desde sua formulação, ter sido tomado como evidente, é necessário tentar entender, de modo mais apurado, a definição que ele conclama.

O *Curso de Lingüística Geral* (1916 [2001]) define o signo lingüístico como o resultante da associação de um significado e de um significante, sendo que esta associação é arbitrária na medida em que não há nada, tanto no conceito quanto na imagem acústica, que motive a união de ambos. Para ilustrar o princípio da arbitrariedade do signo, o *Curso*

¹⁰¹ Analisar este questionamento tomando como base a perspectiva saussuriana é uma tarefa a qual nos dedicaremos essencialmente no terceiro capítulo desta dissertação. Por hora, utilizaremos a argumentação de Benveniste (1995) para tornar a questão do possível comparecimento do terceiro termo na composição do signo mais complexa.

¹⁰² Referimo-nos a um artigo de Benveniste, publicado na revista *Acta Linguistica I*, em 1939, intitulado “Natureza do signo lingüístico”. Este artigo figura no livro *Problemas de Lingüística Geral* (1995), que é uma compilação de vários trabalhos do autor em momentos diferentes de seu pensamento.

toma como exemplo a formação do signo ‘mar’ e afirma que ‘a idéia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons ‘m-a-r’ que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente por outra seqüência, não importa a qual” (Saussure, 1916 [2001], p. 81-82).

Desse modo, a arbitrariedade do signo, conforme a análise de Saussure, pode ser entendida como *imotivada*, ou seja, ela está baseada no fato de que o elo que une significante e significado não tem motivação prévia. É este caráter imotivado da ligação entre significado e significante que permite a Benveniste (1995) fazer esta sumarização dos ensinamentos do mestre sobre a arbitrariedade: “esse caráter [imotivado da ligação entre significado e significante] deve, pois, explicar o fato pelo qual se verifica: a saber, que para uma noção, as expressões variam no tempo e no espaço, e em consequência não têm com ela nenhuma ligação necessária” (Benveniste, 1995, p. 54).

Benveniste (1995) nos alerta que sua intenção é discutir a conclusão posta acima para compreender se é coerente, ao admitir que o signo é bipartido, afirmar que a ligação entre significado e significante é arbitrária. Primeiramente, segundo este autor, a bipartição do signo deve ser admitida – e assim ele o faz. Além disso, é preciso considerar que o *CLG* afirma que “o signo lingüístico não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica, e que o significante é ‘imotivado’, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 2001[1916], p. 80 e 83).

Considerando então as afirmações do mestre, que o signo não une coisa e nome e que não há nenhum laço entre significante e significado, Benveniste (1995) começa a questionar a coerência do princípio da arbitrariedade proposto por Saussure. Para Benveniste (1995), a arbitrariedade do signo não pode ser tomada como uma verdade tão evidente e, como já dissemos, necessita ser compreendida com maior precisão. Conforme este autor, o raciocínio saussuriano de que não há nenhum laço entre significante e significado é falseado “pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição original. Este terceiro termo é a própria coisa, a realidade” (Benveniste, 1995, p. 54).

Prossegue Benveniste (1995) dizendo que é o próprio Saussure que utiliza, mesmo de forma inconsciente, este recurso a um terceiro termo à medida que tenta explicar, por exemplos, o funcionamento do princípio da arbitrariedade. Quando o mestre afirma que a idéia de “*sœur*” (“irmã”) não está ligada ao significante *s-ö-r*, para Benveniste (1995), o genebrino estaria pensando na realidade desta noção, assim como estaria também pensando na realidade da noção quando compara a utilização de *b-ö-f* e *o-k-s* – afinal, ambos se aplicariam à mesma realidade¹⁰³.

Saussure cansou-se de dizer que a idéia de “*sœur*” não está ligada ao significante *s-ö-r*, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição de signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. De fato, se estabelece em princípio – e com razão – que a língua é *forma*, *não substância* (p.163), é preciso admitir – e Saussure afirmou claramente – que a lingüística é a ciência das formas exclusivamente. Tanto mais imperiosa é então a necessidade de deixar a “substância” irmã ou boi para fora da compreensão de signo. Ora, é somente se se pensa no animal “boi” na sua particularidade concreta e “substancial” que se tem base para julgar “arbitrária” a relação entre boi de um lado, *oks* do outro, com a mesma realidade. Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo lingüístico e a natureza fundamental que lhe atribui (Benveniste, 1995 [1939], p. 54-55; destaques do autor).

Se para julgar “arbitrária” a relação de *boi* e *oks* – ambos aplicados à mesma realidade – é necessário recorrer à particularidade concreta, ou seja, é preciso pensar no animal em questão, o terceiro termo (a coisa, a realidade) estaria envolvido na natureza fundamental do signo. Dessa forma, de acordo com o raciocínio de Benveniste (1995),

¹⁰³ O *CLG* utiliza, para abordar a questão natureza arbitrária do signo, a ilustração sobre a palavra ‘mar’, a qual já citamos, e sobre a palavra ‘boi’. É conveniente retomar este trecho:

“Assim, a idéia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons ‘m-a-r’ que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente por outra seqüência, não importa a qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa ‘*boeuf*’ (‘boi’) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (Ochs) do outro” (Saussure, 1916 [2001], p. 81-82).

haveria aparentemente um desacordo entre a definição de signo proposta por Saussure e natureza do signo lingüístico, pois a definição propõe que a relação arbitrária entre significante e significado não teria nenhuma ligação natural na realidade e, em contrapartida, a natureza do signo recorreria à particularidade concreta.

Para Benveniste (1995), este desacordo entre o conceito de signo e a sua suposta natureza seria uma “anomalia” no raciocínio de Saussure. Contudo, esta “anomalia” seria justificada enquanto fruto do pensamento histórico e relativista do fim do século XIX, segundo o qual, diante da diversidade de povos e de reações suscitadas diante de um mesmo fenômeno, considera-se que “háda é aparentemente necessário. Da universal dessemelhança, chega-se à universal contingência” (cf. Benveniste, 1955, p. 55).

A concepção saussuriana de arbitrariedade, segundo Benveniste (1995), estaria de acordo com esse raciocínio relativista da época porque seguiria a seguinte lógica: a decisão de que o signo lingüístico é arbitrário seria baseada na aplicabilidade desse signo porque consideraria o fato de que um animal se chama “boi” em um lugar e “bks” em outro. Esta arbitrariedade, então, seria definida por um olhar que

(...) se limita a comprovar, de fora, a ligação estabelecida entre uma realidade objetiva e um comportamento humano e se condena, assim, a não ver aí senão contingência. É claro que, com relação a uma mesma realidade todas as denominações têm igual valor; o fato de que existem é, pois, a prova de que nenhuma delas pode pretender o absoluto da denominação em si. Isso é verdadeiro (Benveniste, 1995, p. 55).

Contudo, prossegue Benveniste (1995), o problema não é apenas admitir que as denominações têm igual valor, mas a questão é mais complexa porque diz respeito à estrutura íntima do fenômeno “arbitrariedade”. Primeiramente, para entender este fenômeno e pensar nas conseqüências que ele engendra, é preciso pensar sobre o laço entre significante e significado.

Conforme sustenta Benveniste (1995), o laço entre significante e significado não seria arbitrário, mas *necessário*. A língua, para este autor (1995), não seria composta de unidades pré-estabelecidas; mas, por terem sido impressos juntos no espírito, dado

significado e dado significante se uniriam por uma relação de *necessidade*, e o espírito reconheceria apenas estes elementos enquanto formadores de um certo signo lingüístico. Assim, o laço entre significante e significado, na perspectiva benvenistiana, seria *necessário* porque o encontro entre conceito e imagem acústica é necessário e ambos os elementos seriam *consubstanciais*¹⁰⁴.

Benveniste (1995) reforça a sua conclusão a respeito do encontro necessário entre significado e significante utilizando o mesmo exemplo oferecido por Saussure: o do signo ‘boi’. Para Benveniste (1995), ‘o conceito ‘boi’ é forçosamente idêntico na consciência ao conjunto fônico ‘boi’. Juntos os dois foram impressos no espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância’ (*Ibid.*, p. 55; adaptado).

Posta a explicação sobre a necessidade do laço entre certo significante e certo significado, Benveniste (1995) pode, seguindo seu raciocínio sobre o fenômeno da arbitrariedade, delimitar o que ele chama de a zona do “arbitrário”:

Vemos agora, e podemos delimitar, a zona do “arbitrário”. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Nesse sentido, e somente nesse sentido, é permitido falar de contingência, e ainda assim é menos para dar a noção ao problema que para assiná-lo e afastá-lo provisoriamente (Benveniste, 1995 [1939], p. 55-56).

Na verdade, a questão do arbitrário seria, segundo o que nos diz Benveniste (1995), relativa ao problema metafísico da ligação entre espírito e mundo. A arbitrariedade de um signo lingüístico diria respeito, para este autor, ao fato de que um signo se aplica a

¹⁰⁴ Cabe comentar, neste ponto, que assumir que a relação entre significado e significante é necessária não refuta a posição de Saussure sobre a questão natureza arbitrária do signo. Pois o mestre, ao estabelecer que a ligação entre significado e significante é arbitrária, procurava demonstrar que não há motivo aparente para que uma imagem acústica se ligue a um conceito – arbitrariedade enquanto ‘imotivação’. Contudo, a partir do momento que uma imagem se liga a um conceito, essa relação é tão estreita e forte que se torna fixa a ponto de ser praticamente imutável – exceto se tomado o princípio de continuidade no tempo do signo, o que pode gerar o deslizamento entre significante e significado (mutabilidade do signo). Tamanha é a força da ligação entre significante e significado, depois que estes elementos se encontram e se juntam, que Saussure utiliza a metáfora da folha de papel para exemplificar essa relação – o pensamento é o verso da folha e o som o reverso, não se pode cortar a folha sem que se corte ao mesmo tempo seu verso; da mesma forma que na folha, na língua, não se pode separar som e pensamento.

um certo elemento da realidade e não a outro. A contingência, então, seria uma característica própria da relação entre espírito e mundo. Tomando esta perspectiva como verdadeira, Benveniste pode afirmar que:

A natureza do signo lingüístico não tem nada a ver com isso¹⁰⁵, se o definirmos como o fez Saussure, pois o próprio dessa definição consiste precisamente em não encarar senão a relação do significante com o significado. O domínio do arbitrário fica assim relegado para fora da compreensão do signo lingüístico (Benveniste, 1995, p. 57).

e também que:

Reencontramos, pois, a definição e os caracteres válidos para qualquer signo. O arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou objeto *material* e não intervém na constituição própria do signo (*Ibid.*).

Considerando então que, segundo Benveniste (1995), a arbitrariedade ocorreria em relação ao objeto material, este autor passa a fazer algumas considerações a respeito da questão da mutabilidade e da imutabilidade do signo. Partindo da definição saussuriana de mutabilidade e imutabilidade, ou seja, considerando que o signo é imutável “porque, sendo arbitrário, não pode ser discutido em nome de uma norma razoável; mutabilidade, porque, sendo arbitrário, é sempre suscetível de alterar-se” (Benveniste, 1995, p. 57-58), Benveniste diz que não é entre significante e significado que a relação é mutável ou imutável, mas entre signo e objeto; “em outras palavras, a ‘motivação objetiva’ da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos. O que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da ‘significação’, não do signo” (*Ibid.*, p. 58).

Se retomarmos as afirmações de Saussure sobre a suposta fixidez dos nomes próprios e geográficos, supomos que o raciocínio de Benveniste (1955) seja adequado para

¹⁰⁵ Refere-se à diferença de posições entre lingüista e falante no tocante à relação espírito e mundo. Segundo Benveniste (1995, p. 57), “propor esta relação como arbitrária é uma forma para o lingüista de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade (...)”.

pensarmos sobre esta propriedade da *fixidez*. Seguindo a lógica benvenistiana, consideremos então que a relação arbitrária se daria entre o signo e o objeto, e a relação entre estes elementos poderia ser imutável, mas, ao mesmo tempo, seria passível de sofrer a mutabilidade. Desse modo, ao conclamar o terceiro termo para sustentar a manutenção da relação significado / significante no tocante aos nomes próprios e geográficos, poderíamos supor que a imutabilidade da relação seria reforçada pela presença desta conjuntura material.

Em outras palavras, pela continuidade desses nomes no tempo e pela presença marcante da realidade objetiva (conjuntura) na sustentação da relação imutável entre significado e significante, os signos geográficos e próprios seriam menos suscetíveis de serem atingidos pela mutabilidade do signo.

Como já mencionamos anteriormente, não é nossa intenção adotar o ponto de vista de Benveniste (1995), mas sim utilizarmos as considerações feitas pelo autor para tornar nossa reflexão a respeito do suposto comparecimento da referência mais completa. Desse modo, salientamos que, para Saussure, a relação entre significante e significado é arbitrária, à medida que não há nada que garanta essa relação. Este seria o arbitrário que Gadet (1993) chama de *arbitrário lingüístico*.

Saussure reitera, durante todo o seu trabalho, a importância da relação entre significante e significado, na composição do signo, ser arbitrária. Caso esta relação não fosse arbitrária, haveria problemas inclusive para a definição de valor lingüístico – um dos conceitos cardiais do pensamento saussuriano –, já que “o valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora” (Saussure, 2001 [1916], p.136).

Contudo, nada impede que se considere a existência de um *arbitrário filosófico*, como denomina Gadet (1993), ou seja, que se leve em conta a existência de uma relação imotivada entre objeto e nome. É essencialmente o que discute Benveniste (1995): o arbitrário filosófico seria necessário para especificar melhor a relação à qual se aplica a mutabilidade e a imutabilidade do signo; afinal, para este autor, é na ligação arbitrária entre nome e coisa que incidiria estas propriedades do signo.

Informa-nos Milner (2002) que o problema da tese assumida por Benveniste seria justamente que este autor teria confundido o campo dos dois tipos de arbitrário, a saber, aquele que diz respeito à ligação tradicional do signo à coisa designada e aquela que diz respeito à

relação entre significado e significante – este último é efetivamente a relação arbitrária utilizada pelo ponto de vista saussuriano. Desse modo, como nos alerta Milner (2002), Benveniste não estava muito atento ao fato de que, no que tange a constituição do signo, Saussure reconfigura a perspectiva clássica – aquela que considera o signo como assimétrico e representacional – e, em sua teorização, a situação é outra, a saber:

Mais, chez Saussure, la situation est tout autre: on ne part pas de deux entités séparées; il n'y a au premier temps qu'un e seule entité: le signe; au second temps seulement, le signe se divise, par analyse, en deux <<faces>>. Saussure propose lui-même une analogie: <<la langue est (...) comparable à une feuille de papier: la pensée est le recto et le son est le verso>> (CLG, II, 4, § 1). Or, prenons-la au sérieux; supposons qu'on dessine une figure au recto; il est clair que celle-ci n'entretient aucune <<relation>> avec la figure qu'on dessinerait éventuellement au verso. On peut tenir que c'est justement cette absence de tout relation que résume le mot arbitraire.

Il ne faut donc pas confondre l'arbitraire qui caractérise un certain type de relation et l'arbitraire qui caractérise l'absence de tout relation.

(...)

En résumé, l'objection de Benveniste se laisse résoudre ainsi: l'existence du signifiant requiert l'existence du signifié et réciproquement. Semblablement, le recto requiert le verso et réciproquement. En ce sens, il y a relation nécessaire. Mais pour autant la configuration d'un signifiant particulier (la forme phonique s-ö-r) ne détermine pas la configuration d'un signifié particulier (le concept <<saar>>); le dessin tracé au recto ne détermine pas le dessin tracé au verso. En ce sens, il y a non-relation. Cette disposition ne se laisse pas aisément saisir dans les termes usuels. Même le mot de <<contingent>>, préféré par Benveniste et Lacan, en dit peut-être trop. Le terme le moins inadéquat demeurerait alors celui que Saussure a choisi¹⁰⁶ (Milner, 2002, p. 31-32).

¹⁰⁶ ‘Mas, em Saussure, a situação é totalmente outra: não se parte de duas entidades separadas; não há no primeiro tempo senão uma só entidade: o signo; no segundo tempo somente, o signo se divide, por uma análise, em duas <<faces>>. O próprio Saussure propõe uma analogia: <<a língua é (...) comparável a uma folha de papel: o pensamento é a frente e o som o verso>> (CLG, II, 4, § 1). Ora, tomemos isso a sério: suponhamos que se desenhe uma figura na frente; é claro que essa não tem nenhuma <<relação>> com a figura que se desenharia eventualmente no verso. Pode-se sustentar que é justamente essa ausência de toda a relação que resume a palavra *arbitrário*.

Tomando também a noção de arbitrariedade, a discussão de Benveniste (1995), em seu artigo sobre a natureza do signo, envereda para um debate sobre a questão do valor lingüístico. Neste ponto, este autor retoma a afirmação de Saussure, que se encontra no *CLG*, a qual citamos, em parte, anteriormente; diz ele:

Outro problema, não menos importante, que interessa diretamente à definição do signo, é o de valor, em que Saussure pensa encontrar uma confirmação das suas idéias: “à escolha que chama determinado corte acústico para determinada idéia é perfeitamente arbitrária. Se o não fosse, a noção de valor perderia algo do seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. De fato os valores permanecem inteiramente relativos, e eis aí o motivo pelo qual o elo entre idéia e o som é radicalmente arbitrário” (p. 163) (Benveniste, 1995, p. 58).

Para Saussure, como o signo é um elemento de natureza arbitrária, o elo imotivado que se constitui entre significante e significado é forçadamente arbitrário. É justamente porque a relação entre os constituintes do signo é arbitrária que o valor lingüístico pode existir também como característica imotivada do signo, ou seja, os signos podem receber um valor arbitrário porque são de natureza imotivada. O valor então pode ser chamado de *incorpóreo* pelo mestre, já que não há nada intrínseco ao signo que motive que esse signo receba determinado valor.

Contudo, segundo Benveniste (1995), a questão do valor precisa ser revista à luz das suas proposições sobre a arbitrariedade (filosófica), pois, também quando o tema em pauta é o valor, estaria envolvida a representação do objeto real. Explica este autor que, quando Saussure formula sua hipótese sobre o valor incorpóreo, embora fale de “idéia” ou “conceito”, o mestre pensaria “na representação do objeto real e no caráter evidentemente

Portanto, é preciso não confundir o arbitrário que caracteriza um certo tipo de relação com o arbitrário que caracteriza a ausência de toda a relação.

(...)

Em resumo, a objeção de Benveniste se deixa resolver assim: a *existência* do significante requer a existência do significado e reciprocamente. Semelhantemente, a frente requer o verso e reciprocamente. Nesse sentido, há uma relação necessária. Mas, na medida em que a configuração de um significante particular (a forma fônica *s-ö-r*) não determina a configuração de um significado particular (o conceito << soar >>); o desenho traçado na frente não determina o desenho traçado no verso. Nesse sentido, há a não relação. Essa disposição não se deixa facilmente tomar nos termos usuais. Mesmo a palavra <<contingente>>, preferida por Benveniste e Lacan, diz talvez muito. O termo menos inadequado permaneceria sendo então aquele que Saussure escolheu” (trad. nossa).

não necessário do elo que une o signo à ‘coisa’ significada” (Benveniste, 1995, p. 58). Então, o mestre estaria pensando na realidade objetiva, ao definir o valor incorpóreo, porque, como nos diz Benveniste (*Ibid.*), ele afirma que o signo “conteria um elemento imposto de fora”. Dessa maneira, Saussure estaria considerando a existência da realidade objetiva para delimitar a zona do valor incorpóreo.

Mas, como destaca Benveniste (1995), ao considerar o signo em si mesmo e enquanto portador de um valor, a questão do arbitrário – ligado à conjuntura – estaria eliminada, já que a constituição dos signos, que seriam destinados a adquirir valor e a estar em relação uns com os outros no sistema de língua, não poderia depender da arbitrariedade porque o arbitrário encerra em si a adequação à realidade objetiva e o signo só pode depender, no âmbito da língua, das relações relativas. Observe as afirmações de Benveniste (1995) a esse respeito:

Proponhamos imediatamente isto: o valor é um elemento do signo; se o signo tomado em si mesmo não é arbitrário, como pensamos havê-lo demonstrado, segue-se que o caráter “relativo” do valor não pode depender da natureza “arbitrária” do signo. Uma vez que é preciso abstrairmo-nos da adequação do signo à realidade, com maior razão devemos considerar o valor apenas como atributo da *forma*, não da substância. Daí, dizermos que os valores são “relativos” significa que são relativos uns aos outros. Ora, não está aí justamente a prova da sua *necessidade*? Trata-se, aqui, não mais do signo isolado mas da língua como sistema de signos e ninguém, tão firmemente como Saussure, concebeu e descreveu a economia sistemática da língua. Quem diz sistema diz a adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão necessário que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente (Benveniste, 1995, p. 59; destaques do autor).

Assim, porque as formas dependem umas das outras no funcionamento do sistema lingüístico e porque elas estão em relação de oposição, é que as relações entre elas têm o caráter de necessidade, afirma Benveniste (1995). Esta afirmação vai de encontro com os ensinamentos saussurianos, pois o próprio Saussure postula que, no campo do sistema lingüístico, pela natureza do signo ser arbitrária, as relações de oposição e de

negatividade precisam acontecer para que o sistema funcione adequadamente. Em uma nota preparatória para o terceiro curso de lingüística geral (1910-1911), o genebrino redige uma interessante formulação sobre a noção de termo, problematizando e defendendo a arbitrariedade absoluta do signo lingüístico para que ocorram as relações opositivas e negativas entre os termos e para que a língua não seja reduzida a uma simples nomenclatura.

Importância da palavra termo. Não concebível. Redução, em todo o sistema de língua, da arbitrariedade absoluta à arbitrariedade relativa, que constitui o ‘sistema’. Se fosse possível que uma língua consistisse unicamente em denominar os objetos, os diferentes termos dessa língua não teriam relação entre si, ficariam tão separados uns dos outros quanto os próprios objetos; que os termos fossem, por outro lado, consagrados a denominar as coisas materiais e visíveis. Assim, *pão, cascalho. Handwek* (Saussure, 2004, p. 282; destaques do autor).

Segundo as afirmações supracitadas de Saussure, a constituição do signo lingüístico depende de um encontro absolutamente arbitrário entre significado e significante. Depois de constituído o signo, esses elementos que o formam passam a estar de tal maneira ligados que a relação que se estabelece entre ambos torna-se imutável¹⁰⁷. Assim, composto por significado e significante unidos arbitrariamente, o signo lingüístico pode se revestir de um valor imotivado e, concomitantemente, passar a se relacionar com os demais signos lingüísticos que figuram na língua. Desse modo, para que o processo de constituição do signo aconteça e para que este signo se revista de valor imotivado, nos alerta o mestre genebrino, é necessário que a ligação entre significado e significante seja regida pela arbitrariedade absoluta.

¹⁰⁷ Sobre essa relação imutável entre significado e significante, é interessante relembrar a metáfora, proposta por Saussure, da folha de papel:

“Quando se diz ‘signo’, imaginando -se, falsamente, que ele poderá, depois, ser separado à vontade de ‘significação’ e que designa apenas ‘parte material’, nada se teria a aprender, senão considerado que o signo tem um limite material, como sua lei absoluta, e que esse limite já é, em si mesmo, um ‘signo’, um portador de significação. É, portanto, inteiramente ilusório opor, em qualquer instante, signo à significação. São duas formas do mesmo conceito do espírito, visto que a significação não existiria sem um signo e que ela é apenas a experiência às avessas do signo, assim como não se pode cortar uma folha de papel sem cortar o avesso e o direito desse papel com a mesma tesourada” (Saussure, 2004, p. 87-88).

Mas, dizer que a ligação entre significado e significante é necessária não descaracteriza o pensamento do mestre genebrino a respeito desta arbitrariedade absoluta, pois foi ele mesmo que procurou demonstrar a imutabilidade dessa relação. Contudo, o crucial é considerar que essa necessidade de ligação entre um significado e seu significante ocorre depois da constituição absolutamente arbitrária do signo lingüístico. Afinal, fato é que o raciocínio de Saussure sobre a “incorporeidade” do valor e sobre a “operacionalidade” desse conceito é sustentado pela arbitrariedade absoluta do signo: se a ligação entre significado e significante fosse de outra natureza que não a imotivada, o valor conteria um elemento imposto de fora, ou seja, o valor conseqüentemente também seria motivado por algo que estaria fora da relação estritamente lingüística.

É interessante, por fim, observar como a *realidade objetiva* interroga a reflexão dos autores. Benveniste (1995) a traz para suas considerações sobre a arbitrariedade do signo lingüístico como forma de demonstrar a hipotética *necessidade* do encontro entre significante e significado. Para tanto, este autor procura demonstrar como essa mesma *realidade* teria questionado Saussure e, possivelmente, comparecido, mesmo que de maneira indireta, em suas formulações. Podemos pensar então que a *realidade objetiva* - seja para ser considerada enquanto constituinte das relações de língua, seja para ser afastada das reflexões sobre a língua - é um elemento bastante complexo e que demanda posicionamento. Aliás, há de se considerar então o quanto foi árduo para o mestre genebrino lidar com muitos fatores concernentes à linguagem - dentre eles a existência da realidade - e, mesmo diante da dificuldade, conseguir decidir como lidar com esses fatores e estabelecer parâmetros para a Lingüística.

5. Referência enquanto questão de uso

A questão da representação foi historicamente entendida enquanto essencialmente mimética, ou seja, a representação evoca a idéia de reprodução/ cópia fiel do original que é representado. O que se espera, quando está em jogo a representação, é que aquilo representa seja um simulacro daquilo que é original. Dessa maneira, as palavras, em uma visão

essencialmente representativa, seriam simulacros da realidade, na medida em que elas corresponderiam àquilo que está presente no mundo material.

Então, a idéia de representação, em âmbito lingüístico, seria a de que apareça uma imagem mental do objeto na “mente” do usuário dos signos. Nas tradições clássicas, a função referencial do signo lingüístico esteve amplamente ligada à idéia de representação de algo dito como original:

A denotação [significação da função referencial] se produz, não entre um significante e um significado, mas entre o signo e o REFERENTE, i.e., no exemplo mais fácil de imaginar, um objeto real: não é mais a seqüência sonora ou gráfica “maçã” que se liga ao sentido *maçã*, mas a palavra (: o próprio signo) “maçã” às maçãs reais”(Ducrot, Todorov, 2001, p. 103).

Contudo, como já explicitado, na teorização saussuriana, esta idéia de representação foi abandonada em prol da associação recíproca: “A está associado a B e, isto implica que B esteja associado a A” (Milner, 2002, p. 27). Contudo, como nos alerta a profa. Maria Fausta Pereira de Castro, em comunicação pessoal, é preciso salientar que o abandono da noção de representação não impede a denotação ou referência, porque a língua, na sua ordem interna, inclui no seu funcionamento este “efeito de referencialidade” (Rifaterre, 1983)¹⁰⁸. Prossegue Castro dizendo que é a língua no seu funcionamento que liga o signo “maçã” às maçãs reais, pois foi a língua que recortou tal objeto e não este último que se impôs “pela sua natureza” como *maçã* à língua.

A língua então, diante do aparente abandono da noção de representação, passa a ser constituída apenas por elementos lingüísticos: segundo o ponto de vista de Saussure, ela se caracterizará como um sistema composto de signos psíquicos que prescindem da presença dos objetos materiais para existir, apesar de poder denotar estes objetos pelo seu funcionamento. Sobre este ponto, é preciso retomar as palavras de Castro, ainda na mesma comunicação pessoal, a respeito da importância do deslocamento empreendido por Saussure. Segundo Castro, o ponto de vista saussuriano é importante justamente porque desloca a questão da representação para uma visão que admite que é a língua que recorta o

¹⁰⁸ Michael Rifaterre (1983) em *Sémiotique de La Poésie*. Paris: Seuil.

objeto e não este último que se impõe “pela sua natureza” à língua. Este desligamento entre língua e mundo material é apontado por Saussure em diversas passagens dos *Escritos*:

1º que não há nenhuma entidade lingüística, que possa ser dada, que seja dada imediatamente pelo sentido; nenhuma que exista fora da idéia que lhe pode ser vinculada (Saussure, 2004, p. 23).

Para que houvesse mudança, seria preciso que houvesse uma matéria definida em si mesma num momento dado, o que não acontece jamais; só se pronuncia uma palavra pelo seu valor (*Ibid.*, p. 57).

Dito de outra maneira: se uma palavra não evoca a idéia de um objeto material, não há absolutamente nada que se possa precisar seu sentido, a não ser por via negativa (*Ibid.*, p. 72).

Em todas as citações supramencionadas, Saussure reforça a sua posição de que o sistema de língua funciona em si mesmo na medida em que prescinde de qualquer relação necessária com o mundo exterior. Ou seja, o sistema de língua se constitui pelas suas próprias unidades, as quais são psíquicas, e não possui nenhuma motivação externa para seu funcionamento. Mais do que isso, a língua não é determinada por nenhum dado exterior a ela, nenhum dado da percepção humana, nem por nenhum objeto material, mas ela é fundamentada nas diferenças dos dois termos que a compõem:

Em outros domínios, se não me engano, pode-se falar dos diferentes objetos considerados, se não como coisas existentes em si mesmas, ao menos como coisas que representam coisas ou entidades positivas quaisquer, para formular de outra maneira (a menos, talvez, que empurrem os fatos até os limites da metafísica, ou da questão do conhecimento, de que pretendemos fazer completa abstração); ora, parece que a ciência da linguagem é colocada à parte na medida em que os objetos que estão diante dela jamais têm realidade em si ou à parte de outros objetos a considerar; que, absolutamente, não têm qualquer substrato para a sua existência fora de sua diferença ou NAS diferenças de todo tipo que o espírito encontra meio de vincular à diferença fundamental (mas que sua diferença recíproca dá a cada um toda a sua existência): mas sem que se saia, em ponto

algum, do dado, fundamentalmente e para sempre negativo, da DIFERENÇA de dois termos, e não das propriedades de um termo (Saussure, 2004, p. 61).

Na perspectiva saussuriana, a ciência da linguagem não deve lidar com outras ordens que não a lingüística, já que ao lingüista caberia analisar apenas os fatos que concernem às relações entre os signos que compõem o sistema lingüístico: “(...) as primeiras e mais irreduzíveis entidades com que se pode ocupar o lingüista já são o produto de uma operação latente do espírito” (Saussure, 2004, p. 26). Contudo, como desconsiderar a presença do externo à língua, em prol de uma teorização que postula a não paridade da ordem lingüística com as outras ordens, se a linguagem está reportada ao real e funciona afetada por este real? A língua poderia prescindir totalmente de uma suposta relação com os objetos para existir através de suas unidades psíquicas?¹⁰⁹

Como já afirmamos anteriormente, mesmo que a língua não necessite da presença dos objetos materiais para existir, nada impede a denotação ou referência, porque seria incluso no funcionamento da língua o “efeito de referencialidade” (Rifaterre, 1983). Desse modo, o conceito “língua” poderia abrir mão desta suposta relação com a conjuntura, pois a língua, enquanto objeto da lingüística, poderia ser formulada e existir sem necessidade de ser afetada pelo “terceiro termo”. Contudo, após constituída, a língua poderia fazer laço com a realidade, pois faz parte do seu funcionamento esta propriedade.

Sobre este ponto, apesar do próprio mestre genebrino, por diversas vezes, afirmar que as entidades lingüísticas não têm nenhum substrato de existência fora das relações sincrônicas que comparecem no sistema de língua, ele também nos informa que os termos que figuram na língua são aplicados dentro de uma esfera determinada. Em outras palavras, esses termos adquiririam a sua significação – o seu valor – na “sintagmação” expressa pelo

¹⁰⁹ Em comunicação pessoal, a profa. Maria Fausta Pereira de Castro articula o seguinte comentário sobre este ponto de nosso trabalho: “A relação com os objetos do mundo, para usar um termo caro ao Milner, é de **encontro** e o fato de que todas as línguas sejam capazes da denotação, fruto deste encontro, é o que torna a questão tão complexa e é pensando a impossibilidade de que este encontro se torne uma relação termo a termo, ou uma nomenclatura, que se construiu parte da discussão de Saussure sobre a noção de sistema, de ordem própria etc.”

discurso¹¹⁰, dependendo para se constituir “de todo ‘*entourage*’ parassêmico do próprio instante” (*Ibid.*, p. 96)¹¹¹; ou seja, no instante em que dado termo seria utilizado pelo locutor para denotar, ele se revestiria do valor apropriado para tocar a realidade material das coisas.

SER. Nada *é*, pelo menos nada *é* absolutamente (no domínio lingüístico). Nenhum termo, supondo-o perfeitamente preciso, *é* aplicável fora de uma esfera determinada.

A forma elementar do julgamento: “*isso é aquilo*” abre a porta para mil contestações porque *é* preciso dizer em nome do que se distingue e se delimita “*isso*” ou “*à quilo*”, sendo que nenhum objeto *é* naturalmente delimitado ou dado, sendo que nenhum objeto *é* com evidência (Saussure, 2004, p. 74; destaques do autor).

A fim de aprofundar as reflexões sobre a esfera sintagmática conjugada à problemática da referência de uma sentença, trazemos à discussão o trabalho de Strawson (1971). Neste artigo, chamado “*On referring*”, o autor faz interessantes considerações sobre como o uso e as convenções lingüísticas se fazem presentes na constituição da referência. Inicialmente, Strawson expõe as articulações de Russell sobre a questão da referência a fim de apresentar algumas falhas no pensamento russelliano: ele demonstra que, diferentemente do que Russel postulava, ao invés de haver uma convergência de sujeitos lógico e gramatical para formar a referência, temos situações em que esses sujeitos divergem. Mais do que isso, para Strawson, a referência está diretamente ligada ao uso e depende de dois fatores, a saber, o contexto e as convenções lingüísticas.

¹¹⁰ Vale retomar que mencionamos anteriormente, nesta dissertação, que Saussure entende discurso como a manifestação lingüística expressa pelos sintagmas. Segundo o mestre genebrino, “o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por via que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento” (Saussure, 2004, p. 37). Contudo, trabalharemos de modo mais aprofundado o conceito de *discurso*, de acordo com a perspectiva saussuriana, durante o terceiro capítulo desta dissertação.

¹¹¹ Segundo Saussure (2004, p. 74): “Não cabe, provavelmente, dizer, de uma época para outra, o que *é* o mesmo sema, nem há meio de comparação para isso, já que o sema depende, em sua existência, de todo “*entourage*” parassêmico do próprio instante”. *É* preciso considerar que sema, nesta passagem, *é* entendido como: “o todo do signo, ou seja, signo e significação unidos numa espécie de personalidade” (*Ibid.*, p. 94).

(...) *equally obviously we cannot talk of **the sentence** being **about** a particular person, for the same sentence may be used at different times to talk about quite different particular persons, but only of a **use** of the sentence to talk about a particular person*¹¹² (Strawson, 1971, p. 07; negritos do autor).

*What in general is required for making a unique reference is, obviously, some devices, or devices, for showing both **that** a unique reference is intend and **what** unique reference it is; some device requiring and enabling the hearer or reader to identify what is being talked about. In securing this result, the context of utterance is of an importance which it is almost impossible to exaggerate; and by 'context' I mean, at least, the time, the place, the situation, the identity of the speaker, the subjects which form the immediate focus of interest, and the personal histories of both the speaker and those he is addressing. Besides context, there is, of course, convention; - linguistic convention. But, except in the case of genuine proper names, of which I shall have more to say later, the fulfillment of more or less precisely stateable contextual conditions is **conventionally** (or, in a wide sense of the word, **logically**) required for the correct referring use of expression in a sense in which this is not true of correct ascriptive uses*¹¹³ (Ibid., p. 19; negritos do autor).

Então, a referência, para Strawson (1971), dependeria do uso que se faz das convenções lingüísticas em determinado contexto. Sendo assim, a veracidade de uma determinada sentença não deve ser atribuída em função da própria sentença, mas pela avaliação da adequação de seu uso em uma dada situação. 'Mencionar' ou 'referir' não é algo que uma sentença faz, mas sim algo que o indivíduo que a utiliza faz: “*mentioning*’, or ‘*referring*’ to,

¹¹² ‘Igualmente óbvio nós não podemos falar de sentença sendo sobre uma pessoa particular, porque a mesma sentença pode ser usada em diferentes momentos para falar sobre pessoas particulares completamente diferentes, mas somente do uso de uma sentença para falar sobre uma pessoa particular’ (trad. nossa).

¹¹³ ‘O que geralmente é requerido para fazer uma referência única é, obviamente, alguns dispositivos, ou dispositivos, para mostrar ambos que uma referência única é pretendida e que referência única isso é; algum dispositivo requerendo e permitindo o ouvinte ou leitor identificar o que está sendo falado sobre. Em fixar esse resultado, o contexto de elocução é de uma importância a qual é quase impossível de exagerar; e pelo *contexto* eu entendo, ao menos, o tempo, o espaço, a situação, a identidade do falante, os assuntos que formam o foco imediato de interesse, e a história pessoa de ambos os locutores e aqueles a que está endereçando. Além do contexto, há, é claro, convenção – convenção lingüística. Mas, exceto no caso de genuínos nomes próprios, dos quais eu terei mais a dizer mais tarde, a realização de mais ou menos precisa condição contextual situacional é convencional (ou, em um sentido largo da palavra, lógica) requerida para o correto uso referencial de uma expressão de certo modo que este não é sinônimo de correto uso atributivo’ (trad. nossa).

something is a characteristic of a use of an expression, just as 'being about' something, and truth-or-falsity, are characteristics of a use of a sentence"¹¹⁴ (Strawson, 1971, p. 08; destaque do autor).

Nesse contexto, o ato de referir não dependeria necessariamente da forma das coisas, mas sim do uso da sentença pelo sujeito que a menciona. Em outras palavras, referir não é um ato de correspondência entre objeto e nome, mas uma característica que a sentença possui em seu uso. Aliás, o significado que a sentença transmite, para Strawson, nada mais é do que a função de uma sentença ou expressão; em outras palavras, mencionar e referir, verdade e falsidade são funções do uso de uma expressão (*cf.* Strawson, 1971). Então, dar o significado de uma dada expressão:

*(...) is to give **general directions** to its use to refer to or mention particular objects or persons; to give the meaning of a sentence is to give **general directions** for its use in making true or false assertions. [...] For to talk about the meaning of an expression or sentence is not to talk about its use on a particular occasion, but about the rules, habits, conventions governing its correct use, on all occasions, to refer or to assert. So the question of whether a sentence or expression is **significant** or **not** has nothing whatever to do with the question of whether the sentence, **uttered on a particular occasion**, is, on that occasion, being used to make a true-or-false assertion or not, or of whether the expression is, on that occasion, being used to refer to, or mention, anything at all*¹¹⁵ (Strawson, 1971, p. 09; negritos do autor).

¹¹⁴ “mencionar ou referir a, alguma coisa é característica do uso de uma expressão somente como *sendo sobre* alguma coisa, e verdadeiro-ou-falso, são características do uso de uma sentença” (trad. nossa)

¹¹⁵ “(...) é para dar direções gerais para seu uso ao referir ou mencionar objetos particulares ou pessoas; dar o significado de uma sentença é dar direções gerais para seu uso ao fazer verdadeiras ou falsas assertivas. [...]. Falar sobre o significado de uma expressão ou sentença não é falar sobre seu uso em uma situação particular, mas sobre regras, hábitos, convenções governando seu uso correto, em todas as ocasiões, para referir ou para afirmar. Então a questão de se a sentença ou expressão é significante ou não tem nada a fazer com a questão de se a sentença, proferida em uma ocasião particular, está, em toda a situação, sendo usada para fazer uma verdadeira-ou-falsa assertiva ou não, ou se a expressão está, em toda a ocasião, sendo usada para referir a, ou mencionar, qualquer coisa do todo” (trad. nossa).

Se aplicarmos o raciocínio de Strawson (1971) à problemática, nas palavras de Saussure (2004), da *fixidez* obtida pelos nomes geográficos e próprios¹¹⁶, podemos percorrer caminhos interessantes sobre a questão da referência. Utilizando o raciocínio de Strawson (1971), diríamos que referir está intrinsecamente relacionado ao uso de uma sentença em uma certa conjuntura, portanto, podemos inferir que a fixidez dos nomes geográficos estaria ligada ao seu uso no decorrer do tempo.

É justamente o uso que imprimia ao nome geográfico a sua relativa fixidez, na medida em que, geração após geração, esses nomes são utilizados para denominar certos lugares. Mais do que isso, por exemplo, no caso do rio Rhône, ano após ano, o rio que se situa entre os Alpes suíços e o delta de Camargue tem sido chamado de Rhône, e, em qualquer lugar que este nome seja proferido, o lugar geográfico onde o rio se situa também está sendo evocado.

Desse modo, se “a existência de fatos materiais é, assim como a existência de fatos de uma outra ordem, indiferente à língua” (Saussure, 2004, p. 70), no caso dos nomes fixos, a língua não seria tão indiferente para com a ordem das coisas ao ser utilizada para denominar. Certamente, o primeiro “encontro” entre o significado e o significante relativos a Rhône ocorreu assim como ocorre com todos os signos: a língua recortou, na massa amorfa das idéias e das imagens acústicas, um significante e um significado e os uniu de maneira arbitrária. Contudo, o que garante a propriedade da “fixidez” é a continuidade do signo ‘Rhône’: esse substantivo próprio vem sendo utilizado ao longo da história para se referir a um determinado rio. A fixidez, então, residiria no uso deste nome, que é aplicado sempre ao mesmo espaço físico.

Esta possível relação entre língua e materialidade física, especialmente relativa aos objetos que permitiriam que se mantivesse uma certa fixidez, estaria atravessada pela questão do sentido, já que a língua se reportaria ao mundo material com o objetivo principal de gerar sentido e este sentido seria estabilizado pela fixidez. Em outras palavras,

Quanto ao próprio signo só se pode reconhecer-lhe um “sentido”. O que é agora compreender o sentido de um signo? É

¹¹⁶ Tecemos explicações sobre a questão da suposta *fixidez* dos nomes geográficos no capítulo II, item 4.

possuir um método para determinar, em cada ocorrência desse signo, a que se refere essa ocorrência (conhecer o sentido de *Eu*, é ser capaz de saber, quando uma pessoa diz *Eu*, a quem ela se refere). Vê-se semelhança entre essa definição do sentido como modo de determinação do referente e a definição saussuriana do significado, que considera este como conjunto de traços distintivos, ou seja, finalmente, como o sistema de critérios retidos pela língua para reconhecer determinado tipo de objetos entre todos os seres da realidade (Ducrot, Todorov, 2001, p.230; destaques dos autores).

Veremos, no capítulo III, aprofundamentos sobre a questão do sentido e como esta questão se relaciona com o possível comparecimento da problemática da referência nos postulados saussurianos.

Capítulo III

Refletindo sobre o sentido, a referência e as elaborações saussurianas

1. Em busca da semântica do sentido

Se, como posto nas seções anteriores, a teoria do valor, articulada à questão do arbitrário, se configurou como um dos pilares principais e mais chamativos do pensamento saussuriano, é preciso considerar que esta teoria isoladamente não dá conta de explicar e/ou caracterizar a revolução que as articulações do genebrino trouxeram para o estudo da linguagem. As articulações de Saussure para serem de fato compreendidas convocam muito mais do que a presença apenas do valor e do arbitrário: elas evocam todos os deslocamentos feitos pelo genebrino – a começar, por exemplo, pela noção de signo¹¹⁷.

Assim, deparamo-nos com um projeto científico, realizado pelo genebrino, que procurou analisar o funcionamento lingüístico a partir de conceitos retirados da tradição clássica, os quais foram deslocados / ressignificados, a saber, “sistema”, “valor”, “arbitrário”, “signo”¹¹⁸. Em outras palavras, estamos diante de uma teorização que se constrói pela re-configuração de noções trazidas de uma tradição anterior, as quais são fundamentais para o desenvolvimento do projeto científico saussuriano¹¹⁹.

São esses conceitos-chave, os quais analisamos nos capítulos anteriores desta dissertação, que dão dinamismo ao pensamento de Saussure e que permitiriam ao mestre pensar não somente em questões do funcionamento da língua e de seus componentes, mas também propiciariam que ele articulasse elaborações a respeito da questão do sentido¹²⁰. Se é inegável que Saussure procura cunhar conceitos que passam a figurar na lingüística pós-

¹¹⁷ Para Bouquet (2000), estes deslocamentos, articulados pelo genebrino, ao serem conjugados, permitem que se chegue à questão do estabelecimento do sentido, que, segundo Bouquet (2000), seria o ápice da aplicação da noção do “funcionamento sistêmico”¹¹⁷ – fruto do funcionamento paradigmático e sintagmático. Em outras palavras, de acordo com a análise de Bouquet (2000, p. 241-242), todo o projeto do genebrino visaria, pelos deslocamentos empreendidos, desenvolver considerações a respeito do fenômeno lingüístico cujo vértice seria a questão do sentido, tanto que o desdobramento do projeto saussuriano seria o estabelecimento de uma gramática do sentido baseada no “axioma de que o fenômeno semântico está inteiramente contido nas unidades da língua”.

¹¹⁸ Para aprofundar a questão, consulte a seção 2, do capítulo I, desta dissertação.

¹¹⁹ Para Bouquet (2000), a teorização saussuriana se constrói a partir do estabelecimento de uma epistemologia programática para a lingüística e de uma metafísica do sentido. Para este autor, a busca de Saussure, por bases que sustentassem a lingüística como uma ciência válida, passa pela construção de pilares epistemológicos de cunho galileano e de uma metafísica do sentido, o qual se configura como um saber não-positivo. Para aprofundamento dessas distinções, consultar Bouquet (2000), já que, nesta dissertação, não pretendemos utilizar estas distinções.

¹²⁰ Essa noção será explicada em momento oportuno ao longo deste capítulo.

saussuriana, ele também articularia esses conceitos cunhados – tal como ‘língua’, ‘sistema’, ‘signo’, ‘diacronia’, ‘sincronia’ , ‘valor’, dentre outros – a uma perspectiva teórica que daria conta das questões do sentido.

O primeiro ponto a se tratar, quando a questão é as teorizações de Saussure sobre o sentido, é a concepção saussuriana de semântica e, conseqüentemente, de sentido. Como vimos durante o segundo capítulo desta dissertação, a visão de semântica que tem Saussure é razoavelmente diferente daquela normalmente adotada pelos estudiosos de sua época, pois o genebrino não acredita numa semântica que seja uma “science des sens <des mots> de la langue, par opposition à celle de formes”¹²¹ (Engler, 1989, p. 49, nota 292, coluna 2)¹²², mas numa que considere o estabelecimento do sentido num dado momento de língua.

Assim, apesar de fazer alusão à semântica enquanto ciência que analisa a evolução e/ou transformação do sentido das palavras num período diacrônico, por acreditar que este estudo seja plausível, o genebrino entende “semântica” como um meio de análise do “sentido lingüístico” num dado estado de língua. Em outras palavras, para Saussure, a semântica necessita analisar o estabelecimento do sentido de um modo mais geral do que apenas considerar o âmbito da palavra, já que o fenômeno semântico está contido das relações entre as unidades da língua, tanto no âmbito sintagmático quanto no associativo.

Já um segundo ponto a ser discutido é diferenciar, assim como foi feito a respeito do funcionamento do sistema lingüístico, sincronia e diacronia. Saussure, apesar de considerar a possibilidade do sentido permanecer “o mesmo” ou mudar em um período diacrônico¹²³, concentra-se em perscrutar as relações sincrônicas que o fenômeno “sentido”

¹²¹ “ciência dos sentidos das palavras da língua, por oposição àquela das formas” (trad. nossa).

¹²² Anotação de Albert Riedlinger, durante o segundo curso de lingüística geral (1908-1909) proferido por Saussure. É importante, contudo, destacar que Engler justifica, no prefácio da edição, os acréscimos dos trechos entre colchetes seguinte forma: “*dans la mesure du possible et partout où nous avons pu voir les manuscrits originaux, nous avons reproduit les corrections et notes marginales entre crochets <>: elles manifestent une contamination entre les différentes versions (...)*”.

¹²³ Como explicamos no tópico sobre Bréal (capítulo I, ponto 2), para Saussure, a mudança de sentido é algo que, apesar de poder ocorrer no tempo diacrônico, diz respeito a um dado estado de língua, já que a mudança semântica só faz sentido quando tomada em um dado momento sincrônico e quando essa mudança é analisada dentro do contexto do sistema de língua. Ao supor que a mudança diacrônica de sentido fosse de fato algo a ser considerado nos estudos lingüísticos, o genebrino conclui que, ao analisar uma palavra no fio do tempo, não haveria de fato a substituição de uma significação por outra, mas a concorrência entre duas significações. Em outras palavras, Saussure acredita que, se acontecer a uma palavra mudar de sentido no decorrer do tempo

evoca: ele se dedica a “tratar tudo o que entra na composição do sentido” (Bouquet, 2000, p. 223). Dessa forma, enquanto analisadora do estabelecimento do fenômeno “sentido”, de um modo geral, a semântica é fruto da inter-relação entre os aspectos morfológicos, lexicológicos e sintáticos (cf. Bouquet, 2000, p. 215), já que o funcionamento lingüístico depende de todos esses aspectos para ocorrer e se manifestar.

Mas, afinal, o que é “o sentido” para o mestre genebrino? O sentido ao longo da tradição da semântica, especialmente se considerarmos os estudos até o início do século XIX, é normalmente entendido como algo intrinsecamente ligado à palavra, à medida que o sentido estaria contido nesta palavra. Até este período histórico, há uma grande preocupação em investigar a questão da “homeação”, ou seja, a suposta ligação entre palavras e coisas, ligação esta que teria como articulador o fato de que as palavras nomeiam as coisas (se referem a elas).

Os nomes que as coisas recebem seriam fruto de convenção e, em certa medida, o processo de referência refletiria esta convenção, pois uma palavra sempre se aplica à determinada coisa. O sentido, nestas relações de nomeação e de referência, é tomado como uma representação mental da coisa denominada:

(...) la forme (“vox”) d’un mot (“dictio”) signifiait des <<choses>> par l’intermédiaire du concept associé à cette forme dans l’esprit des sujets parlant; ainsi ce qui constituait la

histórico, não haveria de fato uma mudança, mas a existência concomitante de dois sentidos para a mesma palavra. Então, na perspectiva saussuriana, o sentido de uma forma pode mudar diacronicamente – afinal, o signo tem como propriedade ser mutável – e essa mudança atinge não só a forma, mas todas as outras que a cercam no sistema lingüístico:

“Colocaremos, então, entrando no quadro inadmissível – que a mudança de significação não tem valor algum como fato resultante do tempo, por todos os tipos de razões, entre outras, porque essa mudança se dá a cada instante e não exclui a significação precedente, que se torna concorrente; enquanto que a mudança de forma reside na substituição de um termo por outro; e porque essa substituição consagra, supõe com necessidade, e por si só, a presença sucessiva de duas épocas;

– que a significação é apenas uma maneira de exprimir o valor de uma forma, valor que depende completamente das formas coexistentes a cada momento, e que é, por conseguinte, uma empreitada quimérica, não apenas querer examinar essa significação em si mesma (o que não é nada lingüístico), mas querer examiná-la com relação a uma forma, visto que essa forma muda e, com ela, todas as outras e, com estas, todas as significações, de maneira que só se pode dominar a mudança de significação vagamente com relação ao conjunto” (Saussure, 2004, p. 41).

signification (‘*significatio*’) du mot était ce concept ¹²⁴ (Lyons, 1970, p. 310).

Deste modo, na tradição anterior a Saussure, o sentido é normalmente caracterizado como relativo ao conceito psíquico que os objetos materiais geram no espírito do falante. Em outras palavras, o sentido é fruto da relação de nomeação, já que ele está contido na palavra que designa e é gerado pela relação de representação mental que a palavra evoca.

Bréal, um dos professores de Saussure, enquanto participante desta tradição, como já vimos anteriormente, também abordou a questão do sentido em seus trabalhos. Para este professor, o sentido é uma questão de extrema importância dentro dos estudos da linguagem, já que o “objetivo, em matéria de linguagem é ser compreendido” (Bréal, 1992 [1897], p.19). Assim, o sentido, enquanto fenômeno inerente à linguagem, seria fundamental para que os homens se façam compreender.

Também para se fazer compreender, é necessário evocar a presença do mundo material, segundo Bréal, pois, mesmo que a linguagem designe o mundo de modo incompleto e inexato, é pela designação que os homens podem se referir aos objetos materiais. Os substantivos, nessa relação de nomeação, seriam essenciais já que eles “são signos ligados às coisas” (*Ibid.*, p. 123).

Dada a suposta importância da relação entre palavra e objeto material para o estabelecimento do sentido e, conseqüentemente, para a compreensão do lingüístico, Bréal dedica um capítulo de seu *Ensaio de Semântica* à questão da nomeação. Neste capítulo, denominado “Como os nomes são dados às coisas”, ele discute justamente a interligação entre palavras e objetos, dando especial destaque ao papel dos substantivos nessa interligação.

Para Bréal, os substantivos “encerram exatamente a parte da verdade que um nome pode encerrar, parte necessariamente tão menor quanto mais tem de realidade o objeto” (*Ibid.*). Esta idéia vai ao encontro justamente à de que a linguagem designa as

¹²⁴ “a forma (*vox*) de uma palavra (*dictio*) significava as <<coisas>> por intermédio de um conceito associado a esta forma no espírito dos sujeitos falantes; assim isso que constituía a significação (*significatio*) da palavra era esse conceito” (trad. nossa).

coisas de modo incompleto: os substantivos nomeiam apenas parte das coisas, pois não é possível apreender em uma palavra a totalidade da realidade; portanto, a palavra encerraria em si apenas uma parte dessa realidade. Desse modo, quanto mais o objeto está revestido de realidade, menos precisa seria a sua denominação.

(...) se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a se tornar um signo (Bréal, 1992 [1897], p. 123).

A denominação, contudo, segundo Bréal, requer que o nome, mesmo que inexato e incompleto, seja aceito pela comunidade. A partir do momento em que esse nome é aceito e passa a denominar um objeto, a sua inexatidão e a sua “incompletude” são substituídas pela sensação de que a significação desse nome é precisa e esta significação passa a ser aceita “graças a um consentimento tácito de que não temos consciência” (*Ibid.*, p. 124).

Apesar de Bréal (1992 [1897]) admitir, como outros estudiosos da linguagem, a existência de uma relação de denominação e, conseqüentemente, de referência, ele não acredita que a linguagem seja necessariamente exata, como acreditam os estudiosos da Antiguidade. Para Bréal, é ilusório crer numa relação precisa e exata de nomeação, pela qual se possa conhecer a totalidade do objeto denominado. Conforme o que afirma este autor, é um erro admitir que se possa consultar a linguagem sobre a natureza das coisas, pois a língua não é capaz de reter a totalidade dos objetos da natureza. Bréal nos informa, em seu *Ensaio de Semântica* (1992 [1897]), que o próprio Condillac, articulador do sensualismo¹²⁵, foi enganado por essa crença na exatidão da linguagem.

Dessa forma, o professor de Saussure não admite que a palavra possa denominar com precisão os objetos e, portanto, a relação de referência, apesar de existir, também não seria precisa. A precisão da referência se restringiria à ilusão de que a significação seria completa e exata, e que as palavras nomeariam os objetos de modo

¹²⁵ Discutimos a posição de Condillac a respeito da linguagem no primeiro capítulo desta dissertação.


incontestável. Bréal (1992 [1897]), contudo, acredita que as palavras denominem de modo inexato e impreciso e que, quanto mais elas se distanciem de sua origem etimológica, mais se coloquem a serviço do pensamento, que as restringe ou estende, generaliza ou especifica.



Mais do que isso, Bréal crê que a palavra, circunstanciada por sua “incompletude”, “acompanha o objeto ao qual serve de etiqueta através dos acontecimentos da história” (*Ibid.*, p. 125). Vemos, então, que Bréal, assim como os estudiosos da linguagem anteriores a Saussure, assume que a palavra funciona como etiqueta para o objeto que acompanha. Essa relação de denominação, diz Bréal, se desenvolve no tempo, pois as palavras acompanham os objetos aos quais se referem por indeterminadas décadas.

O sentido, nessa relação de nomeação – a qual é restringida pela desproporção entre palavra e coisa –, se estabeleceria enquanto fruto dessa relação entre palavra e objeto e enquanto resultado do uso da linguagem ao longo do tempo. Aliás, para Bréal, a questão do tempo histórico é fundamental: para este autor, o tempo é agente de vários fenômenos de linguagem e, conseqüentemente, “deve-se ver quanto é necessário que o nosso conhecimento de uma língua seja apoiado na história” (*Ibid.*, p. 83).

Saussure não adota a visão tradicional de sentido, a qual determina que o sentido seja fruto e elemento da palavra que designa os objetos, e que seja “moldado” pelo tempo histórico. O mestre genebrino, contrariamente à tradição, se proporia a entender o sentido enquanto resultado das relações lingüísticas em cada uma das línguas, num dado estado de língua, pois para o estabelecimento do sentido seria requerida a relação entre significado e significante no funcionamento lingüístico sincrônico.

Sob a ótica saussuriana, seria pelo funcionamento do sistema lingüístico, especialmente pela presença das relações de valor *in absentia* e *in praesentia*, que o sentido, de um modo geral e não restrito à determinada palavra, se estabeleceria. Observe o comentário do próprio Saussure sobre este ponto:

Item. O  não deve apenas remeter à diferença que há entre se ocupar de uma palavra em seu sentido ou fora de seu sentido, mas também à impossibilidade de circunscrever e fixar esse sentido sem que se diga: é o sentido correspondente, por exemplo, a véoç ou, por exemplo, a [] Nenhumadescri ção do sentido ou da sinonímia fica à altura do sentido exato e

completo: não há outra definição a não ser o sentido 
que representa o valor conhecido da forma  .
(Saussure, 2004, p. 93) ¹²⁶.




Desse modo, temos que o sentido está intrinsecamente ligado à constituição do signo lingüístico – pois, no signo temos um lado que se refere ao conceito (significado) – e ao fato deste signo ser passível a todas as relações de valor existentes no sistema lingüístico. O que Saussure procura elucidar, pela nota supramencionada, é que o sentido depende necessariamente das relações lingüísticas (no âmbito do signo e, conseqüentemente, no âmbito do sistema) e que, apesar de necessitar que seja fixado em alguma palavra, não há nenhuma outra maneira de analisar a sua existência sem que seja pela existência do conceito ligado à imagem acústica.

Segundo Bouquet (2000), a questão do sentido, na teorização saussuriana, está intimamente ligada à existência da face conceitual do signo. Esta relação entre sentido e conceito (significado) seria tão íntima que a face fonológica do signo seria dispensada para as análises semânticas:

(...) semântica tem vocação, no plano sincrônico, a tratar *tudo* o que entra na composição do sentido: é a ciência de um objeto unificado definido pela simples subtração do objeto fonológico (...); em outros termos, é o estudo completo, quanto ao sentido, da *forma* que é a língua, oposta tanto à substância psicológica não lingüística quanto à substância dos objetos do mundo (...)
(Bouquet, 2000, p. 223-224).

Encontramos, então, uma caracterização de sentido, a partir da perspectiva saussuriana, muito mais ampla daquela proposta pelos nominalistas tradicionais: diferentemente da preocupação em reduzir o sentido a “etiquetas” impostas aos objetos do

¹²⁶ Bouquet (2000) retira esta mesma citação saussuriana da edição crítica de Engler sobre o *CLG*. Tendo em vista que há algumas diferenças de tradução para com a edição brasileira dos manuscritos saussurianos – *Escritos de Lingüística Geral* de Saussure (2004) –, achamos por bem re-apresentar a citação a partir do trabalho de Bouquet (2000, p. 291):

“O  não deve apenas lembrar a diferença que há entre se ocupar de uma palavra em seu sentido ou fora de seu sentido, mas também a impossibilidade de circunscrever esse sentido a não ser dizendo: é o sentido correspondente por exemplo a véos . Nenhuma descrição do sentido e da sinonímia fica à altura do sentido exato e completo: não há outra definição de “sentido  que representa o valor conhecido de tal f orma “ 

mundo, o sentido sincrônico saussuriano engloba todas as relações lingüísticas que estão em funcionamento na língua. Em outras palavras, a semântica saussuriana procura considerar todas as relações concernentes ao “sentido” ou àquilo que é “relativo ao significado” no âmbito lingüístico; é importante ressaltar que essas relações existem e ocorrem apenas no funcionamento do sistema lingüístico.

Como as unidades da língua são concretas, pois a junção de significado e significante resulta numa unidade de natureza concreta, o sentido, enquanto manifestação concernente às relações e às unidades lingüísticas, seria da ordem do concreto lingüístico, afinal não há nada na língua que não seja concreto.

Os signos de que a língua se compõe não são abstrações, mas objetos reais; é deles e de suas relações que a lingüística se ocupa; podem ser chamados *entidades concretas* desta ciência (Saussure, 2001 [1916], p. 119)¹²⁷.

Contudo, Saussure problematiza este posicionamento, segundo o qual só haveria unidades concretas, ao dizer que na língua há unidades abstratas, as quais são relativas à consciência do sujeito falante; observe:

[2°] Il y a un sens où l'on pourrait dire au contraire que rien ne peut être abstrait dans la langue; on pourrait justifier cette terminologie en disant: dans la langue est concret tout ce qui est présent à la conscience des sujets parlants, en considérant comme abstraite telle ou telle distinction n'appartenant qu'aux grammairiens, mais non ratifiée par la conscience des sujets parlants. Ce n'est pas dans ce sens que nous avons pris concret et abstrait.

*[3°] Nous avons réservé le terme de **concret**: le cas où l'idée a directement son appui dans une unité sonore. 'Abstrait' ayant indirectement son appui par une opération des sujets parlants (Engler, 1989, p. 315, nota 2195, coluna 5)¹²⁸.*

¹²⁷ Em uma nota dos Escritos, Saussure afirma: “abstrato = não lingüístico. (...) para a consciência do sujeito falante, tudo é concreto” (Saussure, 2004, p. 282; adaptado).

¹²⁸ Anotação de Émile Constantin durante o terceiro curso de lingüística geral, o qual foi ministrado por Saussure entre 1910-1911.

[2°] Há um sentido onde se poderia dizer pelo contrário que nada pode ser abstrato na língua; poder-se-ia justificar essa terminologia ao dizer: na língua é concreto tudo que isso que é presente na consciência dos

Para as nossas investigações, entretanto, é suficiente considerar que tanto as unidades abstratas¹²⁹ quanto às concretas estão submetidas ao funcionamento do sistema lingüístico e condicionadas a este funcionamento. O sentido, enquanto fenômeno global semântico, profundamente ligado à sintaxe, estaria contido no funcionamento desse sistema, já que depende essencialmente das relações de valor entre os signos para se constituir. Dessa forma, enquanto fruto das operações sincrônicas da língua, o sentido seria um elemento concreto, assim como são as unidades do sistema de língua. Como diz Saussure, através de uma anotação de François Bouchardy – aluno do mestre durante o segundo curso de lingüística geral (1908-1909) –, apesar de ser difícil para o falante aprendê-las, a língua é formada, em seu todo, por unidades concretas.

*Donc envisagée par l'intérieur, dans son objet même, la langue nous frappe comme ne présentant pas prime abord des unités concrètes. Nous ne pouvons pourtant nous refuser à croire que ces unités existent. Nous sentons qu'elles constituent tout le système*¹³⁰ (Engler, 1989, p. 242, nota 1753, coluna 4; negrito nosso).

Enquanto fruto das relações lingüísticas de valor e pertencente ao funcionamento do sistema lingüístico, o sentido caracterizar-se-ia como uma unidade concreta, pois, como diz o próprio mestre genebrino, tudo que constitui o sistema é concreto. Assim, o genebrino poderia pensar uma gramática que incluía a questão do

sujeitos falantes, ao considerar como abstrata tal ou tal distinção que não pertence senão aos gramáticos, mas não ratificada pela consciência dos sujeitos falantes. Não é neste sentido que nós vamos tomar concreto e abstrato.

[3º] Nós reservaremos o termo concreto: o caso em que a idéia tem diretamente o seu apoio numa unidade sonora. ‘Abstrato’ tendo diretamente seu apoio por uma operação dos sujeitos falantes” (trad. nossa).

¹²⁹ Segundo Bouquet (2000, p. 248), as unidades abstratas diriam respeito ao funcionamento da sintaxe. Por exemplo, seria o caso das unidades que representariam os “vazios sintáticos” ou as “marcas zero”. Essas unidades estariam envolvidas também na semântica porque a semântica seria um tipo de sintagmática, à medida que seria uma “teoria das marcas concretas (mesmo que sejam marcas zero), fonológicas ou posicionais”. Desse modo, as unidades sintáticas abstratas devem ser entendidas como agenciamento das marcas semânticas concretas.

¹³⁰ “Por conseguinte, encarada pelo interior, em seu próprio objeto, a língua golpeia-nos como não apresentando unidades concretas apreensíveis à primeira vista. Nós não podemos, no entanto, nos recusar a acreditar que essas unidades existem. Nós sentimos que elas constituem todo o sistema” (trad. nossa).

estabelecimento do sentido, porque ele seria fruto das relações sistêmicas, assim como também o são as relações morfológicas e sintáticas. Afinal, Saussure pensa a gramática como muito mais do que um método de definição de posições gramaticais, mas como um mecanismo de descrição do funcionamento lingüístico (cf. Bouquet, 2000)¹³¹:

Tout ce qui est synchronique [d'une langue; acréscimo de Riedlinger] se résume très bien sous le terme de grammaire. On voit des livres: 'La grammaire du Jeu d'Échecs'; ou: 'La Grammaire de la Bourse'. Très juste, parce que s'applique à un système [variação na anotação de Riedlinger: s'applique à un système qui met en jeu des valeurs]. Ensemble systématique. (Engler, 1989, p. 303, nota 2127, coluna 3)¹³².

Grammatical = significatif (ressortissant à un système de signes) = synchronique ('ipso facto') (Ibid., p. 304, nota 2128, coluna 5)¹³³

Desse modo, o termo “gramática”, referente à análise ampla do mecanismo lingüístico¹³⁴, também pode ser aplicado pelo genebrino ao ser referir ao aspecto semântico da linguagem, já que este aspecto está devidamente incluso nas relações sincrônicas da língua. Aliás, segundo Bouquet, este termo é “utilizado pelo lingüista genebrino, aplicando-se à face semântica da linguagem, para designar **tudo** o que constitui o sentido lingüístico” (Bouquet, 2000, p. 224; grifo do autor).

A gramática saussuriana, então, englobaria o fenômeno geral do sentido sincrônico em suas análises sem grandes dificuldades, pois esta gramática possui um caráter generalizante de análise dos mecanismos lingüísticos. Justamente por se preocupar mais com os mecanismos lingüísticos (morfológicos, sintáticos, fonológicos, semânticos), e

¹³¹ Segundo Bouquet (2000, p. 224), “(...) a polissemia da palavra gramática lhe permite [Saussure] designar o mecanismo ou a descrição do mecanismo”.

¹³² Anotação feita por Léopold Gautier durante o segundo curso proferido por Saussure (1907-1908). Os acréscimos e variações se referem às anotações, tomadas também durante este curso, de Albert Riedlinger sobre este mesmo tópico (aplicação do termo *gramática*).

¹³³ Nota redigida por Constantin durante o segundo curso de lingüística geral de Saussure (1907-1908). “Tudo que é sincrônico [de uma língua, acréscimo de Riedlinger] se resume muito bem no termo gramática. Vê-se nos livros: *A gramática do xadrez*, ou *A gramática da Bolsa*. Muito justo, porque se aplica a um sistema [variação na anotação de Riedlinger: aplica-se a um sistema que coloca em jogo valores]. Conjunto sistemático.

Grammatical = significativo (referente a um sistema de signos) = sincrônico (*ipso facto*)” (trad. nossa)

¹³⁴ Portanto, incluindo a morfologia, a sintaxe, a fonologia e também a semântica.

não com as posições gramaticais tradicionais, a gramática saussuriana poderia ser entendida enquanto teoria das partes do discurso. Observe o que diz o próprio mestre genebrino, ao tratar da lingüística estática:

Não existe assunto mais árduo do que esse: seria preciso retomar, para refutá-lo, tudo o que Paul e os modernos escreveram. Seria preciso apresentar uma teoria das partes do discurso. Isso seria uma gramática geral (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, 2000, p. 225)¹³⁵.

Ela [a lingüística estática] tomará o que há de comum entre todos os estados de língua observáveis. É a essa generalização que pertence o que denominamos a *gramática geral* que compreenderá principalmente os pontos de vista em que a lingüística está mais ligada à lógica. Categorias como substantivo, verbo, eis o que pode ser reclamado finalmente pela lingüística estática, pois é apenas a meios de estados de língua que se estabelecem relações e diferenças tais como se encontra em [uma] gramática geral (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, p. 225)¹³⁶.

Cabe, neste ponto, antes de continuar a dissertar sobre a gramática geral, fazer um breve esclarecimento sobre a visão saussuriana de *discurso*. A língua, pelo seu funcionamento, coloca termos em relação nos âmbitos *in absentia* (relações associativas entre os elementos e as de valor entre os signos no sistema) e *in praesentia* (relações de valor entre os elementos que compõem os sintagmas), e estas duas relações de valor se conjugam para o funcionamento da língua e para que ela se manifeste pelos sintagmas. Para o genebrino, o discurso diz respeito a afirmar as ligações estabelecidas entre os termos no contexto sintagmático. Nas palavras de Saussure, numa nota sobre o discurso:

¹³⁵ Esta afirmação de Saussure foi reproduzida por Godel, *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, Droz, 1957, p. 29. Limitamo-nos a retirá-la do trabalho de Bouquet (2000), porque não tivemos acesso ao livro de Godel.

¹³⁶ Só tivemos acesso a essa afirmação de Saussure por meio do trabalho de Bouquet, pois este último autor cita esta afirmação saussuriana e não apresenta a fonte da qual ela foi retirada, impossibilitando que consultássemos o original. Contudo, como acreditamos que o conteúdo desta citação é fundamental para a compreensão do que seja a *gramática geral*, optamos por extraí-la do trabalho de Bouquet (2000, p. 225).

A língua é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua entra *em ação no discurso*?

Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos em uma forma lingüística), como *bauf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir*. Em que momento ou em virtude de que operação, de que *jogo* que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão o DISCURSO?

A seqüência dessas palavras, por mais rica que seja, pelas idéias que evoca, indicará apenas, para um indivíduo humano, que um outro indivíduo, ao pronunciá-las, quer lhe comunicar alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a idéia de que se quer comunicar alguma coisa usando termos que estão disponíveis na língua? É uma questão igual à de saber o que é *o discurso*, sendo que, à primeira vista, a resposta é simples: o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por via que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento (Saussure, 2004, p. 230; destaques do autor).

Retomando a discussão sobre, se assim podemos denominar como o faz Bouquet (2000), “à gramática geral saussuriana”, constatamos que muito mais do que apenas englobar as análises de estabelecimento do sentido, esta gramática, a qual seria manifesta pelo discurso, diria respeito a todas as relações que se estabelecem entre os elementos da língua. Mas no que tange especialmente ao “sentido”, a “gramática geral saussuriana” veria este fenômeno como resultado do valor lingüístico, pois, para produzir o sentido, os elementos do sistema de língua precisam estar revestidos de valor, o qual é dado pelas relações sistêmicas.

A significação (significado) referir-se-ia então ao valor que obtém uma forma dentro do sistema lingüístico: o que estabelece uma dada significação para uma determinada palavra é o valor de que ela se reveste na língua. É porque a forma ganha valor no funcionamento do sistema é que não cabe falar em sentido pré-estabelecido: uma palavra não possui sentido prévio, mas o ganha através da língua em funcionamento. É por este motivo que Saussure (2004) nos informa que:

Item. Comete-se o erro de acreditar [que há]

1. uma palavra, como por exemplo, *ver*, que existe em si, 2. uma significação, que é a coisa *associada* a essa palavra.

2. Ora [], quer dizer que é a própria associação que faz a palavra e que fora dela, não há mais nada.

A melhor prova é que *vwar*, em uma outra língua, teria outro sentido: não é, por conseguinte, nada em si: e, por conseguinte, só é uma *palavra* na medida em que evoca um sentido. *Mas visto isto, fica, portanto, bem claro que vocês não tem mais o direito de dividir*, e de supor, de um lado, a *palavra* e, de outro, a sua *significação*. É tudo a mesma coisa.

Você pode apenas constatar o *kénôme* \cap e o sema associativo \supset . (Saussure, 2004, p. 85; destaques do autor).

Então, para Saussure, a significação não seria, como tradicionalmente posta, uma questão de se associar um sentido a uma seqüência sonora, mas de revestir um signo, pelo funcionamento da língua, de um determinado valor. É exatamente pelo valor ganho pelas relações negativas sistêmicas que a palavra poderia evocar seu sentido: é o próprio valor que permitiria à palavra adquirir sentido. Aliás, esse sentido seria, como já visto nessa sessão, fruto da conjugação do valor *in absentia* e do *in praesentia*, na medida em que é pela união de ambos que o valor semântico se estabelece.

O papel da gramática, de um modo geral, seria justamente identificar/analisar, através das manifestações discursivas, das categorias lingüísticas e da sintaxe, as relações de sentido entre os elementos lingüísticos. Nesse sentido, para a discussão que apresentamos nesta dissertação, cabe frisar que “à gramática saussuriana” teria o papel de método de abordagem de todos os tipos/níveis de relações lingüísticas, método este baseado nas relações de valor. Este posicionamento nos leva a refletir sobre o deslocamento saussuriano da questão da representação: considerar o sentido enquanto fruto das relações de valor, as quais podem ser detectadas através de uma “gramática geral”, significaria descartar a presença do terceiro termo tanto na constituição do próprio sentido quanto nas relações gramaticais.

Contudo, cabe perguntar: será que colocar o sentido enquanto fruto das relações de valor é suficiente para desconsiderar efetivamente a possível presença do terceiro termo? As articulações de Saussure, de um modo geral, parecem desconsiderar a conjuntura do

mundo exterior, pois, para o mestre, a questão seria perscrutar as relações lingüísticas de valor que produzem o sentido. Mas, se este “mundo exterior” entrar nas relações lingüísticas através do uso que se faz dos elementos lingüísticos no discurso, não seria possível englobar aquilo que é externo a uma semântica do sentido que dá conta do que é interno à linguagem? Na próxima seção, faremos algumas considerações sobre a questão do sentido e sobre, como diz Bouquet (2000), a “gramática geral do sentido” elaborada por Saussure. Julgamos que essas considerações nos trarão mais alguns direcionamentos para estas questões postas ao longo de toda a nossa dissertação.

2. Quais luzes a questão da referência joga sobre o projeto saussuriano?

Durante este trabalho, procuramos mostrar que o pensamento saussuriano não pode ser analisado levianamente e que, para compreendê-lo, é pertinente levar em consideração vários fatores, tais como: o contexto histórico em que se insere trabalho de Saussure; os deslocamentos, feitos pelo genebrino, de conceitos já presentes na tradição de estudos lingüísticos; como se imbricam os conceitos-chave que comparecem nas reflexões de Saussure; qual o papel que as opções teóricas exercem nas articulações do mestre; dentre outros fatores.

Para Bouquet (2000), além de atentar para a presença desses fatores enquanto pontos decisivos para a compreensão das articulações saussurianas, seria preciso considerar que, no projeto do genebrino, estão presentes tanto uma epistemologia programática para a ciência, quanto uma metafísica que sustenta esta ciência nascente¹³⁷. A epistemologia saussuriana para a ciência da linguagem seria programática à medida que não apenas

¹³⁷ Nas palavras de Bouquet (2000), a epistemologia remete a um saber positivo e a metafísica a um saber não-positivo. Segundo ele, é possível “dividir as proposições da totalidade dos saberes em dois conjuntos complementares de proposições que correspondem a dois tipos de saber: de um lado, o conjunto de proposições que satisfazem à característica epistemológica, que forma o **saber positivo**, de outro lado, o conjunto de proposições que não satisfazem à característica epistemológica, que forma o **saber não-positivo**” (Bouquet, 2000, p. 28; destaques do autor).

procuraria dar as condições de existência e os métodos de análise, mas também visaria postular princípios para a ciência da linguagem. Contudo, é a metafísica, a qual envolve os conceitos-chave da teorização saussuriana e os axiomas que articulam esses conceitos, que permitiria aos princípios epistemológicos propostos pelo genebrino funcionarem adequadamente. Desse modo, haveria uma profunda interligação entre o saber positivo e o não-positivo no projeto de Saussure.

É essa interligação de ambos os saberes, para (Bouquet, 2000), que garantiria o estabelecimento dos princípios fundamentais da “gramática do sentido”, a qual seria balizada nas teorias do valor e do arbitrário. A teoria do arbitrário entraria na gramática do sentido, pois ela fornece as bases para o funcionamento da teoria do valor: é porque o signo é arbitrário que ele pode adquirir valor. Em suma, a arbitrariedade do signo sustenta a idéia de que o signo adquire valor – tanto em âmbito sistêmico, quanto em sintagmático – e, por isso, seria fundamental para a construção da gramática do sentido.

Já a teoria do valor, com todos os seus pressupostos e com as suas aplicações, sustentada pela teoria do arbitrário, constrói um objeto lingüístico, ou seja, um objeto que exclui toda e qualquer ordem e/ou materialidade que não seja do âmbito da língua. A teoria do valor seria fundamental, então, para a composição da “gramática do sentido” (Bouquet, 2000) porque esta gramática estaria baseada justamente nas noções trazidas pela teoria do valor, especialmente a de valor incorpóreo. Conforme afirma Bouquet (2000), a teoria do valor ajudaria na composição da gramática do sentido através essencialmente de quatro teses relativas à semântica¹³⁸.

A primeira tese é a *do caráter discreto dos objetos semânticos*, que diz respeito ao fato de que sentido é correlato de objetos fonológicos, morfológicos e sintáticos, todos objetos discretos; desse modo, o objeto semântico também seria um objeto discreto. A segunda tese é a *da homogeneidade dos diversos paradigmas semânticos* e ela se refere ao fato de que os elementos discretos que compõem o sentido são essencialmente homogêneos; desse modo, o sentido seria um fenômeno transversal que se aplicaria igualmente a todos os níveis de análise dos signos.

¹³⁸ As teses serão expostas, nesta dissertação, tomando como base os desenvolvimentos de Bouquet (2000, p. 281-283), já que este autor formulou estas teses para analisar o que ele chama de a gramática do sentido de Saussure.

A terceira tese, por sua vez, é a da *necessária inscrição do fato do sentido numa sintagmação*. Segundo esta terceira tese, o sentido só se formaria a partir da junção do valor *in absentia* e do valor *in praesentia*; ou seja, é condição *sine quae non* para a formação do sentido que haja a integração entre o valor ligado ao sistema lingüístico e o valor ligado ao sintagma. Caso não haja essa integração, o sentido lingüístico – entendido enquanto *valor semântico* – não poderia se constituir e ser aplicado a qualquer realidade que seja, haja vista que, descolado do sistema e/ou fora da sintagmação, o sentido nem ao menos se formaria. Afinal, o sentido só se constituiria enquanto fruto das relações lingüísticas e só se manifestaria pelo que Saussure chama de *discursivo*¹³⁹.

A memória, com efeito, fornece apenas um número *absolutamente restrito* de frases totalmente acabadas. E não poderia ser diferente, sendo dada a quantidade ilimitada de combinações possíveis com muito poucos termos. Ao contrário, a memória fornece *palavras totalmente acabadas* aos milhares. Portanto, a palavra não tem, como *primeiro* modo de existência, que ser um elemento de frase, pode-se considerar que ela existe “antes” da frase, ou seja, independentemente dela, o que não é o caso dos elementos da palavra com relação à unidade da palavra. De resto, *mesmo no discursivo*, há cem casos que levam a pronunciar uma *palavra*, não uma frase (todos os vocativos, entre outros) (Saussure, 2004, p. 105; destaques do autor).

Por fim, a quarta tese, baseada na teoria do valor e relativa à semântica, é a da *inexistência de universais de sentido*. Afirmar que não haveria universais de sentido diz respeito diretamente ao fato de que a língua poderia ser comparada a uma formulação matemática, ou seja, que o funcionamento lingüístico poderia expresso assim como são as

¹³⁹ Trabalhamos a noção de discurso, de acordo com a perspectiva de Saussure, ao longo do primeiro item deste terceiro capítulo, mas cabe retomar, de forma breve, o esclarecimento sobre a visão saussuriana de *discurso*. Segundo o genebrino, a língua, pelo seu funcionamento, coloca termos em relação nos âmbitos *in absentia* (relações associativas entre os elementos e as de valor entre os signos no sistema) e *in praesentia* (relações de valor entre os elementos que compõem os sintagmas), e estas duas relações de valor se conjugam para o funcionamento da manifestação lingüística pelos sintagmas. Para Saussure, o discurso diz respeito justamente a afirmar as ligações estabelecidas entre os termos no contexto sintagmático. Nas palavras do mestre, em uma nota sobre o discurso: “(...) o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por via que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento” (Saussure, 2004, p. 230). Quando Saussure utiliza o termo “discursivo”, ele se refere às relações que constituem o discurso e à manifestação efetiva do discurso pelos sintagmas.

formulas matemáticas; haveria, então, relações/operações entre os signos enquanto quantidades de linguagem submetidas a essas operações. Devido a estas operações entre os signos, a noção de sentido prévio ou de universal de sentido não poderia existir e/ou não se justificaria, já que o sentido seria fruto das operações lingüísticas e não existiria previamente. A face semântica da língua, então,

(...) *não teria nenhuma propriedade geral senão a de ser uma álgebra*. Isso implica que as unidades lingüísticas sejam *nulas em si* e que cada uma seja *valorizada em nome do conjunto do sistema de uma língua dada*. A ‘hulidade interna’, assim concebida, pode ser ainda denominada *vacuidade*, como confirma a introdução do segundo curso, ao afirmar que: ‘a lingüística tem o princípio da vacuidade do sentido em si’¹⁴⁰ (Bouquet, 2000, p. 287; destaques do autor).

Para a nossa discussão, interessa especialmente uma das teses propostas por Bouquet (2000) sobre a “gramática do sentido”: a da **inexistência de universais de sentido**. Como já vem sendo reforçado durante todo este trabalho, a questão da referência poderia estar presente no trabalho saussuriano pela sua negação, ou seja, a referência compareceria para ser descartada, pois Saussure afasta a possibilidade da existência de um sentido pré-construído e/ou inerente aos objetos materiais e nega que este sentido compareça nas relações semiológicas.

Dessa forma, afirmar que não há universais de sentido, considerando que esta afirmação se baseia no funcionamento dos pressupostos da teoria do valor, é absolutamente coerente: se os signos adquirem valor pelas relações sistêmicas diferenciais e negativas, não há motivo para pensar a existência de universais de sentido – como afirmamos no capítulo anterior, para Saussure, língua não é nomenclatura. Em outras palavras, na teorização

¹⁴⁰ Esta citação foi retirada da edição crítica do *Curso*, feita por Engler. Ela se refere a uma anotação de Bouchardy, aluno de Saussure durante o segundo curso. Segundo Bouquet (2000), em nota de rodapé, a respeito do mesmo ponto, Riedlinger e Gautier anotam que ‘os signos da língua são totalmente arbitrários’; contudo seria pouco provável que a expressão *vacuidade do sentido* tenha sido inventada por Bouchardy. Para conhecimento do leitor, reproduzimos a citação original, retirada de Engler (1989, p.154, nota 1131, coluna 4): ‘(...) *La linguistique a le principe de vacuité de sens en soi, tandis que le signe de politesse a peut-être une signification en lui-même*’.

“A lingüística tem o princípio de vacuidade do sentido em si, tanto que o sinal de cortesia tem, talvez, uma significação nele mesmo” (trad. nossa).

saussuriana, o sentido teria essencialmente o seu fundamento nas relações de valor entre os signos e no fenômeno da sintagmação ¹⁴¹.

Contudo, para melhor entender o que significa dizer que o sentido se baliza no valor e no arbitrário, é preciso considerar que, como vimos anteriormente, a semântica saussuriana teria um caráter algébrico; ou seja, a semântica do genebrino tomaria o valor semântico enquanto fruto de uma “*mathesis lingüística*” (cf. Bouquet, 2000). Dito de outro modo, o fenômeno da opositividade entre os termos do sistema lingüístico poderia acontecer porque, antes deste fenômeno ser aplicado aos signos, há operações matemáticas de união de valores (significado + significante = signo) que formam os signos lingüísticos. Os significados, então, enquanto frutos de oposição de valores negativos, possuiriam nas operações matemáticas entre os elementos do sistema “valores algébricos” (cf. Bouquet, 2000). Segundo o próprio Saussure,

Nós navegamos em pleno *a priori* na ciência que abomina [] ¹⁴², ou seja, a diversidade sucessiva das combinações (ditas estados de língua) que são provocadas por acidentes eminentemente comparáveis à diversidade de situações de uma partida de xadrez. Ora, **cada uma dessas situações ou nada importa, ou comporta uma descrição e uma apreciação matemática**, mas não comporta dissertações vacilantes que partem do exterior alegando que foi uma força exterior (o jogador) ou um acontecimento histórico (o lance precedente) que mudou a posição das peças, e que, precedentemente, a situação do rei ou o estado da palavra *x* não seria absolutamente a mesma que é (Saussure, 2004, p. 177-178; grifo nosso).

Saussure, em uma nota chamada *Unde exoriar?* (“Donde proceder?”), mais uma vez compara as relações lingüísticas a operações matemáticas, à medida que compara o sistema de língua a uma esfera algébrica. Observe:

A unidade! Não se deve sonhar com isso, já que jamais haverá uma palavra que realize sua unidade ou sua “existência” senão

¹⁴¹ O sintagma deve ser considerado como uma das unidades da sintaxe. A sintaxe, por sua vez, deve ser entendida num sentido mais geral como “uma teoria do que é a competência do caráter linear, ou seja, *espacial*, da produção lingüística” (Bouquet, 2000, p. 269).

¹⁴² [] = lacuna no manuscrito original.

pela combinação de fatos bucais com uma operação mental de uma ordem inteiramente diferente. É agora que se começa a entrever que a e b são mais difíceis de captar do que o fenômeno $a - b$.

Seria possível acreditar que, desde que [] se pudesse fazer, de uma vez por todas, **a operação algébrica de considerar as palavras como unidades que existem numa esfera algébrica** (estando bem entendido que se reconheceu que cada palavra [] mas que, sendo essa situação igual para todas, pode-se fazer a abstração dessa operação fonatória mental e []). (Saussure, 2004, p. 241-242; destaque nosso).

Considerando que o funcionamento do sistema de língua, composto por suas unidades, poderia ser analisado sob o ponto de vista da razão matemática e de suas operações, segundo Bouquet (2000), obtemos uma formulação bastante precisa sobre o plano do sentido, a saber,

[...] a língua, em sua face semântica, não tem nenhuma propriedade geral senão a de ser uma álgebra. Isso implica que as unidades lingüísticas sejam nulas em si e que cada uma seja valorizada em nome do conjunto do sistema de uma língua dada. A “hulidade interna”, assim concebida, pode ser ainda denominada vacuidade [...] (Bouquet, 2000, p. 287; destaques do autor).

Apesar de, na visão de Bouquet (2000), o sentido ter uma projeção metafísica, dentro do programa epistemológico saussuriano, este conceito possuiria uma forte ligação com a concepção de ciência adotada pelo genebrino, já que este conceito seria construído sob as bases de uma ciência galileana¹⁴³: por adquirir um caráter de “operação matemática”, é possível que o sentido seja analisado algebricamente. Porque o sentido teria sua *epistemê* nos parâmetros galileanos, a própria gramática do sentido também se configuraria a partir do algébrico, podendo ser submetida, então, à “literalização”, à “formalização” e à

¹⁴³ Segundo Bouquet (2000, p. 91), a ciência galileana se baseia na matematização do empírico (pela literalização e pela formalização) e na refutabilidade. Milner também tematizou o galileanismo do projeto saussuriano ao afirmar, em seu livro *Introdução à ciência da linguagem* (1989), que Saussure utilizou os princípios do galileanismo, aprendidos na École de Hautes Études, em seu trabalho. Para aprofundar a questão, consulte Bouquet (2000).

“refutabilidade”, conforme nos informa Bouquet (2000). Aliás, é a literalização aplicada à semântica que permitiria caracterizar o signo enquanto concreto:

Corroborando, de maneira crucial, o critério de literalização, aplicado à semântica, um axioma é colocado por Saussure: *se o sentido é um fato concreto, a única marca palpável do sentido é o próprio signo lingüístico*. A esse axioma pode ser associado um outro: *a única marca palpável da face semântica do signo é a face fonológica*. A sutileza do fenômeno estenografado por essas duas proposições – fenômeno que aponta a teoria do arbitrário – se deve ao fato de o sentido (ou significado), em sua gênese assim como em sua sincronia, ser definido como simultaneamente *representado* pelo significante e *instaurado* por sua representação no significante. (É justamente na medida em que a teoria saussuriana tematiza um significante que *representa e cria ao mesmo tempo* seu significado, que ela rompe o paradigma clássico da *representação*). Com efeito, se o significado pode ser considerado como o *valor* do significante, assim como o significante pode ser considerado como *valor* do significado, é o significante que se revela como a *representação* do significado, e não o contrário. Aqui, a razão é a seguinte: contrariamente ao objeto fonológico, que é a forma psíquica (lingüística) de uma substância física (não lingüística), o objeto semântico permanece – seja qual for a representação (gráfica ou fônica) pela qual o apreendemos – exclusivamente psíquico: é a forma psíquica (lingüística) de uma substância psíquica (não lingüística) (Bouquet, 2000, p. 289).

Pelas palavras de Bouquet (2000), podemos perceber que a questão do sentido, na perspectiva saussuriana, se referiria ao afastamento de uma teoria da referência, pois o sentido se estabeleceria na aquisição de valor pelas unidades lingüísticas em tempo; ou seja, dispensar-se-ia, para o funcionamento da língua, o sentido pré-estabelecido ou adquirido através de qualquer outra ordem que não a lingüística. Para Bouquet (2000, p. 289), “a teoria saussuriana tematiza um significante que **representa e cria ao mesmo tempo** seu significado, rompendo então com o paradigma clássico da representação”. Desse modo, há na relação sígnica apenas dois termos, a saber, *significante* e *significado*; sendo que o primeiro cria e representa o segundo. Como o significado é efeito do significante, pois é criado e representado por este, não poderíamos falar no comparecimento de qualquer elemento

estranho às relações lingüísticas, fato este que valeria também o estabelecimento do sentido.

Assim, a questão da referência seria teoricamente afastada por uma “gramática do sentido” que buscaria as bases de seu funcionamento nas relações de valor entre os signos e na própria sistemática da língua. Como diz Saussure, “o valor de uma forma está todo no texto de onde a extraímos, ou seja, no conjunto de circunstâncias morfológicas, fonéticas, ortográficas, que a cercam e a esclarecem” (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, 2000, p. 298) ¹⁴⁴.

Interessante observar, na citação acima, que Saussure utiliza a palavra “texto” ao trabalhar o valor sintagmático. A partir do contexto em que está inserido, supomos que Saussure utilizaria o termo “texto” com o mesmo sentido que usa o termo “discurso”: enquanto meio da manifestação lingüística em sua totalidade. Em outras palavras, “texto” assumiria, nessa conjuntura, o mesmo estatuto de “discurso” por conjugar todos os níveis lingüísticos. Dessa forma, o “texto” também seria expressão da “gramática do sentido” e, conseqüentemente, não comportaria em si nada que não seja proveniente do lingüístico, ou seja, não diria respeito à questão da referência.

Contudo, não podemos esquecer que mesmo com todo o arcabouço teórico desenvolvido para a epistemologia programática da lingüística, a questão da referência trouxe, mesmo ao se tentar afastá-la, indagações para o projeto do Saussure; tal como na problemática dos nomes geográficos, anteriormente posta nesta dissertação. Tais indagações permitiram que, apesar da questão do sentido estar, tanto epistemologicamente quanto metafisicamente, aparentemente bem abordada nas articulações do genebrino, haja a possibilidade do comparecimento da referência e/ou haja dificuldade em afastá-la dos postulados teóricos do genebrino.

¹⁴⁴Bouquet (2000) retira esta citação do trabalho de Leskien (1894) – “Sur le monitatif pluriel et le génitif singulier de la déclinaison consonantique en lituanien”, *Indogermanische Forschungen*, 4 – e afirma que essas palavras foram proferidas por Saussure – “será que permanecemos, neste terreno último da associatividade lingüística, numa estrita óptica saussuriana? Mais do que nunca. Pois, de um ponto de vista explicitamente teórico, o lingüista afirma: (...)” (Bouquet, 2000, p. 298); segue então os dizeres que citamos. Como não tivemos acesso ao trabalho de Leskien (1894) não podemos afirmar com certeza que esta afirmação é de fato de Saussure. Contudo, por julgar a afirmação interessante para nosso trabalho, mantivemos a posição de Bouquet (2000) de afirmar que esses dizeres são do mestre genebrino.

Tendo em vista, então, esta tensão entre um projeto teórico bem estruturado e a presença de resquícios de uma questão que deveria estar afastada dessas articulações, podemos pensar a respeito de quais luzes a questão da referência jogaria sobre o projeto saussuriano: esta questão entraria como algo que “perturba” as formulações do mestre ou como algo que questiona o arcabouço teórico? Em outras palavras, como faz Bouquet (2000), seria conveniente pensar como a “metafísica da referência” (Bouquet, 2000) interroga uma “epistemologia” que ao longo de décadas permaneceu com um caráter muito mais programático do que metafísico?

Com este intuito, retomamos a discussão sobre a suposta *fixidez* que teriam os nomes geográficos, porque seria neste ponto em que mais transparece a dificuldade de Saussure em lidar com a questão da referência. Segundo o que apontamos durante o segundo capítulo desta dissertação, os nomes geográficos seriam, conforme diz Saussure, dotados de uma certa fixidez, no tocante aos seus referentes, por denotarem lugares específicos no mundo ao longo do tempo. Durante a discussão apresentada, ilustramos este ponto com o exemplo do rio Rhône¹⁴⁵.

Nessa oportunidade, dissemos que estaria em jogo, no caso do rio, a relativa fixidez que um nome adquire em seu uso pela coletividade, por não ser viável que um nome próprio e/ou que um nome geográfico mude constantemente, pois a sua referência, ao longo dos anos, não muda com facilidade. É justamente o que acontece no caso do rio Rhône, não é conveniente que o nome do rio mude para outro nome qualquer. Evidentemente, pode-se referir ao rio utilizando outros nomes, adjetivos, sintagmas; contudo, mesmo assim, o nome “Rhône” continuaria a denominar com precisão este rio.

Ressaltamos também o fato que Saussure afirma que esta suposta fixidez seria gerada especialmente pelos nomes próprios, pois estes nomes teriam a propriedade de obter essa fixidez. Relembremos as palavras do genebrino a esse respeito:

¹⁴⁵ Voltamos a salientar que nosso esforço interpretativo sobre as considerações relativas ao caso do rio Rhône e das palavras casa, habitação, prédio, dentre outras, não visa ser preciso a respeito das relações semânticas aqui envolvidas, mas objetiva tentar dar encaminhamentos para os dois excertos saussurianos, o relativo ao rio Rhône e o relativo a nomeação de casa/prédio/habitação.

Embora queiramos abordar o menos possível o lado ideológico do signo, é bem evidente que se as idéias de toda a espécie oferecessem uma fixidez []. Fixidez obtida apenas pelos nomes geográficos.

Sendo que a idéia invariável e influuável pode ser considerada uma coisa quimérica, **os semas geográficos e os nomes próprios** são exceção na medida em que []. Mais exatamente: a única chance para um [] (...) (Saussure, 2004, p. 95; destaque nosso).

Bréal, em seu *Ensaio de Semântica* (1992 [1897]), no capítulo “Como os nomes são dados às coisas”, disserta sobre a suposta diferença entre os nomes próprios e comuns. Segundo este autor, os nomes próprios de fato poderiam ter algumas características específicas, tais como a propriedade de não terem necessariamente um sentido etimológico, passarem de uma língua para a outra sem ser traduzidos e sofrerem alterações fonéticas de modo mais lento do que os outros tipos palavras. Contudo, sustenta Bréal, estes nomes nada teriam de especial em relação aos nomes comuns, destes seriam distintos apenas por *uma diferença intelectual*.

Entretanto, pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. Eles são, por assim dizer, signos de segunda potencia. Se o sentido etimológico não conta nada para eles, acabamos de ver que não é muito diferente quanto aos substantivos comuns, para os quais o progresso consiste precisamente em se exprimir de seu ponto de partida. Se passam de uma língua para outra sem serem traduzidos, têm essa particularidade em comum com muitos dos nomes de dignidades, funções, usos, invenções, costumes etc. Se participam um pouco menos das transformações fonéticas, isso deve-se ao cuidado especial com que conversam, e eles têm ainda isso de comum com certas palavras da língua religiosa ou administrativa. A diferença com os nomes comuns é uma diferença intelectual (Bréal, 1992 [1897], p. 125-126).

Bréal segue o seu raciocínio afirmando que os nomes próprios, do ponto de vista semântico, seriam substantivos comuns por excelência por despertar uma grande quantidade de idéias. Dessa forma, não haveria diferença significativa entre nomes próprios e comuns do ponto de vista semântico, apenas os nomes próprios poderiam utilizar mais

freqüentemente algumas características/particularidades que os nomes comuns não utilizariam comumente.

Se Saussure assumisse totalmente o ponto de vista de Bréal (1992 [1897]) a respeito da não diferença entre nomes próprios e comuns, provavelmente ele atribuiria a propriedade da fixidez a todo e qualquer tipo de substantivo. Contudo, não é esta a posição do genebrino: ele reserva essa particularidade aos semas geográficos e aos nomes próprios. Assim, a interferência do terceiro termo apenas afetaria uma certa parcela de signos, os quais teriam função bastante específica: denominar lugares, pessoas e seres. A fixidez, então, seria uma propriedade intrínseca a esses nomes e seria, se assim podemos afirmar, motivada por fatores fora do sistema lingüístico.

Diante de tais observações sobre a possível fixidez oferecida pelos nomes geográficos, surge o seguinte questionamento: esta certa *fixidez* teria contribuído para que Saussure evocasse o modelo triádico do signo justamente quando abordava justamente os nomes geográficos e próprios? É possível que sim. Afinal, a razão da fixidez do nome geográfico não seria apenas da ordem do lingüístico, mas também da ordem material dos objetos do mundo. Em outras palavras, apesar do signo do nome geográfico figurar no funcionamento arbitrário da língua e de ser constituído da mesma forma que os outros signos – pelo encontro arbitrário entre significante e significado –, ele, ao ser usado pelos indivíduos no decorrer do tempo, evocaria a forma das coisas – nas palavras de Foucault (1999), a *conjuntura* – para sustentar a sua referência. Assim, é devido à presença da ‘forma das coisas do mundo concreto’ que o signo do nome geográfico adquiriria, segundo Saussure (2004), uma “maior fixidez” para a manutenção de seu sentido.

Estaríamos então diante da possibilidade da teorização saussuriana ser religada efetivamente à questão da referência, se considerarmos a possibilidade que a conjuntura seja evocada na composição do signo? À primeira vista, a resposta poderia ser sim.

Question non élaborée, la question de la référence l'est à l'évidence, pour cohérente et puissante que soit la pensée qui l'esquisse – cette pensée qu'il est possible de reconstituer à l'issue de l'aventure des écrits qui en ont conserve la trace, aventure qui passe par le courageux parti pris de Bally et Sechehaye produisant le Cours en 1916 et va jusqu'à la

monumentable édition d'Engler de 1968-74 –. L'inachèvement apparaît ici tant dans les antinomies qui demeurent irrésolues, que dans les pistes esquissées qui ne sont pas développées, que dans des problèmes théoriques comme l'absence d'une prise en compte du fait de la parole et, plus restrictivement, du fait syntaxique – c'est-à-dire, centralement, de la relation de prédication à laquelle, aux dires mêmes de Saussure, toute la syntaxe d'une proposition se laisse réduire: le signe linguistique n'existant que pour et par une syntaxe, il faut bien penser qu'il y a dans cette propriété une détermination de son processus de référence –. Saussure, encore une fois, est conscient de ce problème dans sa théorie: <<Nous avouons, dira-t-il lors de son dernier cours, que c'est sur cette frontière seulement (la syntaxe) qu'on pourra trouver à redire à une séparation entre langue et parole>> (souligné par nous). – Le Cours de Bally et Sechehaye ne fera pas l'écho de cet aveu. – A cette frontière-là se tient, selon nous, le problème de la référence, problème d'un <<cours philosophique de linguistique>>¹⁴⁶ (Bouquet, 1992, p. 94).

Contudo, como nos alerta Bouquet (1992), é preciso ter em mente que, apesar de Saussure pelo menos uma vez estar consciente do problema que a interferência da referência causaria em sua teorização, ele não articulou uma possível interligação entre a tríade 'substância do mundo', 'substância psíquica' e 'língua'. Para Bouquet (1992), o curso filosófico de lingüística de Saussure ficou inacabado; esta seria uma possibilidade, pois o próprio mestre afirmou que escreveria um livro que esclarecesse os pressupostos do estudo da linguagem: "um livro em que, sem entusiasmo nem paixão, explicarei porque não

¹⁴⁶ 'Questão não elaborada, a questão da referência é incontestavelmente, por coerência e potência que seja o pensamento que a esboça – esse pensamento que é possível de reconstituir na seqüência da aventura dos escritos que conversavam o vestígio, aventura que passa pelo corajoso partido que toma Bally e Sechehaye produzindo o *Curso* em 1916 e vai até a monumental edição de Engler em 1968-74 –. O inacabado aparece aqui tanto nas antinomias que permanecem não resolvidas, quanto nas pistas esquecidas que não são desenvolvidas, também nos problemas teóricos como a ausência em considerar o fato da fala e, de modo mais restritivo, do fato da sintaxe – ou seja, centralmente, da relação da predicação a essa, segundo o próprio Saussure, toda a sintaxe de uma proposição se deixa reduzir: o signo lingüístico não existe senão pela e para uma sintaxe, é preciso pensar que há nessa propriedade uma determinação de seu processo de referência –. Saussure, pelo menos uma vez, é consciente desse problema em sua teoria: << Nós confessamos, diria em seu último curso, que é sobre essa fronteira somente (a sintaxe) que se pode encontrar a repetir uma separação entre língua e fala>> (sublinhada por nós) –. O Curso de Bally e Sechehaye não fará o eco dessa confissão. – A esta fronteira realiza-se, segundo nós, o problema da referência, problema de um << curso filosófico de lingüística>>' (trad. nossa)

há um único termo empregado em lingüística ao qual eu atribua um sentido qualquer” (Saussure, [s/d], *apud* Bouquet, 2000, p. 66)¹⁴⁷.

O fato, entretanto, é que este livro não foi escrito por Saussure e, após a sua morte, nos restam os seus manuscritos e as anotações de seus alunos. Essa ausência do livro e a presença de contradições e obscuridades no *Curso* trazem, como diz Milner (1983), “*quelque chose de l’incomplétude saussurienne*”¹⁴⁸. Bouquet (1992) tece alguns comentários interessantes sobre este posicionamento de Milner no tocante ao projeto inacabado de um curso filosófico saussuriano:

*(...) sa face philosophe [de Saussure] pourrait bien être révolutionnaire, en même temps que la moins reconnue. Cela conduirait à considérer qu’il y a une certaine illusion d’optique à ce que l’on ait pu trouver, dans une linguistique saussurienne reçue comme incontestablement scientifique et définitive, le fondement d’une méthode applicable aux sciences l’homme, alors même que l’on a laissé relativement inexploité un propos philosophique – propos certes plus inachevé, plus fragmentaire, plus paradoxal, et surtout matériellement moins accessible – qui est, tout autant, un propos de **fondement**. Héritiers de ce propos, il y a cependant Lacan, et à sa suite Milner – le Milner des livres du **Champ freudien** –. La figure du nœud borroméen paraît en effet être authentiquement fécondée par la problématique philosophique sous-jacente au **Cours et sauver quelque chose de l’incomplétude saussurienne**¹⁴⁹ (Bouquet, 1992, p. 94 ; negritos do autor).*

¹⁴⁷ Este comentário foi extraído de Bouquet (2000), que, por sua vez, o extraíra de Godel (1957, p. 31). Como não tivemos acesso ao trabalho de Godel, decidimos retirar esta afirmação de Saussure do trabalho de Bouquet.

¹⁴⁸ “Qualquer coisa da incompletude saussuriana” (trad. nossa).

¹⁴⁹ “ (...) sua face filosófica [de Saussure] poderia bem ser revolucionária, ao mesmo tempo que a menos reconhecida. Isso levaria a considerar que já uma certa ilusão de ótica nisso que se pode encontrar, em uma lingüística saussuriana reconhecida como inconstavelmente científica e definitiva, o fundamento de um método aplicado às ciências do homem, então mesmo que se tenha deixado relativamente inexplorado um propósito filosófico – propósito certamente mais inacabado, mais fragmentário, mais paradoxal e, sobretudo, materialmente menos acessível – que é um propósito de fundamento. Herdeiros desse propósito, há, contudo, Lacan e, na seqüência, Milner – o Milner dos livros do Campo freudiano –. A figura do nó borromiano parece, com efeito, ser autenticamente fecundada pela problemática filosófica subjacente ao Curso e salvar algo da incompletude saussuriana” (trad. nossa).

E, no tocante à questão da referência, a busca de Saussure pelo afastamento da referência do arcabouço teórico deixou marcas em suas articulações, pois esta questão, apesar de obliterada, pode ser recuperada nas formulações do mestre pelos resquícios de seu apagamento. Mas os resquícios da questão da referência, os quais podem ser detectados nos postulados saussurianos e os quais procuramos trabalhar ao longo dessa dissertação, talvez não sejam suficientes para que esta questão seja efetivamente ligada à teorização do mestre. O comparecimento da referência poderia ser tratado então como mais uma possibilidade dentro das ‘incompletudes’ saussurianas.

Estamos, então, diante do que faz questão ou não para uma determinada teorização. Na perspectiva saussuriana, não é relevante entender e/ou perscrutar os caminhos da origem da significação. O importante a considerar é a língua em seu funcionamento, ou seja, o foco deve recair apenas sobre os signos, enquanto ‘concretudes’ psíquicas, inseridos no funcionamento negativo e diferencial do sistema lingüístico.

Como Saussure afirmou e como expomos anteriormente, se os fatos materiais chegam ao nosso conhecimento, é porque alguma ‘percepção’ deles nós temos, ‘pois eles são efeito de linguagem, isto é, efeito do laço que as línguas fazem pela denotação ou referência com o mundo – a língua, constantemente promove efeito de ‘referencialidade’¹⁵⁰. Contudo, não são esses fatos materiais que compõem o sistema lingüístico e o fazem funcionar, apesar deles poderem figurar em nosso conhecimento e deles confrontarem as articulações do mestre genebrino.

Em outras palavras, mesmo que a questão da referência possa figurar nos postulados de Saussure enquanto uma possível ‘incompletude’ do mestre, não é essa problemática que sustenta as articulações teóricas que mais tarde inspirarão o Estruturalismo. Mas é o redimensionamento saussuriano de conceitos-chave para a tradição lingüística que possibilitarão que as elaborações de Saussure sejam consideradas como contribuições fundamentais para a existência e estabelecimento da ciência da linguagem.

¹⁵⁰ Afirmação da Profa. Maria Fausta Pereira de Castro em comunicação pessoal conosco.

Considerações finais

Desde quando entramos em contato com os postulados saussurianos, buscamos compreender como se constituiu este fantástico projeto científico que, muito mais do que um projeto *stricto sensu*, se configura enquanto resultado das elaborações de um estudioso da linguagem rigoroso. Estudioso este que não se deixou abater diante da dificuldade de sua empreitada: Saussure buscou estabelecer critérios, não só para a lingüística, mas para todo e qualquer estudo ao qual se dedicava, tal como o dos anagramas.

Este rigor em estabelecer critérios para demonstrar o funcionamento da língua – enquanto sistema formado por signos arbitrários, duais, revestidos de valor, que se relacionam pela negatividade e pela diferença, e que transitam pelos eixos associativo e sintagmático – propiciou ao mestre o desenvolvimento de um quadro teórico que visa, à medida do possível, a precisão. Contudo, diante de um tema tão complexo como a língua, nem sempre a precisão pode imperar: as dúvidas, as contradições e os questionamentos não resolvidos comparecem enquanto constituintes da reflexão do teórico e, com Saussure, não foi diferente.

A questão da referência, como buscamos mostrar ao longo desta dissertação, se configurava como uma problemática que, ao ser afastada pelo mestre de suas articulações a fim de lidar apenas com o funcionamento lingüístico, aparentemente o interrogava, pois é intrínseco ao funcionamento das línguas o fazer laço com o mundo. Duas passagens representativas deste encontro, não solucionado, da teoria com a questão da referência: a que trata dos nomes geográficos e próprios e a que aborda o toque oblíquo das palavras nos objetos materiais. Nesses dois momentos, Saussure se viu confrontado com esse laço necessário entre língua e mundo: mesmo que obliquamente é preciso estabelecer relação entre o que denota e o denotado.

Aliás, quando a questão é a denotação, comumente a tradição lingüística atribui o estabelecimento do sentido a uma relação de nomeação entre palavra e objeto denotado. Mas, para Saussure, o estabelecimento do sentido lingüístico é propiciado única e

exclusivamente pelo funcionamento da língua: a conjugação dos valores *in absentia* e *in praesentia* permitiria que o sentido revestisse as unidades formadoras dos sintagmas e se estabelecesse nesses sintagmas. Entretanto, esse estabelecimento do sentido, enquanto fruto do funcionamento do sistema, não apaga a necessidade da língua tocar, mesmo que obliquamente, a realidade: reaparece o possível encontro não resolvido entre a teoria e aquilo que a interroga.

Contudo, como vimos, esses questionamentos aparentemente não resolvidos de forma alguma tiram o brilho da reflexão do mestre genebrino, pois as elaborações de Saussure foram transformadoras para ciência da linguagem que se desenvolveu após o início do século XX e se constituíram como pilar essencial para os desenvolvimentos desta nova ciência. Como dissemos ao longo do trabalho, mesmo que a questão da referência possa figurar nos postulados de Saussure, enquanto uma possível “incompletude” do mestre, não é essa problemática que sustenta as articulações teóricas que mais tarde inspirarão o Estruturalismo. Essas “incompletudes” – destaque para a problemática da referência – seriam constitutivas do pensamento do genebrino e, talvez, tenham possibilitado ao mestre buscar cada vez mais rigor para sustentar suas articulações sobre a linguagem.

Referências bibliográficas

ARNALD; NICOLE. **La logique ou l'art de penser**. Paris: Flammarion, 1970[1662] *apud* LAHUD, M. Alguns mistérios da Lingüística. **Almanaque 5**: Cadernos de Literatura e Ensaio. Ed. Brasiliense, 1977. p. 28-37.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1998. 500 p.

BENVENISTE, Émile. **O Vocabulário das Instituições Indo-Européias**: economia, parentesco, sociedade. v.I. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. 368 p.

BOUQUET, Simon. La sémiologie linguistique de Saussure: une théorie paradoxale de la référence?. **Languages**, n. 107, 1992. p. 84-95.

_____. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução Carlos A. L. Salum, Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000. 317 p.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**: ciência das significações. Tradução Aída Ferrás et al. São Paulo: EDUC, 1992 [1897]. 223 p.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Todorov. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 339 p.

DUCROT, Oswald. **Estruturalismo e Lingüística**. 2. ed. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970. 146 p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail, 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 541 p.

GADET, Françoise. **Saussure**: une science de la langue. Paris: Presses Universitaires de France, 1990. 128 p.

LAHUD, Michel. Alguns mistérios da Lingüística. **Almanaque 5**: Cadernos de Literatura e Ensaio. Ed. Brasiliense, 1977. p. 28-37.

LYONS, John. **Linguistique générale**: introduction à la linguistique théorique. Tradução Françoise Dubois-Charlier; David Robinson. Paris: Librairie Larousse, 1970. 382 p.

MILNER, Jean-Claude. Saussure – retour à Saussure. In: **Le périple structural**: figures et paradigme. Paris: Seuil, 2002. p.15-43.

PARRET, Herman. Les manuscrits saussuriens de Harvard. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, v. 47. Genebra: Cercle Ferdinand de Saussure, 1993[4]. p. 179-234

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Lingüística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução M. R. Gregolin et al, São Carlos: Claraluz, 2006. 272 p.

SAUSSURE, Ferdinand. **Troisième Cours de Linguistique Générale** (1910-1911): d'après les cahiers d'Émile Constantin / **Saussure's third course of lectures on general linguistics** (1910-1911): from the notebooks of Émile Constantin. Pergamon Press, 1993. 173 p. (texto em francês editado por Eisuke Komatsu e, em inglês, por Roy Harris).

_____. **Curso de Lingüística Geral**. C. Bally e A. Sechehaye (Org.) com colaboração de A. Riedlinger, trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001 [1916]. 279 p.

_____. **Escritos de Lingüística Geral**. Bouquet e Engler (Org). São Paulo: Cultrix, 2004. 296 p.

_____. **Cours de Linguistique Générale**. Éd. critique par Rudolf Engler, repr. de l'édition originale, tome 1. Wiesbaden: Harrassowitz, 1989. 515 p.

SILVEIRA, Eliane Mara. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da Lingüística**. 2003. 154 p. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

STRAWSON, P. F. On referring. In. **Logico-Linguistic Papers**. London: Methuen & Co Ltda, 1971. 249 p.

TRABANT, Jürgen. Faut-il défendre Saussure contre ses amateurs? Notes item sur l'étymologie saussuriene. **Languages**, n. 159, septembre 2005. p. 111-125.

Bibliografia complementar

AMACKER, René. Le développement des idées saussuriennes chez Bally e Sechehaye. **Historiographia Linguistica**, v. XXVII: 3. Amsterdã: John Benjamins BV, 2000. p. 205-264.

ARNALD, Antoine. **Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral Razoada**. Tradução Bruno Basseto et al. São Paulo: Martins Fontes: 1992. 239 p.

ARRIVÉ, Michel. **Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros**. Tradução Mário Laranjeira; Alain Mouzart. São Paulo: Edusp, 2001. 144 p.

AUROUX, Sylvain. Deux hypothèses sur l'origine de la conception saussurienne de la valeur linguistique. **Travaux e linguistique et de littérature**, v. XXIII: 1. Strasbourg, 1985. p. 295-299.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al, Campinas, SP : Pontes, 1989. 294 p.

BOUQUET, Simon. Le *Cours de linguistique générale* de Saussure et la philosophie. **Histoire Épistémologie Langage**, v. 11: II. Paris: 1989. p. 103-119.

_____. La linguistique générale de Ferdinand de Saussure: textes et retour aux textes. **Historiographia Linguistica**, v. XXVII: 2. Amsterdã: John Benjamins BV, 2000. p. 265-267.

CALVET, Louis-Jean. **Saussure: pró e contra - para uma linguística social**. Tradução Maria Elizabeth Leuba. São Paulo: Cultrix, 1977. 111 p.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Tratado das sensações**. Tradução Denise Bottmann. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. 261 p.

CULLER, Jonathan. **As idéias Saussure**. Tradução Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979. 105 p.

MONZANI, Luis Roberto. O empirismo na radicalidade: introdução à leitura do *Tratado das Sensações*. In: Condillac, Étienne Bonnot de. **Tratado das Sensações**. Tradução Denise Bottmann. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. 261 p.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. 2. ed. Paris: Belles Lettres, 2004. 174 p.

SAUSSURE, Ferdinand. **Cours de Linguistique Générale**. C. Bally e A. Sechehaye (orgs) avec la collaboration de A. Riedlinger. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot & Rivages, 2005.

STAROBINSKI, J. **As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure**. Tradução Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974. 117 p.